

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

BRUNO MARCELLO FERREIRA DO NASCIMENTO

**MOBILIZAÇÃO SUBJETIVA:
DO SOFRIMENTO AO VIVER CRIATIVO NO TRABALHO**

ORIENTADOR: PROF. DR. HÉLDER PORDEUS MUNIZ

Niterói
2015

BRUNO MARCELLO FERREIRA DO NASCIMENTO

MOBILIZAÇÃO SUBJETIVA:
DO SOFRIMENTO AO VIVER CRIATIVO NO TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Estudos da subjetividade. Linha de pesquisa: Subjetividade, política e exclusão social.

Orientador: Prof. Dr. Hélder Pordeus Muniz

Niterói
2015

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

N244 Nascimento, Bruno Marcello Ferreira do.
Mobilização subjetiva: do sofrimento ao viver criativo no trabalho /
Bruno Marcello Ferreira do Nascimento. – 2015.
126 f.
Orientador: Hélder Pordeus Muniz.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal
Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento
de Psicologia, 2015.
Bibliografia: f. 121-126.

1. Trabalho. 2. Subjetividade. 3. Psicodinâmica. I. Muniz, Hélder
Pordeus. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 158.7

BRUNO MARCELLO FERREIRA DO NASCIMENTO

MOBILIZAÇÃO SUBJETIVA:
DO SOFRIMENTO AO VIVER CRIATIVO NO TRABALHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia. Área de concentração: Estudos da subjetividade. Linha de pesquisa: Subjetividade, política e exclusão social.

Data de aprovação:

BANCA EXAMINADORA

HÉLDER PORDEUS MUNIZ – Orientador
Universidade Federal Fluminense

CRISTINA MAIR BARROS RAUTER
Universidade Federal Fluminense

WLADIMIR FERREIRA DE SOUZA
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Niterói
2015

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha família, pelo suporte dado em todos os aspectos.

Aos amigos Monica, Eversong e Gabriela, com os quais tenho compartilhado bons encontros e que levo para a vida toda, por sua amizade. Ao Yuri, por me lembrar frequentemente da importância de ir em busca, mas também de saber dar tempo ao tempo na conquista de nossos objetivos.

Ao meu orientador Hélder Muniz, pela parceria acadêmica durante todos esses anos desde a graduação, seja através de aulas ou orientações, por despertar em mim o interesse pela área acadêmica e por contribuir na minha formação enquanto pesquisador.

Ao professor Milton Athayde, pelas valiosas aulas e discussões em sua disciplina na UERJ.

Aos professores Wladimir Souza e Cristina Rauter, pela cuidadosa leitura deste trabalho e por oferecerem preciosas dicas que serviram como norte na evolução desta dissertação.

Ao meu coletivo de pesquisa, queridas doutorandas da minha equipe, com as quais compartilhei desde ideias sobre a escrita até impasses sobre o mestrado.

À Ana Cláudia e Marta, pelo apoio oferecido para além do “acadêmico”. Muitas de nossas conversas, trocas de ideias nos corredores, caminhos de volta para casa, mensagens, foram fundamentais na minha formação e tornaram a experiência do mestrado ainda mais agradável.

Aos professores da UFF que passaram pela minha jornada acadêmica desde a graduação.

À Capes, pelo apoio financeiro.

“Nada pode faltar a um ser vivo
caso se admita que há mil e
uma formas de viver”. (G.
Canguilhem, *La connaissance
de la vie*, 1952)

RESUMO

Esta dissertação inicia com a seguinte questão: como a Psicodinâmica do Trabalho pode explicar o conceito de mobilização subjetiva? A pesquisa apresenta, inicialmente, um panorama histórico e os principais conceitos da Psicodinâmica do Trabalho. Em seguida, é exposta a teoria de Donald W. Winnicott sobre o “brincar”, para que, em um último momento, seja possível buscar articulações entre o pensamento do psicanalista inglês e a teoria da Psicodinâmica do Trabalho. Investigou-se qual subjetividade é esta que é mobilizada para que o sujeito trabalhe e como se dá este processo, que leva em consideração a inteligência astuciosa, a ressonância simbólica, a sublimação, o reconhecimento, a cooperação e os espaços de deliberação. O trabalhador sofre no momento em que lida com o insucesso advindo da impossibilidade de seguir fielmente as prescrições. O sofrimento, então, se transforma em exigência de superação e a subjetividade é mobilizada a fim de que o sujeito consiga produzir prazer e encontrar sentido no trabalho. Quanto à metodologia, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de obras de autores que se baseiam na Psicodinâmica do Trabalho, recorrendo-se mais diretamente ao trabalho de Christophe Dejours, além de autores que têm como suporte o pensamento de Winnicott. Foram descobertos pontos de contato entre estes autores no tocante ao brincar e ao viver criativo, levando-se em consideração que, para Winnicott, o brincar se apresenta como um precursor do trabalho na vida adulta e é uma forma de construir o self.

Palavras-chave: Trabalho; Mobilização subjetiva; Psicodinâmica do Trabalho.

ABSTRACT

This dissertation starts with the following question: how can Psychodynamics of Work explain the concept of subjective mobilization? At first, the research presents a historical overview and the main concepts of Psychodynamics of Work. Then, we exposed Donald W. Winnicott's theory about "playing", in order to seek links between the thought of the English psychoanalyst and the theory of Psychodynamics of Work, in a last moment. We investigated which subjectivity is this one that is mobilized so that the subject work and how this process happens, which takes into account the cunning intelligence, symbolic resonance, sublimation, recognition, cooperation and deliberation spaces. The worker suffers at the moment that deals with the failure that comes from the inability to faithfully follow the prescriptions. So, suffering becomes a requirement for overcoming and subjectivity is mobilized so that the subject can produce pleasure and find meaning at work. As for methodology, we conducted a literature search of works by authors who are based in Psychodynamics of Work, using more directly the works of Christophe Dejours and authors who are supported by the thought of Winnicott. We found points of contact between these authors regarding playing and creative living, since playing is presented as a work precursor in adult life and it is a way of constructing the self, according to Winnicott.

Key words: Work; Subjective mobilization; Psychodynamics of Work.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Triângulo de Sigaut	81
Figura 2 – Triângulo da Psicodinâmica do Trabalho	81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – PSICODINÂMICA DO TRABALHO	21
1.1 Considerações iniciais sobre a Psicopatologia do Trabalho	21
1.2 Da Psicopatologia do Trabalho rumo à Psicodinâmica do Trabalho: um percurso histórico e seus principais conceitos	22
1.3 Sofrimento e estratégias defensivas	25
1.4 Contribuições dos estudos sobre o trabalho na construção civil para a <i>mobilização subjetiva</i>	31
1.5 Psicodinâmica do Trabalho	37
1.5.1 A Normalidade para a Psicodinâmica do Trabalho	38
1.5.2 O <i>trabalho</i> para a Psicodinâmica do Trabalho	39
1.5.3 Trabalho real: indo além das prescrições	41
CAPÍTULO 2 – A TEORIA DO BRINCAR SOB A PERSPECTIVA WINNICOTTIANA	44
2.1 Desenvolvimento psíquico a partir de Winnicott	44
2.1.1 Saúde e verdadeiro self	45
2.1.2 Objetos e fenômenos transicionais	47
2.1.3 A relação de objeto e o uso do objeto	50
2.1.4 Uma teoria sobre o brincar	52
CAPÍTULO 3 – MOBILIZAÇÃO SUBJETIVA	66
3.1 O conceito de <i>subjetividade</i> para a Psicodinâmica do Trabalho	66
3.2 A inteligência astuciosa	70
3.2.1 Condições de mobilização da inteligência astuciosa	78
3.2.2 Axel Honneth e sua teoria do reconhecimento	82
3.3 O corpo: uma relação entre Psicodinâmica do Trabalho, Filosofia e Psicanálise	84
3.3.1 Contribuições de Freud	84
3.3.2 Uma teoria do corpo a partir das contribuições de Jean Laplanche, Michel Henry e Maine de Biran	86
3.4 Cooperação: entre “inteligências coletivas” e espaços de deliberação.....	92
3.5 Sublimação e trabalho	101
3.5.1 Uma visão geral	101

3.5.2 Sublimação, cultura e política: honrar a vida pelo trabalho	104
3.6 O <i>brincar</i> winnicottiano como um recurso para a mobilização subjetiva	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	117
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	121

INTRODUÇÃO

O trabalho na contemporaneidade, marcado pela flexibilização exigida do trabalhador, pode tanto oferecer condições de crescimento pessoal e profissional, como se constituir como um meio de opressão, exploração ou exclusão (SENNET, 2006). A partir de exigências organizacionais, percebe-se um fortalecimento do discurso de que o sujeito deve estar sempre motivado em seu trabalho – motivação esta concebida como algo inerente ao sujeito, o qual seria o único responsável pela mesma.

Para os que gerenciam o trabalho nas organizações, é frequente a ideia de que o chamado *fator humano* deve ser objetivado a fim de que as prescrições possam ser seguidas fielmente e, nesse caso, o desejo do trabalhador passa a ser constantemente negado. “É preciso fazê-lo calar, é preciso “reprimir” o Desejo, por medo de que ele venha a incomodar este “comportamento” que constitui o modo cotidiano de operação” (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994b, p. 40).

Nesse contexto, temas como sofrimento, assédio moral, estresse ocupacional, impactos na qualidade e produtividade, doenças psicossomáticas e, em casos extremos, o próprio suicídio no ambiente de trabalho são cada vez mais recorrentes em pesquisas acadêmicas. A partir das questões levantadas, tem-se formado um amplo campo de estudo, em que diversas pesquisas visam à compreensão da relação entre o trabalhador, a saúde e a subjetividade, tais como os trabalhos de Souza e Athayde (2011), Flach *et al.* (2009), Mendes (1999) e Barros e Mendes (2003).

Essas pesquisas têm demonstrado que o sofrimento, decorrente da precarização das condições de trabalho, assim como sua sobrecarga, são enfrentados por trabalhadores que se implicam subjetivamente com o seu trabalho e conseguem, apesar de tudo, dar conta de seus objetivos e metas, fazendo as regulações necessárias para lidar com esses obstáculos. A relação entre trabalho, saúde e subjetividade no âmbito da organização de trabalho se apresenta, então, como um problema social relevante.

Dentro do conjunto de pesquisas realizadas em Psicologia do Trabalho e Organizacional, esta pesquisa se afilia àquelas que vão considerar o trabalho como atividade e como um lugar de sofrimento e prazer ao mesmo tempo, elemento este propiciado pela *mobilização subjetiva* – conceito criado e desenvolvido pela

Psicodinâmica do Trabalho. Vale ressaltar que tal conceito já foi investigado também em algumas pesquisas empíricas nos últimos anos (TRAESEL, 2007; FERREIRA, 2011; MEDEIROS, 2012; FERREIRA *et al.*, 2013; ALVES, 2014).

Adotamos o posicionamento teórico de que o sofrimento diz respeito ao encontro do trabalhador com o *real do trabalho*, o que lhe remete a uma condição de insucesso, de desamparo, tendo em vista a distância, sempre inatingível, entre o que é prescrito e o que é efetivamente realizado. Nessa perspectiva, Dejours (1997, p. 40) definiu o *real* como “aquilo que no mundo se faz conhecer por sua resistência ao domínio técnico e ao conhecimento científico. Em outros termos, o real é aquilo sobre o qual a técnica fracassa”. O autor complementa essa ideia e afirma: “O que caracteriza o real é o que não sei como enfrentar quando experimento o desejo ou sinto-me na obrigação de prosseguir a tarefa que me propus a executar”. (DEJOURS, 2012a, p.178). Quando todo o saber se choca contra a resistência do mundo, o sujeito está no real.

O real se deixa conhecer pelo sujeito sob a forma de revés, como experiência desagradável e dolorosa, isto é, de um modo *afetivo*, através de obstáculos que surgem no percurso de seu processo de trabalho – que é sentido pelo sujeito como um sofrimento. E este sofrimento se transforma em exigência de superação para o trabalhador. A partir dele, mobiliza-se a subjetividade para que se consiga produzir prazer e encontrar sentido no trabalho, através de um corpo que realiza, ao mesmo tempo, a experiência do mundo e de si mesmo.

A inspiração de Dejours ao se referir ao real toma como referência o conceito de Jacques Lacan que identifica como Real a um dos três registros do funcionamento psíquico, de como o sujeito processa a experiência humana, sendo os outros registros o Simbólico e o Imaginário. O registro do Real, para Lacan, se distingue da realidade e não é apreendido diretamente. O conceito de real do trabalho tem influências do conceito lacaniano e, na medida em que o trabalho também “assombra”, é a parte do trabalho vivo que não se mede, que não se expressa quantitativamente. Dejours (1999) acrescenta que Lacan tirava esse conceito da fenomenologia e que devemos muito, neste aspecto, à antropologia do trabalho, que mostra que o acesso ao real nunca é imediato. O real do trabalho assombra exatamente por isso: o que não é nomeado não existe na “realidade” humana, mas isso não o impede de produzir sintomas, alucinações ou insatisfações (BASTOS, 2009).

A mobilização subjetiva, segundo Dejours (1999), é definida como um processo caracterizado pelo uso dos recursos psicológicos do trabalhador e pelo espaço público de discussões sobre o trabalho, em que há deliberações. A utilização desses recursos é intimamente ligada à dinâmica contribuição-retribuição simbólica que pressupõe o reconhecimento do trabalhador pelos seus pares e pela hierarquia.

Para o autor, o processo de mobilização subjetiva não é prescrito, pois é vivenciado de forma particular por cada sujeito e permite a transformação do sofrimento a partir de uma operação simbólica: o resgate do sentido do trabalho. Este sentido depende de outro: do coletivo de trabalho, o qual é construído com base em regras que não são somente técnicas.

Ferreira (2010) caracteriza a mobilização subjetiva pelo movimento do sujeito que viabiliza as capacidades de sentir, pensar e inventar para que possa realizar o trabalho. Quando utiliza essas capacidades, o trabalhador, através da dinâmica contribuição-retribuição decorrente do reconhecimento, ressignifica o sofrimento.

No encontro com a atividade, os trabalhadores fazem uso de estratégias defensivas e mobilizam sua inteligência corporal para dar conta de sua tarefa. Busca-se prazer e sentido no trabalho e produz-se saúde, a partir da transformação do sofrimento patogênico em sofrimento criativo.

Antes de iniciarmos a fundamentação teórica deste trabalho, cabe apresentar, inicialmente, o que me mobilizou subjetivamente na escolha desta temática de pesquisa.

Durante minha graduação em Psicologia pela UFF, iniciei meu percurso acadêmico em uma pesquisa de iniciação científica na área de Psicologia do Trabalho e Organizacional na mesma universidade, que investigava a gestão em serviços de saúde pública a partir do ponto de vista da atividade, tal como orientado pela perspectiva ético-epistemológica da Ergologia. A pesquisa tinha como contexto de análise um centro de saúde municipal no Estado do Rio de Janeiro.

Nos dois anos seguintes, dediquei-me, ainda como bolsista, ao estudo da relação entre trabalho e subjetividade, tendo como base teórica também a Ergologia, a Filosofia de Georges Canguilhem e a Psicodinâmica do Trabalho que, por fim, resultou na preparação de meu trabalho monográfico, cujo enfoque foi a relação entre trabalho e subjetividade no campo da Saúde Pública sob o ponto de vista ergológico.

Minha experiência enquanto bolsista de iniciação científica foi o que mais me estimulou na escolha de um projeto de mestrado nessa abordagem. Apresentei trabalhos nessa temática em alguns congressos e fui me aproximando cada vez mais da área acadêmica. Somados a isso, cito minha experiência em estágios na área de Psicologia do Trabalho e Organizacional tanto na UFF, atuando como instrutor de cursos voltados à área de Recursos Humanos, quanto em empresas, também nesta área, nos ramos de mineração, petróleo e informática, de caráter extracurricular. Somada a essas experiências profissionais, minha prática clínica iniciada no Serviço de Psicologia Aplicada desta universidade, sob orientação da Psicanálise, me mobilizava a atentar para a forma que o *trabalho* se apresentava nos discursos dos pacientes em tratamento.

O olhar clínico sobre as situações que presenciava no ambiente organizacional foi o que despertou minha curiosidade e interesse em investigar mais a fundo sobre a relação entre prazer e sofrimento no trabalho. Nas diversas empresas em que trabalhei, percebia a variedade de funcionários que se queixavam entre si sobre seu trabalho, da forma como vivenciavam um sofrimento patogênico a partir de uma organização de trabalho prescrita inflexível. Eu me questionava como criavam estratégias para, mesmo naquele contexto, buscarem sentido, reconhecimento e prazer em seu trabalho, além de como poderiam se defender de um processo de adoecimento psíquico. A partir disso, optei pelo campo das Clínicas do trabalho, em que uma das abordagens importantes é a Psicodinâmica do Trabalho.

Logo, esta dissertação tem como finalidade ser uma continuidade deste estudo iniciado na graduação, sendo abordada a problemática da *mobilização subjetiva* como uma estratégia do trabalhador que permite dar conta do sofrimento no trabalho, levando-se em consideração o papel do *brincar*¹ nesse contexto. Surge, então, uma questão: Como a Psicodinâmica do Trabalho explica a mobilização subjetiva?

A exigência básica da organização prescrita do trabalho é o atingimento dos resultados por parte do trabalhador e, para dar conta disto, este faz uso de

¹ Utilizamos o termo “brincar” como tradução oficial para “playing”, proveniente da obra “Playing and Reality”, de Winnicott, da mesma forma traduzido pelos tradutores da primeira edição de “O Brincar e a Realidade” (1975).

estratégias que fogem à prescrição e tem que criar saberes para ser eficaz, permanecer mobilizado e, ainda assim, manter sua saúde. Como, nesse ambiente, fazer frente às exigências organizacionais de atingimento de resultados sem cair em um processo de adoecimento e poder vivenciar prazer?

Este trabalho está fundamentado na Psicodinâmica do Trabalho, cujo ponto de partida é conceber o trabalho como aquilo que implica, do ponto de vista humano, o fato de trabalhar (DEJOURS, 2004). Isto se refere aos gestos, ao *saber-fazer*, à mobilização do corpo e da inteligência, à capacidade de reagir às situações, a criar etc. Por mais que o trabalho seja bem concebido, é impossível que a qualidade seja atingida se não forem levadas em conta as variabilidades que possam surgir nas situações de trabalho. Dejours considera que o próprio trabalho intelectual não se reduz à esfera da cognição. Trabalhar passa, inicialmente, pela experiência do sofrimento (conceito este que será mais bem detalhado no capítulo 3). O sofrimento não existe se não houver um corpo para experimentá-lo. Só se pode experimentar a subjetividade em uma singularidade encarnada.

A Psicodinâmica do Trabalho traz à tona a consideração de que a relação entre a organização do trabalho e o trabalhador não é estática, nem apenas uma imposição; é uma relação que está em perpétuo movimento e encontra o trabalhador ativo em um campo de negociações. O trabalhador tem um encontro com o real, opera uma resistência para, em seguida, se mobilizar subjetivamente.

Essa disciplina parte da constatação de que o trabalho é complexo, envolvendo dimensões subjetivas, mobilização de várias ordens e, sobretudo, interferência/atividade/ação do sujeito que desenvolve a experiência. Temas referentes à análise da normalidade, relações intersubjetivas, inteligência posta em prática nas situações de trabalho, engenhosidade, cooperação e prazer no trabalho passam, a partir dela, a ocupar um lugar de destaque (SOUZA, 2004).

Tendo como um de seus suportes a Psicanálise, para a Psicodinâmica do Trabalho, pode-se vivenciar prazer ou sofrimento patogênico dependendo de como se dará a dinâmica intersubjetiva nas situações de trabalho. A possibilidade de adoecimento é vivenciada pelos trabalhadores no momento em que os mesmos não têm a possibilidade de ver sentido em seu trabalho ou de mobilizar sua subjetividade, tanto em função da restrição de seus próprios recursos psíquicos, quanto pelas imposições da organização de trabalho.

É importante ressaltar que a Psicodinâmica do Trabalho não significa uma Psicanálise aplicada às situações de trabalho, pois tem como objeto o coletivo de trabalho e suas estratégias de defesa. Da mesma forma, não é somente um meio de intervenção sobre o campo analisado, sendo principalmente uma disciplina que produz conhecimento. Trata-se de uma teoria que faz uso da Psicanálise, como uma de suas referências, para analisar a relação dinâmica entre a organização do trabalho e o sujeito.

Dejours (1997) aponta para a importância do coletivo na construção da identidade em situação de trabalho, da dinâmica do reconhecimento. O que acontece no macro da sociedade é traduzido no campo do trabalho (onde estão inscritas relações sociais, em que se operam linguagem, práticas, regras e códigos específicos, uma dada forma de organização do trabalho) pela importância do julgamento do outro sobre a capacidade do fazer, considerando-se aí o caráter coletivo deste fazer. O prazer pode ser vivenciado quando o trabalho favorece a valorização e o reconhecimento, especialmente quando uma tarefa é realizada significativamente. A fim de compreender como se produzem essas relações sociais e suas implicações políticas, Dejours toma como apoio os estudos de Pharo, Arendt, Habermas, Honneth, Henry, Biran, dentre outros.

Na contemporaneidade, não podemos conceber as situações coletivas como justaposição de experiências e inteligências singulares. Trabalha-se sempre para alguém – patrão, subordinados, colegas, clientes etc. O trabalho é uma forma de relação social inserida em um contexto de desigualdade, poder e dominação. Trabalhar é engajar a subjetividade em um mundo de hierarquia e coerção e é a experiência da resistência do mundo social e relações sociais (DEJOURS, 2004).

Para Souza (2004), as questões relativas à coletividade envolvem a mobilização psicológica, o investimento de si pelos trabalhadores, passando pelo respeito às regras de trabalho e pelo julgamento equitativo sobre o trabalho realizado – o que equivale ao reconhecimento da contribuição singular do trabalhador para um trabalho que é sempre coletivo. Essas regras são definidas em um plano não apenas da ordem técnica de operação, mas envolvem regras sociais, respeito à saúde e convivência social, além de serem resultado de trocas sociais, tanto formais quanto informais, as quais têm uma história.

Todo indivíduo busca uma realização e faz uso de sua inteligência do *corpo* e de sua criatividade. Todo esse encaminhamento, do ponto de vista da saúde, vai

estar ligado à existência de espaço de autonomia para tal: busca de *realização*, ligada à conquista de *identidade*, no movimento de investir uma contribuição pessoal no interior de uma obra comum, socialmente valorizada.

Para lidar com os acontecimentos que escapam à prescrição, aquele que trabalha faz uso de uma forma de inteligência originada da sua experiência real e da sua concepção sobre a atividade. Esse processo de mobilização subjetiva se caracteriza pelo uso da inteligência astuciosa e está intimamente relacionado com a existência ou não de um *espaço público* de discussões sobre o trabalho, ou *espaço de deliberação*.

No exercício da atividade de trabalho, a prescrição, somente, não dá conta das questões que se apresentam. É necessário usar a “engenhosidade”, criar, interpretar, improvisar, fazer uso da astúcia ou, por vezes, transgredir. Para isso é preciso fazer uso de uma inteligência astuciosa, produzida no próprio exercício do trabalho.

A partir de Dejours e Abdoucheli (1994a), essa forma específica de inteligência, que tem raiz no corpo e que está relacionada aos processos psíquicos mobilizados pelos sujeitos na criatividade, raramente é levada em conta nas análises científicas. Um dos motivos seria, para os autores, o fato de tratar-se de uma inteligência que está em constante ruptura com as normas e as regras, sendo fundamentalmente de caráter transgressor, impossível de ser apreendida nos moldes de uma cientificidade que se baseie em uma abordagem tradicional de pesquisa.

Dejours e Abdoucheli (1994b) apontam, nesse processo, uma separação entre motivação e desejo. Enquanto a motivação está no campo da Psicologia e remete a teorias behavioristas, à noção de “predisposição” ou, inclusive, a uma concepção que leva em conta sua origem a partir de uma excitação fisiológica com estímulos endócrino-metabólicos, o desejo é proveniente da Psicanálise, pode ser considerado o cerne da motivação e está ligado diretamente ao inconsciente e ao *subjetivo*. É nesta abordagem psicanalítica que a Psicodinâmica do Trabalho encontrará apoio para investigar o conceito de *mobilização subjetiva*.

Outro suporte teórico a que esta dissertação recorreu é o da Psicanálise de Winnicott. Pesquisou-se como o *brincar* pode contribuir para a mobilização da subjetividade do trabalhador. Winnicott (1975) investiga em seu livro “O Brincar e a Realidade” que o lugar de origem do fenômeno transicional é o espaço potencial

entre o bebê e a mãe. A partir das experiências vividas entre ambos, de como ocorreu essa relação, é que os fenômenos transicionais, bem como os prováveis objetos transicionais, ocuparão esse espaço. O brinquedo, sob a forma de objeto transicional, é a via de passagem do estado de fusão com a mãe ao estado de relação com o outro.

Com os estudos sobre os fenômenos transicionais, o significado do brincar adquiriu uma nova amplitude na teoria winnicottiana, pois remonta desde o emprego primitivo de um objeto ou técnica transicional até os estágios mais elevados da capacidade do ser humano em relação a uma experiência cultural e à criatividade.

Segundo Winnicott (1975), o brincar tem um espaço e um tempo. Não é dentro, nem fora, não constituindo parte do “não eu”. Para controlar o que é externo, há que *fazer* coisas, não somente pensar ou desejar, e *fazer coisas toma tempo*. É nesse contexto que o autor considera que brincar é fazer.

Molinier (2013) defende que o brincar na infância é um precursor do trabalho na fase adulta, definindo os limites entre o eu e os outros e potencializa a obtenção da identidade.

De acordo com Rodolfo (1990), esse vínculo idêntico ao brinquedo é experimentado pelo adulto na prática do trabalho. Para o psicanalista argentino, o desejo pelo saber intelectual é transformado em prática significativa do trabalho.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, dividida a partir de dois objetivos que ocorreram simultaneamente. O primeiro foi estudar artigos, livros e trabalhos acadêmicos norteados pela Psicodinâmica do Trabalho e pela Psicanálise winnicottiana – neste caso, sobre a teoria do brincar, de modo a apresentar e discutir os principais conceitos relacionados ao objeto do trabalho; o segundo foi realizar uma revisão bibliográfica de outros autores, nacionais e internacionais, que se referenciam na abordagem da Psicodinâmica do Trabalho. Para dar conta desse estudo, buscaram-se artigos da Capes, Scielo e demais periódicos.

Por ser um trabalho teórico, os capítulos foram divididos de uma forma que, durante a leitura da dissertação, inicialmente, o leitor possa identificar em que contexto histórico se encontra o objeto de estudo no campo da Psicodinâmica do Trabalho, para que, nos capítulos finais, seja possível investigar diretamente o mesmo.

O objetivo geral da pesquisa, então, é compreender como os estudos da Psicodinâmica do Trabalho podem contribuir para a compreensão entre trabalho e

subjetividade a partir do conceito de mobilização subjetiva. Os objetivos específicos são: descrever uma breve história do desenvolvimento da Psicodinâmica do Trabalho e do surgimento dos principais conceitos; apresentar conceitos provenientes da Psicanálise winnicottiana sobre a teoria do brincar; por fim, abordar a questão da mobilização subjetiva, através dos conceitos de inteligência astuciosa, ressonância simbólica, dinâmica do reconhecimento, cooperação e espaço de deliberação, para que seja possível investigar o diálogo entre a Psicodinâmica do Trabalho e a Psicanálise winnicottiana, buscando-se relações entre a mobilização subjetiva e a teoria do brincar.

Seguindo uma articulação entre objetivos específicos e organização da dissertação, no primeiro capítulo foi apresentado um panorama histórico da Psicodinâmica do Trabalho, desde seu surgimento até a atualidade, sendo descritos seus principais conceitos. No segundo capítulo foram apresentados os conceitos de Winnicott sobre o brincar, os quais serviram como uma ferramenta para que se pudesse pensar, posteriormente, uma articulação com a *mobilização subjetiva*. O capítulo 3, finalmente, trouxe um corpo teórico maior, na medida em que foi dedicado à investigação deste conceito principal, através da Psicodinâmica do Trabalho, e de sua relação com o *brincar* winnicottiano.

CAPÍTULO 1 – PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Este capítulo tem como objetivo fazer um panorama histórico da Psicodinâmica do Trabalho, articulando seus principais conceitos que possam se relacionar ao conceito de *mobilização subjetiva*.

1.1 Considerações iniciais sobre a Psicopatologia do Trabalho

Para tratar sobre o conceito de *mobilização subjetiva*, faz-se necessário, anteriormente, investigar de que maneira o mesmo apareceu no percurso histórico da Psicodinâmica do Trabalho (cuja sigla utilizada neste trabalho será PDT), o que inclui um retorno às suas origens na Psicopatologia do Trabalho (representada a partir de agora pela sigla PPT), ambas geradas na França.

Esta disciplina foi inaugurada nos anos 1950-1960 por autores como Le Guillant, Veil, Sivadon, Fernandez-Zoïla e Bégoïn. Inicialmente, as pesquisas seguiam um modelo causal, baseando-se na ideia de que o trabalho poderia provocar distúrbios psicopatológicos; além disso, buscavam identificar síndromes e doenças mentais características. A PPT sofria grande influência da *patologia profissional*, que era estudada pela medicina do trabalho e pela toxicologia industrial.

As pesquisas iniciais de Dejours revelaram um conflito central entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico. Constatou-se, inicialmente, que a organização do trabalho é anterior ao encontro do homem com o seu trabalho. Já em estudos posteriores, o modelo psicopatológico causal foi ultrapassado. Os homens não seriam passivos em relação aos constrangimentos organizacionais, assumiriam uma postura ativa e seriam capazes de se proteger dos efeitos nocivos do sofrimento sobre sua saúde mental e sair “naturalmente” do domínio da patologia. Para Dejours (2011a), os trabalhadores sofriam, mas sua liberdade era dependente de *estratégias defensivas individuais* ou *coletivas* e esse modelo de estratégias defensivas era apoiado no referencial psicanalítico do funcionamento psíquico.

Para Dejours e Abdoucheli (1994a), a PPT poderia ser definida como “análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pela confrontação do sujeito com a realidade do trabalho” (p. 120). “Análise dinâmica”, neste caso, significa que a investigação se fundamenta nos conflitos que surgem do encontro entre um sujeito,

junto de sua história singular, com uma situação de trabalho cujas características são, em grande parte, fixadas sem a vontade do sujeito, ou seja, parte-se da ideia de uma subjetividade constituída, a qual será exposta à realidade do trabalho. Nesse encontro, tanto o trabalhador quanto a realidade do trabalho podem ser transformados.

Tendo como um dos suportes teóricos a Psicanálise, a PPT pode ser considerada antissolipsista e intersubjetiva, privilegiando as relações com outros sujeitos e com os coletivos. Não há uma relação estritamente técnica, cognitiva ou física. A relação com as pressões advindas da organização do trabalho está sujeita a um contexto intersubjetivo, sendo mediatizada por relações hierárquicas, de reconhecimento, de solidariedade, ou mesmo de conflito (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994a).

Rompendo com a concepção taylorista, nesse aspecto a PPT partilha da proposta da Ergonomia da Atividade e assume que há uma defasagem entre prescrição e execução. Mesmo com as tarefas prescritas pela organização, o sujeito está, a todo o tempo, renegociando e investindo algo de si e do coletivo ao qual pertence para que o trabalho se realize. Logo, a intersubjetividade está sempre presente, sobredeterminada pelas relações sociais de trabalho.

Segundo Dejours e Abdoucheli (1994a), o homem é um sujeito e, acima de tudo, um sujeito pensante. Tem um papel ativo frente às pressões organizacionais, pensa sua relação com o trabalho, produz interpretações de sua situação e suas condições, socializa estas últimas com o coletivo, organiza-se mental, afetiva e fisicamente e, por fim, age sobre o processo de trabalho.

1.2 Da Psicopatologia do Trabalho rumo à Psicodinâmica do Trabalho: um percurso histórico e seus principais conceitos

A PDT, até o início da década de 90, se referenciava como uma vertente da PPT. Logo, faz-se necessário retomar as origens desta.

Athayde (1996) apresenta um histórico desta disciplina. De acordo com o autor, o interesse pelas condições de vida e trabalho do conjunto de trabalhadores em potencial remonta à Revolução Industrial. Encontram-se estudos sobre essa questão social especificamente no século XIX. A partir do século XX, os instrumentos teórico-metodológicos para investigar as dimensões psíquicas no

mundo do trabalho – o qual era objeto de estudo em grande parte da Sociologia Industrial, Engenharia e Medicina do Trabalho – eram ainda escassos, ganhando força a partir do final da segunda Guerra Mundial com a PPT, constituída a partir da Psiquiatria e Psicopatologia Social.

O período 1945-65 pode ser designado como a primeira fase da PPT (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994a), em que se buscou desenvolver uma clínica das afecções mentais provenientes do trabalho. O trabalho era visto como uma desgraça produzida socialmente e que atingia os indivíduos, vitimizados por este processo. Os trabalhadores tinham um papel passivo nesse contexto.

Le Guillant, Bégoïn e Pariente foram representantes da primeira fase e evidenciaram as síndromes que afetam a saúde mental de algumas categorias profissionais, como faxineiros, telefonistas e mecanógrafos. Já uma segunda tendência foi marcada pela atenção às doenças mentais constatadas e à concepção de trabalho como instrumento de reorganização mental, reflexão esta inaugurada por Sivadon, na França, após a segunda Guerra Mundial. Uma terceira tendência nessa fase tinha como objetivo o estudo da desadaptação psíquica do homem ao trabalho, desenvolvida nos anos 60 por Sivadon, Amiel e Fernandez-Zoïla. A quarta tendência investigou as modalidades de readaptação psicológica dos trabalhadores, a partir de Berbizier e Tosquelles. A quinta tendência da primeira fase da PPT, por sua vez, tinha como interesse a higiene mental do trabalho, através de Veil e da Liga Francesa de Higiene Mental (ATHAYDE, 1996).

Como visto anteriormente, a PPT iniciou suas investigações a partir de um modelo causalista, em que o sofrimento era concebido como uma resposta das relações de exploração. A ideia era de que determinadas condições de trabalho seriam a causa direta e evidente de algumas doenças mentais. Nesse momento, estudos de Le Guillant e Bégoïn – baseados na Teoria Reflexológica de Pavlov – sobre a neurose das telefonistas e dos mecanógrafos merecem destaque como os poucos trabalhos que tiveram sucesso nessa abordagem (ATHAYDE, 1996).

A sexta vertente da primeira fase da PPT teve como representante Dejours. A partir de 1973, este autor desenvolveu enquetes em diversos setores industriais juntamente com outros pesquisadores, ainda influenciado pelo modelo causalista e ideológico que predominava até então. Posteriormente a 1978, no entanto, passou a investigar as consequências mentais do trabalho, mesmo na ausência de doenças mentais, o que gerou desconforto em alguns pesquisadores, os quais acharam que

tal encaminhamento favoreceria preocupações individualizantes e, assim, contrárias à emancipação do trabalhador (ATHAYDE, 1996).

Para Davezies (1992), Dejours teria mudado a questão da PPT. A pergunta agora seria: “como fazem os trabalhadores para não ficarem doentes frente a situações de trabalho deletérias?”. Esta virada permitiu um novo desdobramento da PPT.

Segundo Athayde (1996), pesquisas realizadas nessa época revelavam que o trabalho taylorizado gerava uma fragilização, que fazia eclodir doenças do corpo. Deparava-se com “comportamentos estranhos”, porém não patológicos. A análise desses resultados conduziu os pesquisadores a entender esses comportamentos no interior de sistemas defensivos, que eclodiam por vivenciarem sofrimento mental. A partir desse momento, delineou-se um campo de estudos que tinha como objeto o sofrimento mental no trabalho e em que se buscavam os conteúdos desse sofrimento, assim como as defesas por ele detonadas.

O fator enigmático dizia respeito ao fato de que, apesar dos constrangimentos aos quais os trabalhadores estavam expostos nas situações de trabalho, a maioria deles conseguia manter-se na normalidade. Nesse momento, a sexta vertente, de Dejours, é redefinida, e a PPT clássica se desloca para uma psicologia da normalidade, cujo objeto passa a ser o sofrimento.

Para Athayde (1996), o conceito de sofrimento mudou ao longo dos anos. Na primeira acepção, sofrimento representava o conjunto de estados psíquicos individuais que se situavam entre a “boa saúde” e as doenças mentais descompensadas, um espaço de normalidade composto de lutas. O sofrimento trazia uma carga negativa e entendia-se que o mesmo era atravessado por forças que o impulsionavam para a doença. Era um sofrimento patogênico, que emergiria a partir de um bloqueio psíquico, no momento em que todas as possibilidades de adaptação da organização do trabalho ao seu desejo esgotassem.

Houve, portanto, uma reviravolta teórica na medida em que se passou a não mais focalizar as doenças causalistas, dando-se prioridade ao sofrimento e às defesas contra ele. Dejours (2011a) afirma que, apesar dos constrangimentos que surgiam no processo de trabalho, os trabalhadores conseguiam dar conta de não enlouquecerem – o foco a partir de então seria na “normalidade”, a qual seria percebida como equilíbrio instável entre o sofrimento e as defesas contra ele, e que se daria como resultado de estratégias complexas e rigorosas fundamentalmente

intencionais e não apenas como um somatório de estímulos e respostas. A normalidade representa, sobretudo, o produto de uma dinâmica humana em que as relações intersubjetivas – na construção de estratégias defensivas ou, inclusive, ofensivas, contra o sofrimento – ocupam um espaço primordial.

O objeto de estudo da PPT foi redefinido e passou a ser o sofrimento no trabalho, sofrimento este compatível com a normalidade e que envolve regulação do equilíbrio psíquico. Ele seria concebido como a vivência subjetiva intermediária entre doença mental e o equilíbrio psíquico, jamais inteiramente alcançado.

Dejours se apoiou na concepção psicanalítica para fundamentar o termo “psicopatologia”, seguindo a mesma linha de “Psicopatologia da Vida Cotidiana” (FREUD, 1901). Nessa concepção, a raiz etimológica *pathos* remetia a sofrimento, indo além de doença. A psicopatologia teria como objetivo investigar os mecanismos e processos psíquicos mobilizados pelo sofrimento, sendo este compatível com a normalidade, com a busca de equilíbrio, envolvendo regulação.

A normalidade remete à busca da compreensão de um quadro em que o sujeito desenvolve procedimentos defensivos para dar conta daquilo que o descompensa e desequilibra.

Com a descoberta de que a organização de trabalho possui um impacto no funcionamento psíquico e, por conseguinte, no corpo, a PPT buscou como suporte teórico a Psicanálise, que compreende as defesas como um dispositivo-chave de regulação do funcionamento psíquico. Vale lembrar que, em relação à expressão “funcionamento psíquico”, Dejours e Abdoucheli (1994a) partem de um modelo de homem que faz, de cada um, um sujeito com uma história singular, portador de desejos e com determinada personalidade, que reage à realidade de forma original.

1.3 Sofrimento e estratégias defensivas

Dejours, dando continuidade às pesquisas em PPT, desenvolve estudos sobre o trabalho repetitivo, que serviu como elemento para se analisar a relação entre o sofrimento e as estratégias defensivas, posteriormente. Este autor constatou que o trabalho repetitivo, sob o controle do tempo, leva à monotonia e ao tédio. Suas investigações clínicas de campo mostraram que as imposições das cadências e a repetição estão diretamente em conflito com o funcionamento psíquico espontâneo.

A atividade fantasmática é o conceito psicanalítico que se apresenta como um organizador do funcionamento psíquico e testemunha do recalçamento, além de corresponder a um roteiro imaginário para a busca da realização de um desejo. Segundo Merlo (2002), frente a uma situação de agressão ao ego, o indivíduo defende-se, primeiramente, pela produção de fantasmas, os quais lhe permitem construir uma ligação entre a realidade difícil de suportar, o desejo e a possibilidade de sublimação. Na situação de trabalho taylorizada, no entanto, a atividade fantasmática seria um estorvo na execução da tarefa, provocando desatenção, baixa na cadência, alteração da concentração, o que pode ocasionar erros de manobras e acidentes de trabalho. Assim, para que o operador permaneça firme diante dos constrangimentos impostos pela repetição, o trabalho não deve oferecer uma oportunidade de evasão. O trabalhador obtém o sossego a partir da eliminação de qualquer atividade fantasmática de sua consciência. Dejours (2011b) afirma que os operários buscam produzir em si uma paralisia do funcionamento psíquico.

O trabalhador, confrontado com as normas para que seja produtivo, se autoacelera em relação a elas, até que todo o seu sistema de percepção-consciência esteja saturado pelo constrangimento que a cadência causa. Como consequência, o investimento psíquico é tomado por um pequeno circuito, entre o sistema percepção-consciência e motricidade. Com isso, o sistema pré-consciente é abandonado, o trabalhador tem seu funcionamento psíquico paralisado, e o mesmo pode, então, relaxar um pouco para evitar o esgotamento. O estado mental que se desenvolve a partir de sua atividade defensiva é o estado do pensamento operatório (conceito desenvolvido por Pierre Marty e Michel de M'Uzan no campo da Psicossomática) e da depressão (DEJOURS, 2011b).

A autoaceleração individual, vantajosa ao rendimento, torna-se uma obrigação diretamente articulada ao estabelecimento da *repressão pulsional* necessária para que o sujeito consiga resistir, em longo prazo, às pressões psíquicas exercidas pela organização do trabalho (DEJOURS, 1992).

Com o estudo desse tipo de situação de trabalho, Athayde (1996) afirma que se abriu espaço para a investigação de como se engendram as defesas individuais, para a qual a Psicanálise muito contribuiu. No entanto, ao pesquisar o campo da construção civil, verificou-se outro tipo de defesas. Ao lidar com outros tipos de constrangimentos causados pela organização de trabalho, os trabalhadores elaboravam, muitas vezes, sistemas defensivos que implicavam o coletivo de

trabalho. Delineou-se, a partir de então, um tipo de defesa que supôs uma organização de condutas reguladas pelo coletivo de trabalho.

Entre as pressões do trabalho e a doença mental encontra-se um indivíduo capaz de compreender, reagir e se defender de determinada situação. As reações de defesa são singularizadas em função da história e do passado de cada sujeito, assim como da estrutura de sua personalidade.

Segundo Dejours e Abdoucheli (1994a), a partir de entrevistas clínicas, verificou-se que trabalhadores em grupo eram capazes de reconstruir a lógica das pressões de trabalho que os faziam sofrer e também podiam fazer aparecer as estratégias defensivas coletivamente construídas, a fim de lutar contra os efeitos desestabilizadores e patogênicos do trabalho. Contrariamente, as características dos sofrimentos experimentados individualmente diminuía. Dessa forma, evidenciou-se uma ligação entre as pressões do trabalho e as defesas, principalmente coletivas, contra os efeitos psicológicos dessas pressões, em vez da ligação entre pressão e doença. O modelo causalista passa a ser substituído por um modelo dinâmico, privilegiando-se as estratégias coletivas.

Até então, pensava-se que bastaria conhecer a organização do trabalho prescrita para que fosse identificado de onde vinha o sofrimento. Foi descoberto, posteriormente, que as pressões reais do trabalho escapavam, em grande parte, do conhecimento da direção da organização (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994a).

Vale lembrar que na PDT “o sofrimento é uma experiência vivenciada, ou seja, é um estado mental que implica um movimento reflexivo da pessoa sobre seu ‘estar no mundo’” (DEJOURS, 1999, p. 19). No entanto, essa vivência não é totalmente consciente, ela sempre tem uma parte inapreensível e é sempre indissociável do corpo. Assim, “o sofrimento é sempre, antes de tudo, um sofrimento do corpo, engajado no mundo e nas relações com os outros” (DEJOURS, 1999, p. 19).

A partir das investigações de Dejours, foi possível identificar dois tipos de sofrimento: o criativo e o patogênico. Este último surge quando as possibilidades de liberdade na transformação, gestão e aperfeiçoamento da organização do trabalho já foram utilizadas, quando só há pressões rígidas que dão margem unicamente à repetição, frustração, medo e impotência. Quando todos os recursos defensivos já foram utilizados, o sofrimento residual, não compensado, permanece e tira do equilíbrio o psiquismo do sujeito, ocasionando uma descompensação.

O sofrimento é inevitável, no entanto, busca-se definir condições de transformar o seu destino, e não eliminá-lo. Quando o sofrimento pode ser transformado em criatividade, contribui diretamente na identidade do sujeito, aumentando a resistência deste quanto ao risco de desestabilização psíquica e somática – é este o sofrimento criativo. Nesse contexto, o trabalho funciona como um mediador para a saúde. De maneira contrária, quando a situação de trabalho emprega o sofrimento no sentido estritamente patogênico, ocorre uma desestabilização e fragilização da saúde (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994a).

Apesar de o sofrimento ser consequência do conflito entre organização do trabalho e funcionamento psíquico e, ao mesmo tempo, a chave de sua análise, o sofrimento suscita *estratégias defensivas* organizadas coletivamente. Estas estratégias têm a capacidade de transformar a percepção que os trabalhadores possuem da realidade que lhes gera sofrimento. Funcionam por um retorno da relação subjetiva com as pressões patogênicas, uma vez que os trabalhadores se colocam na posição de agentes ativos, saindo da posição passiva, diante da pressão patogênica (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994a).

O sofrimento, para Molinier (2013) é uma vivência individual, experimentada por um corpo único. No entanto, a luta contra ele pode lançar mão de cooperação e regras defensivas. Graças à cooperação defensiva, podem ser garantidas as condições sociais de uma transformação da subjetividade que permite “anestesiá-lo” o sofrimento, para que o trabalhador não fique “prisioneiro” das dimensões da atividade que causam sofrimento. As estratégias coletivas de defesa se constituem a partir do *inconsciente social*, não modificam o risco objetivo, somente modificam a percepção do mesmo. Dizem respeito a um domínio simbólico dos riscos aos quais o trabalhador está exposto e se organizam a partir de crenças, condutas e atitudes, cujo objetivo é reduzir os efeitos decorrentes da percepção das realidades suscetíveis geradoras de sofrimento.

Tal universo simbólico é constituído a partir de sua própria negação, do não dito. Essas estratégias limitam a deliberação sobre o trabalho, restringindo sua amplitude e controlando de perto o que da realidade tentava se evitar. Elas são necessárias para a saúde mental, no entanto, produzem distorções da comunicação, na medida em que impedem de pensar naquilo que provoca sofrimento e que seria importante transformar (MOLINIER, 2013).

Sobre a relação entre sofrimento individual e estratégia coletiva de defesa, é importante ressaltar que não é possível verificar prazer de um grupo ou coletivo. Na concepção de Dejours e Abdoucheli (1994a), prazer e sofrimento são vivências subjetivas, que implicam sua experimentação em um corpo, assim como o desejo, a angústia, o amor etc. Tais termos remetem somente a um sujeito singular. No entanto, a partir dos estudos da PPT, cogitou-se que vários sujeitos, experimentando cada um por si um sofrimento único, seriam capazes de unir seus esforços em torno de uma estratégia defensiva comum.

Logo, a diferença básica entre um mecanismo de defesa individual e uma estratégia coletiva de defesa é que o mecanismo de defesa tem um caráter particular e interiorizado, enquanto a estratégia coletiva de defesa é sustentada através do consenso entre os membros de determinado coletivo. E, ao se falar em estratégia em detrimento de mecanismo, busca-se marcar a importância de que as contribuições individuais a essas estratégias são coordenadas pelas regras defensivas.

Ao transformar a percepção da realidade, surge a noção de alienação, uma questão de extrema importância no estudo das estratégias coletivas de defesa. Nesse processo, estas estratégias não estariam enganando os trabalhadores, mascarando o sofrimento e influenciando na luta contra as pressões patogênicas da organização do trabalho? Esse risco existe. Porém, mesmo elas sendo necessárias para a continuação e adaptação do trabalho às pressões com o intuito de se evitar a descompensação e a loucura, por outro lado, estabilizam a relação subjetiva com a organização do trabalho. São as estratégias defensivas que terão a possibilidade de identificar e modificar a expressão do sofrimento (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994a).

Em alguns casos, de acordo com Dejours e Abdoucheli (1994a), a estratégia se torna tão preciosa para os trabalhadores que, ao se esforçarem para enfrentar as pressões psicológicas que surgem, transformam tal estratégia em um objetivo em si mesmo. A estratégia, que até então era vista como uma defesa perante um sofrimento, passa a ser vista como promessa de felicidade, e a defesa da defesa se torna uma ideologia. Daí a importância de se adotar o termo *ideologia defensiva* em detrimento de estratégia coletiva de defesa, na medida em que a defesa se torna programa de ação coletiva.

As defesas, segundo Dejours (1999), desempenham papel importante para assegurar a saúde dos trabalhadores, porém, podem transformar-se em ideologias defensivas e gerar alienação. A ambiguidade das estratégias defensivas está no fato de que “podem atenuar o sofrimento, mas, por outro lado, se funcionarem muito bem e as pessoas deixarem de sentir o sofrimento, pode-se prever a alienação” (DEJOURS, 1999, p. 171).

Na passagem de estratégia coletiva de defesa à ideologia defensiva, passa-se também da ordem da realidade à ordem do imaginário, gerando um impacto na ordem simbólica, cuja articulação se torna necessária para que haja a perlaboração dos objetivos de organização da ação no espaço público (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994a).

Para Dejours (1992), os trabalhadores criam coletivamente uma ideologia defensiva, que possui duas características: a pseudociência do perigo, isto é, os operários desafiam os riscos, são imprudentes e os ignoram a fim de controlar o medo; e o caráter coletivo, que só funciona se todos participarem. O medo é uma ameaça porque pode dificultar ou impedir o desenvolvimento da atividade.

Cru (1993) afirma que as defesas operárias não devem ser negadas, mesmo as de tipo ideológico, sendo necessário utilizá-las. Desta forma, a audácia, a esperteza e a dimensão lúdica dos “jogos perigosos” serão incluídas nessas práticas educativas e o medo poderá ser driblado através da criação de alternativas e soluções.

Molinier (2013), por sua vez, defende que as estratégias coletivas de defesa são intencionais, embora não sejam conscientes, não modificam os riscos, operam na ordem do domínio simbólico do perigo e constituem um sistema associando diferentes condutas que, tomadas uma a uma, não parecem ter relação entre si.

O estudo sobre as estratégias coletivas de defesa surgiu de maneira significativa nos ofícios da construção civil, em que há um grande perigo em seu exercício e, da mesma forma, onde os riscos são evidentes e bem conhecidos por todos. Apesar de presente no canteiro de obras, o medo se apresenta como incompatível com o desenvolvimento do trabalho, pois apresenta um risco de acidente suplementar. Ao antecipar qualquer racionalização cognitiva, o medo mobiliza o corpo e produz estado de choque, taquicardia, suores, tremores etc. Sua manifestação difere de indivíduo para indivíduo, assim como em relação aos riscos inerentes a cada situação. De qualquer maneira, para se trabalhar, deve-se superar

o medo, caso contrário, o corpo desmorona. Como as estratégias coletivas de defesa são frágeis, é necessário que haja sua adesão por todos os trabalhadores, a todo o tempo (MOLINIER, 2013).

Ir contra o medo exige uma ação anterior à sua manifestação, ação esta percebida através de comportamentos arriscados, competições perigosas entre os trabalhadores, negações sem fundamento das normas de segurança, piadas e deboche dos que demonstram algum sinal de fraqueza na realização de determinada atividade, mesmo sendo esta de alto risco.

Ao lidar com comportamentos perigosos, o trabalhador mobiliza a *métis*, que se coloca a serviço da reviravolta subjetiva da relação do sujeito com o risco, inteligência esta que evita ferimentos, quedas e acidentes e que prevalece na construção dos *saber-fazer de prudência*. (MOLINIER, 2013). A *métis* será mais detalhadamente apresentada no capítulo 3, no tópico dedicado ao conceito de *inteligência astuciosa*.

1.4 Contribuições dos estudos sobre o trabalho na construção civil para a *mobilização subjetiva*

Damien Cru foi um autor cujos estudos sobre o trabalho na construção civil (1983; 1987; 1988; 1993; 1998) foram de grande importância para o desenvolvimento dessa vertente, a qual gerou as bases para investigarmos algumas condições para que se desse a *mobilização subjetiva* posteriormente, no campo da PDT.

Cru percebeu que algumas condutas eram reguladas pelo coletivo de trabalho em função do medo de acidentes na construção civil. Nas pesquisas iniciais, verificou que essas defesas tomavam formas como o uso do álcool, dos comportamentos perigosos e interdição de tudo relativo ao que remetesse ao medo e à angústia no trabalho. Ressaltava-se, em contrapartida, a virilidade, o machismo, a força física e a coragem.

A partir de suas pesquisas, Cru descobriu um sistema defensivo pelo qual, ao se demonstrar que não se tem medo, tenta-se persuadir a si próprio. Nesta modalidade, o coletivo por inteiro é convocado a fazer uso de tal sistema defensivo, sob pena de exclusão daquela coletividade (apud ATHAYDE, 1996).

Cru também verificou que tal sistema defensivo não se limita ao canteiro de obras. Seu funcionamento em rede também é incluído, pois, para que funcione, o núcleo familiar é convocado a se engajar no sistema, contribuindo para sua estabilização.

Segundo Athayde (1996), uma contribuição acadêmica importante através dos estudos de Damien Cru na construção civil foi em relação à importância dos sistemas defensivos para a economia psíquica dos trabalhadores. Em psicopatologia, a negação da realidade se reflete na consciência sob a forma de alucinação, ou seja, uma produção patológica, diferentemente de situações como da construção civil. Como nesse contexto de trabalho a negação se apoia na coletividade, afasta-se o mecanismo patológico. Ao mesmo tempo em que protege os trabalhadores da dolorosa percepção da realidade, através da negação, o sistema defensivo os protege da loucura.

Cru e Dejours (1987) formulam, em seguida, a hipótese de que os trabalhadores conhecem implicitamente e, em profundidade, os perigos de seu trabalho. Defendem-se espontaneamente e de um modo não perceptível pela organização do trabalho, não somente contra o medo, mas também contra os próprios riscos, além de se defenderem concretamente, com a ajuda de procedimentos específicos e eficazes, no decorrer do seu trabalho.

Tais procedimentos, estratégias e saberes de prudência são parte integrante do saber operário e são dele indissociáveis. Uma parte é consciente, outra é inconsciente e adquirida na arte da profissão, nas tradições, nos costumes e hábitos.

Esses saberes estão sempre na própria execução do trabalho. Quanto mais medo, mais se mobiliza uma sabedoria prática dos trabalhadores. Além disso, pode-se dizer que tais saberes exercem grande influência na organização do trabalho, já que formam sistemas de autorregulação dos coletivos e consolidam estratégias espontâneas para prevenir riscos e acidentes nas situações de trabalho.

A noção de coletivo de trabalho, tendo Cru também como precursor nessas investigações, foi fundamental para o desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho e, posteriormente, da Psicodinâmica do Trabalho com Dejours, pois realizou as seguintes constatações: delimitou a noção de normalidade e sofrimento psíquicos; detectou que este sofrimento só é possível pelo desnivelamento das defesas; identificou que estas se organizam em sistemas coletivos. A partir daí, a noção de coletivo de trabalho terá grande impacto para se pensar a experiência do

trabalho na constituição da dinâmica social e da saúde dos trabalhadores. Com essas constatações, outra identificada foi sobre o trabalho não ser apenas fonte de sofrimento, e sim de prazer. Procurou-se, então, descobrir em que condições isso poderia se dar (ATHAYDE, 1996).

Athayde (1996) defende que a centralidade da questão estava na organização do trabalho, que passou a ser entendida como uma relação social atravessada por trocas intersubjetivas. Levando-se em conta a defasagem entre o trabalho prescrito e o real, descobriu-se que as estratégias coletivas de defesa fazem parte do trabalho e contribuem para reorganizá-lo e constituir o seu coletivo.

Outra descoberta importante, a partir das pesquisas de Cru (1987; 1988; 1998), foi de que os trabalhadores têm a capacidade de construir verdadeiras *regras de trabalho ou de ofício* que não estão de acordo com a organização do trabalho oficial. Não são apenas truques, macetes ou habilidades isoladas, mas sim uma articulação entre esses elementos, que visa a uma elaboração de princípios reguladores para a ação e gestão das dificuldades que surgem no processo de trabalho.

Coletivo de regras e regras de ofício são dois conceitos que estão intimamente relacionados. Se há regras de ofício, pressupõe-se que um coletivo de regras se estabeleceu, na medida em que um grupo ou uma equipe se constituem em uma comunidade por regras de ofício, as quais não são prescritas, e sim elaboradas no cotidiano pelo coletivo de trabalho; são o produto de acordos normativos, de convenções sobre o que se considera válido, correto, justo ou legítimo (CRU, 1998).

Segundo Pharo (apud ATHAYDE, 1996), a atividade de produção de regras é a *atividade deôntica*. A importância desta atividade é geralmente subestimada em análises sobre qualidade e segurança do trabalho, por exemplo, uma vez que as regras de ofício fazem parte da “face oculta do trabalho”, pois não são ensinadas, e aqueles que têm acesso ao seu conteúdo a mobilizam, porém sem se conscientizar de sua ação. Tais regras só se tornam visíveis através da transgressão, quando há litígio entre duas regras que se contradizem ou quando é preciso inventar uma nova regra. Podem ser divididas em regras sociais, técnicas, languageiras ou éticas.

Molinier (2013) afirma que as regras sociais organizam as relações entre as pessoas, levando em consideração o ideal do saber viver e da equidade, buscando relações de compreensão, paz, educação, polidez, asseio e “convivialidade”. Esta

última tem grande importância no que diz respeito à coesão das equipes e manutenção da cooperação. Remete ao prazer de as pessoas estarem juntas, dividindo com os demais o trabalho, seus modos operatórios, a ajuda, as dificuldades e seu sentido de coletividade. É nessa situação informal que se discute a prática do ofício, é ali onde os procedimentos são criticados, que as regras do ofício são ajustadas e se renova a cultura técnica.

Ainda de acordo com Molinier (2013), a convivialidade não pode ser prescrita, pois demanda tempo para a convivência e uma estabilidade daquele coletivo. Ela só ocorrerá quando houver condições propícias para que se inicie a discussão sobre as contradições do trabalho, os procedimentos, podendo ocorrer tanto durante o tempo de trabalho, quanto fora do mesmo.

Damien Cru (1998) trouxe grandes contribuições para a Psicopatologia do Trabalho, como foi visto, inclusive no âmbito das regras do ofício, nesse caso a partir de seu trabalho realizado com talhadores de pedra. Sobre essa discussão, faz-se necessário que se remeta às regras técnicas que dizem respeito aos trabalhadores não entrarem de “sopetão” no trabalho. A proposta é de que não haja precipitação, sendo fundamental um tempo para que se respire, se observe e se planeje o serviço, tudo isso a partir de uma “sacação”.

Comentando o trabalho de Cru, para Molinier (2013), essa regra cria uma relação com o tempo particular, que ultrapassa determinada situação de trabalho. Cada um deve aprender a dar o seu tempo, o que remete a um saber viver fundado em regras sociais e em uma cultura do ofício. Vale ressaltar que tal regra envolve uma questão ética, na medida em que a precipitação pode ocasionar acidentes de trabalho e se impõe contra a opinião dos superiores.

Para que haja a intercompreensão no coletivo de trabalho, são importantes as regras languageiras, que são colocadas em prática através de um jargão. O jargão profissional descreve atividades complexas sob formas sintéticas e econômicas, em situações em que é necessário ser prontamente compreendido, empregando-se, em muitos casos, siglas e abreviações, o que pode ser, ao mesmo tempo, uma vantagem ou um inconveniente, pois neste caso se apresenta como um obstáculo à compreensão de quem não faz parte do coletivo em questão, o que pode demandar uma explicação detalhada para quem é de fora (MOLINIER, 2013).

Por fim, há as regras éticas, que representam o nível mais alto no que diz respeito à deontologia. Fixam o que é justo ou não fazer. A ética diz respeito à

“orientação para a vida boa”, segundo a qual as ações de cada pessoa se inscrevem na construção do mundo em que se deseja viver e transmitir em função de determinada ideia de felicidade. A orientação ética do trabalho é fundamental para que o sentido que se deseja dar à vida seja direcionado (MOLINIER, 2013).

Cru (1987; 1988), em seus estudos sobre talhadores de pedras parisienses, enumera quatro importantes regras do ofício:

A regra do tempo – “nem comer, nem dormir” –, regula o ritmo de trabalho para que este não seja apressado, nem lento demais, o que, em ambos os casos, poderia ocasionar acidentes. Está implícito, nesta regra, um olhar cuidadoso sobre o que o próprio trabalhador está fazendo, assim como seus pares, a fim de corrigir possíveis erros em determinada ação. É considerada uma regra de moderação. Trabalhar com pressa é não só estragar a obra, é também não medir o próprio desgaste, é não saber se cuidar.

Outra regra é a da passagem livre, segundo a qual todos podem circular no canteiro de obras, permitindo-se observar e analisar o trabalho dos colegas. Apreende-se a interdependência entre as atividades, sobre o ofício e sobre a necessidade de se ter uma interface entre os coletivos. Porém, somente quando ameaçada, lembra-se de sua existência.

A regra de ouro é outra regra de grande importância apresentada por Cru. Propõe que cada um deve finalizar o trabalho que iniciou. Desta forma, todos terão uma visão global do trabalho, dominando todas as etapas do processo.

Finalmente, propondo que cada um trabalhe com suas próprias ferramentas, como o nome já sugere, a regra da ferramenta se liga às outras regras, na medida em que todos os trabalhadores, ao fazer uso de seus próprios instrumentos de trabalho, se autorregularão. Esta regra marca o caráter necessariamente individual dessa inscrição pela materialização – a sedimentação da história de cada um – de suas experiências nas caixas de instrumentos. Neste caso podemos falar de precipitação, mas no sentido químico do termo: a caixa de instrumentos, aqui representada pelas ferramentas, referindo-se a um precipitado da história do trabalhador. Cada ferramenta evoca um encontro, uma troca, um canteiro, uma empresa etc.

Todas essas regras possuem coerência interna e são interdependentes, induzem a uma arte de viver e regulam a vida do sujeito tanto dentro quanto fora do trabalho. Essa arte implica que é importante a capacidade de inventar soluções, de

acordo com os princípios gerais da regra. Elas garantem que o trabalho não será perturbado pela intervenção inoportuna de outra pessoa, protegendo, assim, contra a ingerência, o arbitrário, as variações de humor, os aborrecimentos etc. Garantem, a cada um dos que as respeitam, a possibilidade de viver sua existência no canteiro. Além disso, permitem que haja um *jogo* nas relações de trabalho, assim como algo de um espaço transferencial onde os desejos inconscientes de cada um podem se realizar.

Outra característica importante é que introduzem no trabalho do ofício a dimensão da lei, a partir de uma castração simbólica, limitando o poder imaginário de cada um, potencializando identificações – “fulano respeita as regras, logo é formidável” – e pelo acesso ao simbólico pela língua.

Elas contribuem para o trabalhar em conjunto e são fundamentais para a construção de relações de confiança e cooperação para o coletivo. Diferentemente do regulamento, não possuem um limite intransponível, nunca chegam a uma estabilidade, tendo em vista que visam ao processo de trabalho, estando este em eterno movimento. Além disso, não preveem sanção, à medida que o arbitrário e a ingerência são suportáveis, o que garante um respeito mútuo naquele coletivo (ATHAYDE, 1996). Têm um poder de coesão e construção do coletivo: coletivo de regra, que será oposto ao coletivo estruturado pelas estratégias de defesa – coletivo de defesa.

Cru (1998) defende que quando a organização prescrita do trabalho interfere e impede que as regras de ofício sejam cumpridas, o coletivo deixa de se organizar/estruturar, o que gera um aumento dos riscos de acidente e, conseqüentemente, pode gerar menor produtividade e qualidade no trabalho. O mais perigoso não é quando os trabalhadores desobedecem aos procedimentos de segurança prescritos, mas quando desobedecem às regras de ofício, pois estas são prevenções efetivamente baseadas na experiência concreta operária.

Já o coletivo de trabalho, tema investigado por Cru ainda no contexto da construção civil, como visto anteriormente, é definido quando vários trabalhadores concorrem a uma obra comum, no respeito a regras (CRU, 1998). Para ele, nenhum trabalhador nunca está só em relação ao seu trabalho.

Cru buscou diferenciar *coletivo* de *grupo*, estando este último em oposição a indivíduo, não possuindo leis ou regras e sendo constrangido por regulamentos. Já um coletivo tem a capacidade de autorregulação, transcendendo a hierarquia, pois

defende regras internas ou externas e é contra a imposição de leis. O coletivo é indispensável para que haja reconhecimento, cooperação e coordenação no trabalho.

Um coletivo de trabalho funcionará melhor se os indivíduos que o formam estiverem com as regras bem interiorizadas. Assim, o coletivo será capaz de assumir todas as suas funções de produção – por um lado, a obra comum sobre a qual ele está constituído – por outro, todas as produções necessárias ao seu desenvolvimento, à sua coesão, à sua adaptação. O coletivo defende as regras contra as ameaças exteriores, pois procura adaptá-las à evolução do trabalho. Por exemplo, a multiplicação das máquinas elétricas traz novos problemas entre os coletivos de canteiros e a empresa. O coletivo defende também as regras contra as ameaças interiores. Ele se opõe a que uma só pessoa ou um pequeno grupo imponha sua lei, mesmo sendo o chefe. Defendendo as regras, o coletivo defende certo tipo de relações no tempo, no trabalho entre os homens, defendendo a capacidade de autorregulação e de iniciativa e transcendendo a hierarquia. A capacidade de iniciativa individual ou coletiva não é decretada, ela se constrói (CRU, 1987).

Enfim, as regras induzem uma arte de viver. Quanto mais as regras agem e estruturam as relações pela base, tanto mais a arte de viver aparece. Eis o domínio da representação contínua com seus papéis, costumes, língua, história, cantos e jogos.

O trabalho de ofício requer uma atividade psíquica completa, que vai além do meramente cognitivo, sendo difícil de se fazer reconhecer pelos que gerenciam o trabalho. Assim, está presente uma antecipação criativa, que é uma maneira de se representar as fases consecutivas de um trabalho, de ordená-las mentalmente, de inscrevê-las no presente e no futuro, levando-se em conta o passado, a experiência, os instrumentos etc. (CRU, 1988). Tais elementos serão importantes para se pensar sobre a mobilização subjetiva.

1.5 Psicodinâmica do Trabalho

A PDT possibilita uma compreensão contemporânea sobre a subjetividade no trabalho. Seu desenvolvimento permitiu um novo olhar às ciências do trabalho ao

propor a criação de espaços de deliberação em que os trabalhadores pudessem expressar sua voz, seus sentimentos e as contradições do contexto do trabalho, gerador de prazer e de sofrimento (DEJOURS, 1992).

A transição da PPT para a PDT se deu ao longo das pesquisas e seu marco é na publicação do adendo teórico em 1993. Como visto, justifica-se a mudança pelo crescimento da segunda e, sobretudo, pelo objeto ser a normalidade, a saúde e não mais a patologia. Embora o foco continuasse sendo o sofrimento no trabalho, abriu-se espaço para o prazer (LHUILIER, 2011).

O desenvolvimento da primeira disciplina em direção à segunda está fundamentado na descoberta de que a relação entre a organização do trabalho e o sujeito está em constante movimento e em equilíbrio dinâmico. Lhulier (2011) afirma que a PDT pode ser considerada uma clínica do trabalho, pois “investiga” o sujeito em sua situação real e concede um espaço privilegiado para a fala do trabalhador sobre o seu sofrimento no trabalho, levando em conta uma perspectiva mais ontológica do que patológica.

1.5.1 A Normalidade para a Psicodinâmica do Trabalho

Para a PDT, só é possível conhecer as diversas dimensões da experiência do trabalho a partir de uma teoria do sujeito humano, representada aqui pela Psicanálise. Esta aborda o humano como um ser dividido entre uma ancoragem corporal e uma inscrição social. O homem luta em duas frentes e subverte em ambos os campos: o do corpo, contra a tirania da pulsão – que exige satisfação – e dos determinantes sociais e dos papéis assinalados, uma vez que a pulsão carrega a história singular do sujeito (ATHAYDE, 1996).

Athayde (1996) afirma que, a partir dessa abordagem, todo sujeito busca encontrar uma saída, para as pulsões, que seja compatível com sua inserção social ou intersubjetividade, a fim de construir sua história. Trata-se de um sujeito que busca seu acabamento, identidade e autorrealização. Esta se apresenta em duas direções.

A primeira se configura no teatro das relações amorosas, na infância. O ponto de partida é a falta, uma vez que o outro nunca responde totalmente às expectativas de cada um. Tal direção, que não dá conta da identidade, funda a dinâmica do

encontro/reencontro sobre esta falta básica. Analogamente, o trabalho é representado aqui pelo amor (ATHAYDE, 1996).

O segundo direcionamento do sujeito em busca de sua identidade e autorrealização, segundo Athayde (1996), surge no campo do trabalho, sendo necessário se relacionar com o coletivo e definir regras, diferentemente da primeira direção, em que um percurso individual poderia ser traçado. Trabalhar, aqui, remete à ideia de se beneficiar de um lugar para fazer e se fazer com os outros, continuamente. A identidade jamais se estabiliza, sendo conquistada através da intersubjetividade, do olhar do outro, pelo reconhecimento. Em casos negativos, o trabalho pode colocar obstáculos à construção da identidade e produzir sofrimento.

Para a PDT, o trabalho só acontece de fato se o sujeito investir algo de si durante esse processo e, por se tratar de investimento, o mesmo esperará uma retribuição. No teatro do trabalho, joga-se no registro da identidade, passando pela demanda do reconhecimento, especificamente pelo reconhecimento do fazer. Na sua ausência, o funcionamento psíquico do trabalhador se desestabiliza, entrando em cena o sofrimento patogênico e as defesas (ATHAYDE, 1996). A questão sobre a dinâmica do reconhecimento será mais bem tratada no capítulo 3, no contexto da mobilização subjetiva.

1.5.2 O trabalho para a Psicodinâmica do Trabalho

Como visto, a PDT se inspirou na Ergonomia da Atividade, a partir da ideia de que há uma defasagem na ordem técnica entre a tarefa prescrita e a atividade real. Tal defasagem explicita, igualmente, o insucesso constitutivo do fazer humano, desde o plano inicial da prescrição. O trabalho real também experimenta tal insucesso, ao se apresentar enquanto pretensa verdade, no lugar ficcional da prescrição. Em qualquer fazer humano sempre será encontrado este insucesso, através do qual o trabalhador tenta ajustar a sua técnica e os seus objetivos, dada a variabilidade e os constrangimentos que se apresentam no processo de trabalho (ATHAYDE, 1996).

Por mais que haja procedimentos e regulações, o trabalho é sempre remetido à alteridade, logo não é possível dar conta do que está prescrito de maneira fiel e surgem novos desafios e imprevistos a todo o momento. Aquilo que escapa, sob a

forma de real do trabalho, se torna um enigma a ser decifrado, o que mobiliza o trabalhador a buscar novas soluções.

Para Dejours (1997), atividade é aquilo realmente feito pelo trabalhador frente à tarefa e não se constitui apenas como um conceito, mas representa também um estado de coisas. Indo além desta realidade da atividade indicada pela Ergonomia, a PDT se interessa sobre o que seria “o” real do trabalho, aquilo que é conhecido por resistir ao conhecimento técnico-científico e que é apreendido, inicialmente, sob a forma de experiência de fracasso e resiste à simbolização, estando ligado substancialmente ao insucesso, como abordado anteriormente.

A PDT vai conceber todas as definições de trabalho levando em consideração a defasagem existente entre o prescrito e o real. Para Davezies (1993), trabalho é a atividade desenvolvida por homens e mulheres para fazer face ao que não está dado anteriormente pela organização do trabalho. Ainda no ano de 1993, Davezies trouxe importantes registros que remetem à inteligência do trabalho. Para ele, trabalhar implica sair do discurso para se confrontar com o mundo.

A coordenação é outro elemento abordado pela PDT para definir o trabalho. Para Dejours, o “trabalho é a atividade ‘coordenada’ desenvolvida por homens e mulheres para fazer face ao que, em uma tarefa utilitária, não pode ser obtida pela estrita execução da organização prescrita” (DEJOURS, 1997, p. 43). Vale ressaltar que este autor traz como novidade também o termo “tarefa utilitária” como sendo inerente à atividade.

Dejours (2012a) defende que trabalhar é preencher a lacuna que existe entre o prescrito e o efetivo, já que o trabalho é aquilo que o sujeito deve acrescentar às prescrições para que atinja os objetivos propostos pela organização, ou ainda o que ele deve dar de si mesmo para fazer frente ao que não funciona quando ele segue de maneira fiel a tarefa.

Nenhuma organização funciona se os operadores são extremamente obedientes. No trabalho, está presente um zelo, o qual é considerado como uma certa forma de inteligência, assim como certas formas de mobilização da mesma inteligência. Esta, por si só, é insuficiente. O zelo conota mobilização, vontade e desejo de colocar esta inteligência em ação (DEJOURS, 2012a).

O trabalho é o que implica, de uma perspectiva humana, o fato de trabalhar: os gestos, os saber-fazer, o engajamento do corpo, a mobilização da inteligência, a capacidade de refletir, de interpretar e de reagir a diferentes

situações, é o poder de sentir, de pensar, de inventar etc. Em outros termos, para o clínico, o trabalho não é, em primeira instância, a relação salarial ou empregatícia, é o “trabalhar”, ou seja, um modo específico de engajamento da personalidade para enfrentar uma tarefa definida por constrangimentos (materiais e sociais). (...) O trabalho define-se como o que o sujeito deve acrescentar às prescrições para poder alcançar os objetivos para os quais foi designado; ou ainda, o que o trabalhador deve acrescentar de si para fazer frente ao que não dá certo quando ele se atém escrupulosamente à execução das prescrições (DEJOURS, 2012b, pp. 24-25).

Tão importante quanto coordenar é cooperar no trabalho. Cooperar representa a vontade das pessoas de trabalharem juntas e de superarem coletivamente as contradições que surgem da própria natureza da organização do trabalho. A cooperação é jamais determinada previamente, sendo produzida a partir dos coletivos de trabalho. Além disso, é ela que permitirá a confiança entre os trabalhadores (DEJOURS, 2011a).

Outros conceitos entram em cena na definição de trabalho, posteriormente: o de resistência ao real, o de insucesso frente ao objetivo e o de engenhosidade, que remete à compensação parcial ao insucesso por processos que implicam a subjetividade – conceitos estes que se relacionam diretamente ao chamado “fator humano” de trabalho. Trata-se, neste caso, de uma inteligência mobilizada a partir da prática, que se faz conhecer através do insucesso da prescrição (ATHAYDE, 1996).

1.5.3 Trabalho real: indo além das prescrições

A PDT levou adiante a questão sobre como os trabalhadores conseguem dar conta da defasagem entre trabalho prescrito e trabalho real, sobre como seriam produzidos os saberes não técnicos e se questionou como a subjetividade, mais especificamente a inteligência, seria mobilizada no trabalho.

Os processos psíquicos que o sujeito mobiliza na criação, invenção, ajustamentos, bricolagem etc. estão ligados a uma inteligência geralmente não levada em conta pela ciência. Uma inteligência de raiz corporal, em constante ruptura com as normas e regras, tendo um caráter transgressor. Detienne e Vernant (2008) propõem a análise dessa inteligência astuciosa a partir do conceito de *métis*, tomando como base a vida na Grécia Antiga.

A inteligência astuciosa funciona sempre subvertendo uma regulamentação feita anteriormente pela organização do trabalho, com o objetivo de atender às necessidades do trabalho e para que os objetivos sejam atingidos de maneira mais eficaz. Para a PPT, o sujeito, vivenciando o sofrimento, pode ter acesso a essa inteligência, com a diferença de que ela não leva somente à atenuação do sofrimento, mas atinge, por outro lado, o prazer, quando mobilizada de maneira satisfatória.

Posteriormente a diversas investigações realizadas, Dejours (2011a) verificou que, além da contradição existente entre a organização do trabalho prescrita e a organização do trabalho real, a organização do trabalho em si é repleta de contradições. Cada incidente ou acidente leva à criação de outras regulamentações que, por sua vez, somam-se às anteriores e, com o tempo, tornam-se difíceis de serem conciliadas. Como consequência, tais regulamentações impossibilitam a execução do trabalho caso todas as normas sejam cumpridas fielmente.

No entanto, para que o trabalho de fato se realize, segundo Dejours (2011a), é necessário que o sujeito tome determinado afastamento das prescrições para que possa “interpretá-lo”, criando atividades, saber-fazer e novos modos operatórios, uma vez que a PDT tem por objeto os processos intersubjetivos que possibilitam a gestão social das interpretações do trabalho pelos indivíduos. Nessa abordagem, o trabalho é humano por definição, remete a uma relação intersubjetiva e se mobiliza justamente onde a ordem tecnológico-maquinal é insuficiente.

O trabalhador mobiliza sua inteligência e personalidade para que os objetivos da organização do trabalho possam ser atingidos. Inteligência esta que não é estritamente cognitiva, mas astuciosa, criativa, proveniente da prática e ancorada no corpo. Além disso, o sujeito tem a capacidade de coordenar seu trabalho, sem o quê, corre-se o risco de provocar incoerências e incompreensões entre os agentes que podem destruir as potenciais vantagens da inteligência prática diante da qualidade da produção ou da segurança das instalações. Quando não ocorre a mobilização subjetiva, surge o sofrimento patogênico (DEJOURS, 2011a).

No ano de 1990, Dejours publicou o texto “Un nouveau regard sur le souffrance humaine dans les organisations”, no qual apresentou um interesse sobre a questão da produtividade no trabalho. Nessa obra, abordou a temática da motivação, a partir de conceitos como sofrimento patogênico, sofrimento criativo e sublimação (DEJOURS, 1990). Percebe-se, com a produção de estudos sobre a temática da

produtividade, qualidade e motivação, a partir da PDT, o desenvolvimento de uma abordagem que abre espaço para se pensar sobre o conceito de mobilização subjetiva, o investimento da inteligência na atividade de trabalho, a coordenação e a cooperação.

Sabe-se que, para que o sujeito possa superar o sofrimento, este deve ser transformado de sofrimento patogênico em sofrimento criativo. Para isso, deve engajar seu corpo e subjetividade para encontrar maneiras de escapar dos constrangimentos impostos pela organização do trabalho e, conseqüentemente, do encontro com o revés proveniente do real do trabalho. O trabalhador, nesse processo, lança mão da mobilização subjetiva e tenta dar conta do sofrimento a fim de produzir prazer no trabalho.

A PDT permite investigar as influências dos modelos de gestão na saúde mental e identidade dos trabalhadores. Essa abordagem considera que o sofrimento se origina no conflito entre o desejo do sujeito com a organização prescrita do trabalho. Apresenta-se como uma alternativa à concepção clássica-tradicional de entender o trabalhador como um mero executor de tarefas, já que abre espaço para a sua subjetividade e para a mobilização da mesma, o que garantirá prazer e, conseqüentemente, produção de saúde no trabalho.

O capítulo seguinte foi elaborado para trazer algumas contribuições da teoria de Winnicott a fim de investigar como sua teoria sobre o brincar pode contribuir para se pensar sua relação com o trabalho (já no capítulo 3), pois Dejours (1995) se baseia nesse autor para afirmar que o brincar se apresenta como um convite da criança aos pais para que representem, em um teatro imaginário, seu sofrimento transformado em peça teatral. Esse papel importante do brincar para a saúde poderá ser desenvolvido pelo trabalho na vida adulta. Para fazer face ao real do trabalho, é necessário criar.

Para Winnicott (1975), é no brincar que tanto a criança quanto o adulto podem fruir sua liberdade de criação e ser capazes de utilizar sua personalidade integral, e é justamente sendo criativo que o indivíduo pode construir o self.

O brincar pode funcionar como propulsor da mobilização subjetiva – conceito este abordado mais profundamente no último capítulo.

CAPÍTULO 2 – A TEORIA DO BRINCAR SOB A PERSPECTIVA WINNICOTTIANA

A proposta deste capítulo é apresentar de que maneira a Psicanálise winnicottiana – sobre a teoria do brincar – pode oferecer contribuições para investigar o conceito de mobilização subjetiva, criado pela PDT, a qual tem como postura não propor uma aplicação da Psicanálise ao mundo do trabalho.

O campo psicanalítico foi delimitado às obras de Winnicott em função das aproximações teóricas deste autor com algumas temáticas que estão presentes no estudo da mobilização subjetiva, tais como o brincar (no trabalho, a partir da PDT) e o viver criativo no desenvolvimento psíquico do sujeito. Por mais que o autor inglês não tenha formulado uma teoria sobre o trabalho em si, deixou subsídios para que seja possível pensar em articulações que contribuam para esse estudo. Vale ressaltar que o próprio Dejours (1995) cita Winnicott como suporte teórico à PDT.

2.1 Desenvolvimento psíquico a partir de Winnicott

Donald Woods Winnicott, pediatra e psicanalista inglês, trouxe grandes contribuições ao campo psicanalítico a partir de sua clínica com crianças. A maior parte de sua atenção se voltava para a forma pela qual as crianças se relacionavam com suas mães e, a partir disso, buscou investigar a relação do sujeito com o mundo. Para o autor, o ambiente é determinante na construção de um *eu* saudável e de um viver criativo.

Como Winnicott pensa o desenvolvimento do psiquismo? Como articula individualidade, experiência criativa e o brincar? O autor defende a ideia de que a individualidade é uma conquista, e não um elemento já dado de antemão. A ilusão e a fantasia são elementos que fazem parte de uma existência criativa, que é o meio pelo qual pode ser adquirido o sentimento de existência do ser. Este sentimento de existência, no entanto, depende também da participação de outras pessoas, que são as responsáveis por apresentar o mundo ao bebê que se forma (SOUZA, 2011).

Ao contrário de Freud, por exemplo, Winnicott não considera que exista um “eu” inato, mas um *self* que se forma ao abandonar um estado anterior de dependência e integração total com o ambiente que cerca o ser assim que ele

nasce. Como será apresentado mais detalhadamente adiante, o bebê, para Winnicott, passa por um período de alucinação, no qual imagina que o mundo e ele são uma mesma coisa. A separação se dá na superação desta integração total, quando é possível falar de um self individual. Antes disso, contudo, o bebê precisa da ilusão de um mundo e de que este lhe seja trazido de modo adequado às suas necessidades, sejam elas um seio, um cobertor ou um brinquedo. É com a apresentação do mundo que o bebê pode começar a desenvolver sua individualidade e suas relações criativas com o ambiente, logo a presença facilitadora de um outro é indispensável (SOUZA, 2011).

2.1.1 Saúde e verdadeiro self

Para Winnicott, a saúde é resultado de um desenvolvimento satisfatório, uma conquista do indivíduo a partir da capacidade de se sentir uma pessoa inteira, espontânea e criativa. O desenvolvimento proposto por Winnicott pode ser dividido em três momentos: integração, personalização e realização ou relação de objeto, os quais estabelecem entre si uma relação de complementaridade (LESSA, 2008).

O termo integração, de acordo com Lessa (2008), se refere à constituição do ego, ao surgimento gradual, durante o cuidado provido pela mãe, de uma delimitação entre o bebê e o mundo. A integração é um elemento fundamental para a concepção de saúde proposta por Winnicott. Tornar-se uma unidade, no sentido de diferenciar-se dos objetos *não eu*, é condição para a aquisição futura de um senso de self, de inteireza e, conseqüentemente, de um viver criativo.

Após a integração, em que ocorre a delimitação do ego que podemos sintetizar pela frase “eu existo, sou um e tenho um corpo”, vem a personalização, representada pela acomodação do ego no corpo, sendo um momento em que o indivíduo passa do “eu tenho um corpo” para o “eu sou o meu corpo”. Aqui se dá a consolidação do psicossoma, uma unidade somatopsíquica divisível apenas no campo teórico. Quando a personalização fracassa, ocorre o surgimento de uma vida mental dissociada da corporeidade que lhe seria correspondente. O indivíduo desenvolve uma mente que tem vida própria e está alojada em algum lugar de um corpo. Por outro lado, quando bem sucedida, a personalização permite que o

indivíduo experimente mais do que uma existência egoica, mental, dissociada da corporeidade, mas um sentimento de inteireza, de self (LESSA, 2008).

Segundo Lessa (2008), a aquisição de um senso de self nos leva ao terceiro momento do desenvolvimento emocional proposto por Winnicott, que é a realização ou relação de objeto e se dá no instante em que o indivíduo se torna uma pessoa inteira e pode relacionar-se com a sociedade, identificar-se com ela, não por adaptação, mas porque a sociedade é parte da criação do indivíduo e ele se sente potente frente à vida, podendo lidar com frustrações e sem medo de ser aniquilado.

Vale lembrar que, de acordo com Franco (2003), o termo self diz respeito à descrição de como o indivíduo se sente do ponto de vista subjetivo, apontando para uma personalidade total e para a experiência de “sentir-se real” e tendo sua origem como potencial do recém-nascido. É possível se desdobrar um self total, isto é, uma pessoa capaz de estabelecer a distinção entre eu e não eu, a partir de um ambiente suficientemente bom. Uma distinção fundamental é a de falso self, que é defensivo, artificial, organizado para atender as demandas sociais, e o verdadeiro self, que produz a vida espontânea e criativa e as ideias propriamente pessoais (FRANCO, 2003).

A soma das experiências de relaxamento e criação é o que permite a formação de um sentimento verdadeiro de self. O self verdadeiro, portanto, se constrói onde não é tão necessária a defesa e é criado utilizando todos os recursos disponíveis na personalidade (FRANCO, 2004). O falso self, por sua vez, é uma adaptação ao mundo para que o self verdadeiro não seja aniquilado e é uma adaptação submissa às exigências do mundo para evitar retaliações que poderiam ser sentidas como perigosas à frágil integração. Nesse sentido, o indivíduo que vive a partir de um falso self é quase sempre reativo e pouco espontâneo, sem autenticidade e criatividade, sendo manipulado pelo mundo (LESSA, 2008).

A capacidade de estabelecer relações com os objetos não eu de maneira autêntica e produtora de alguma satisfação pessoal depende da experiência de onipotência do bebê – que será detalhada mais adiante – e também de um outro tipo de ilusão típica das crianças pequenas, os fenômenos transicionais, que, por sua vez, são facilitados pelos objetos transicionais (LESSA, 2008). Uma das maiores contribuições teóricas de Winnicott foi na investigação de tais objetos e fenômenos, os quais serviram de fundamento para o desenvolvimento de sua teoria sobre o brincar. Vale lembrar que esta teoria tem ligação direta com suas formulações sobre

o viver criativo e a localização da experiência cultural. O tópico seguinte será dedicado à investigação mais detalhada dos objetos e fenômenos transicionais.

2.1.2 Objetos e fenômenos transicionais

A hipótese original de Winnicott (1975) remete ao relacionamento existente entre dois conjuntos de fenômenos que são separados por um intervalo de tempo. O primeiro diz respeito à tendência do bebê de usar o punho, os dedos e os polegares para estimular a zona erógena oral e satisfazer seus instintos. Já o segundo é representado pela brincadeira com objetos, a partir dos quais a mãe espera que estes se tornem objetos de apego do bebê.

O autor afirma que é interessante um estudo do desenvolvimento do primeiro para o segundo conjunto de fenômenos transicionais, a fim de uma contribuição à clínica.

Introduzi os termos 'objetos transicionais' e 'fenômenos transicionais' para designar a área intermediária de experiência, entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação de objeto, entre a atividade criativa primária e a projeção do que já foi introjetado, entre o desconhecimento primário de dívida e o reconhecimento desta ('Diga: "bigado"') (1975, p.14).

A partir dessa definição, para Winnicott (1975), o balbúcio de um bebê e a forma como uma criança mais velha entoa um repertório de canções antes de dormir incidem na área intermediária enquanto fenômenos transicionais, juntamente com o uso dado aos objetos que não fazem parte do corpo do bebê, embora não sejam ainda plenamente reconhecidos como provenientes da realidade externa. Winnicott deixa claro que seu interesse é na primeira possessão e na área intermediária entre o subjetivo e o objetivamente percebido, e não se referir ao ursinho da criança pequena ou ao uso que o bebê dá ao seu punho.

Durante o desenvolvimento de um bebê, surge por parte deste uma tendência a entremear objetos "diferentes-de-mim" no padrão pessoal. Até certo ponto, segundo Winnicott (1975), tais objetos representam o seio materno. Em alguns casos, o polegar é colocado na boca, enquanto os outros dedos acariciam o rosto a partir de movimentos de pronação e supinação do antebraço. A boca se torna ativa em relação ao polegar, mas não em relação aos dedos. Os dedos que acariciam o

lábio superior ou alguma parte podem ser ou tornar-se mais importantes que o polegar na boca. Tal atividade acariciante também pode ser encontrada sozinha, sem a união polegar-boca.

Na experiência normal, para complicar uma experiência autoerótica como a de sugar o polegar, ocorre uma das seguintes possibilidades:

- Com a outra mão, o bebê leva um objeto externo (por exemplo, uma parte do lençol ou do cobertor) à boca, juntamente com os dedos;
- O pedaço de tecido (por exemplo, babador e, posteriormente, lenço) é segurado e, concretamente ou não, chupado;
- O bebê começa, desde os primeiros meses, a colher lã, por exemplo, a reuni-la e a usá-la para a parte acariciante da atividade; menos comumente a lã pode ser engolida, causando problemas; ou
- Movimentos musicais, balbucios, ruídos.

Nas palavras de Winnicott,

Tudo isso estou chamando de *fenômenos transicionais*. De tudo isso, também (se estudarmos qualquer bebê), pode surgir alguma coisa ou algum fenômeno – talvez uma bola de lã, a ponta de um cobertor ou edredom, uma palavra ou uma melodia, ou um maneirismo – que, para o bebê, se torna vitalmente importante para seu uso no momento de ir dormir, constituindo uma defesa contra a ansiedade, especialmente a ansiedade de tipo depressivo. Talvez um objeto macio, ou outro tipo de objeto, tenha sido encontrado e usado pelo bebê, tornando-se então aquilo que estou chamando de *objeto transicional*. Esse objeto continua sendo importante. Os pais vêm a saber de seu valor e levam-no consigo quando viajam. A mãe permite que fique sujo e até mesmo mal cheiroso, sabendo que, se lavá-lo, introduzirá uma ruptura de continuidade na experiência do bebê, ruptura que pode destruir o significado e o valor do objeto para ele (1975, p.17).

Winnicott (1975) sugere que o padrão dos fenômenos transicionais começa por volta dos quatro e seis aos oito e doze meses de idade. Os padrões estabelecidos, enquanto bebê, podem permanecer na infância, de modo que o objeto macio original continua a ser absolutamente necessário na hora de dormir, em momentos de solidão, ou quando um humor depressivo ameaça manifestar-se. A necessidade de um objeto específico ou de um padrão de comportamento que começou em uma fase muito inicial do desenvolvimento pode reaparecer numa idade posterior, no momento em que a privação ameaça.

Da mesma forma, o autor considera que não é possível para o bebê que haja progressão do princípio do prazer para o princípio da realidade, ou para a

identificação primária, se não houver uma mãe suficientemente boa. A “mãe” suficientemente boa, que não necessariamente é a própria mãe do bebê, é aquela figura que faz uma adaptação ativa às necessidades do bebê, adaptação esta que diminui gradativamente, de acordo com a crescente capacidade dele em aquilatar o fracasso da adaptação e lidar com a frustração, e que exige uma preocupação fácil e sem ressentimentos com o bebê e uma devoção.

Os meios que o bebê dispõe para lidar com tal fracasso incluem os seguintes:

- sua experiência, quase sempre repetida, de que há um limite temporal para a frustração;
- Inicialmente, esse limite deve ser curto;
- Crescente sentido de processo;
- Os primórdios da atividade mental;
- Emprego de satisfações autoeróticas;
- Recordar, reviver, fantasiar, sonhar, integrando passado, presente e futuro.

O bebê, então, tira benefícios da frustração, pois a adaptação incompleta à necessidade torna reais os objetos (WINNICOTT, 1975).

Winnicott (1975) afirma que, de início, através de uma adaptação quase completa, a mãe propicia ao bebê a oportunidade para a *ilusão* de que o seio faz parte do bebê, como se houvesse um controle mágico por este. A tarefa final é desiludi-lo gradativamente de uma onipotência, mas sem esperar ter sucesso, a menos que a princípio tenha podido propiciar oportunidades suficientes para a ilusão.

A separação entre mãe e bebê é condicionada, assim, pelo objeto ou fenômeno transicional eleito, o qual simboliza a continuidade do bebê com a mãe, do bebê com o mundo, dos cuidados maternos e da própria existência do bebê.

Através da repetição dessa adaptação da mãe ao seu bebê, ela introduz a exterioridade. Paradoxalmente, é permitindo que tenha essa experiência de onipotência que a mãe vai lhe apresentar a existência de duas polaridades: a interioridade e a exterioridade (LESSA, 2008).

O seio é criado pelo bebê repetidas vezes em função de sua capacidade de amar pela necessidade. Desenvolve-se nele um fenômeno subjetivo – o seio de mãe. A mãe coloca o seio real exatamente no lugar e no momento em que o bebê está pronto para criá-lo.

Desde o nascimento, passamos a lidar com a problemática da relação entre aquilo que é objetivamente percebido e o que é subjetivamente concebido e, na solução deste problema, não existe saúde para o ser humano que não tenha sido iniciado suficientemente bem pela mãe. A área intermediária a que se refere é aquela concedida ao bebê, entre a criatividade primária e a percepção objetiva baseada no teste da realidade. Os fenômenos transicionais representam os estágios iniciais do uso da ilusão, sem os quais não existe, para o ser humano, significado na ideia de uma relação com um objeto por outros percebido como externo a esse ser (WINNICOTT, 1975).

Essa capacidade de criar o que existe, de dar à realidade partilhada uma personalidade, é o que Winnicott chama de brincar. A capacidade de brincar é fruto dos estágios do desenvolvimento emocional, que foi visto anteriormente, e acontece no que o autor chama de espaço potencial (LESSA, 2008), o qual será abordado mais adiante.

2.1.3 A relação de objeto e o uso do objeto

Quando nos referimos ao fenômeno e ao objeto transicional, é importante salientar a forma como o indivíduo passa da relação ao uso do objeto, isto é, como ele destrói o objeto. O que se situa entre a relação e o uso do objeto é a colocação, pelo indivíduo, do objeto para fora de sua área de controle onipotente. Neste momento, o objeto externo perde as características dos objetos originários.

Na relação de objeto, o sujeito permite que sejam efetuadas algumas alterações no self. O objeto tornou-se significativo. Operaram-se mecanismos de projeção e identificações e o sujeito está esvaziado a ponto de algo seu ser encontrado no objeto, embora enriquecido pelo sentimento. Além de tais mudanças, há certo grau de envolvimento físico, a direção de um orgasmo. A relação de objeto remete a uma experiência do sujeito como ser isolado (WINNICOTT, 1975).

Diferentemente do uso do objeto, a relação de objeto é tomada como evidente e acrescentam-se novas características que envolvem a natureza e o comportamento do objeto. Segundo Winnicott (1975), o objeto deve ser real, fazendo parte da realidade compartilhada, uma coisa em si, e não uma projeção. Ou seja, a relação é descrita em função do sujeito individual e o uso não pode ser descrito, a

não ser em função da aceitação da existência independente do objeto, de sua propriedade de estar sempre ali.

Esta teoria pode ser ilustrada em termos clínicos. Supõe-se que dois bebês estão sendo amamentados ao seio e um deles se alimenta do self, visto que o seio e o bebê ainda não se tornaram, para este, fenômenos separados. O outro se alimenta de uma fonte “diferente-de-mim”, ou de um objeto que pode receber um tratamento sem efeito para o bebê, a menos que ocorra retaliação. As mães podem ser suficientemente boas ou não, podendo fazer o bebê passar da relação ao uso do objeto, ou não.

Winnicott (1975) deixa clara a característica principal do conceito de objetos e fenômenos transicionais: o paradoxo e a aceitação do paradoxo. O bebê cria o objeto, mas o objeto já estava ali, à espera de ser criado e de ser catexizado.

Para que o sujeito possa usar um objeto, é necessário que ele tenha adquirido tal *capacidade*, o que faz parte da mudança para o princípio de realidade. Essa capacidade não é inata e nem seu desenvolvimento no sujeito pode ser tomado como certo. Ela faz parte do processo de amadurecimento, dependente de um meio ambiente propício.

Levando-se em consideração um desenvolvimento sequencial, há, inicialmente, relação de objeto e, posteriormente, uso do objeto. No intervalo entre ambos há o desenvolvimento humano. Entre o relacionamento e o uso existe a colocação, pelo sujeito, do objeto fora da área de seu controle onipotente, isto é, a percepção, pelo sujeito, do objeto como fenômeno externo, não como algo projetado; um objeto como entidade (WINNICOTT, 1975).

A mudança do relacionamento ao uso significa que o sujeito destrói o objeto. No entanto, este sobrevive à destruição. Nas palavras de Winnicott,

Surge assim um novo aspecto na teoria da relação de objeto: ‘Eu te destruí’, e o objeto ali está, recebendo a comunicação. Daí por diante, o sujeito diz: ‘Eu te destruí. Eu te amo. Tua sobrevivência à destruição que te fiz sofrer confere valor à tua existência, para mim. Enquanto estou te amando, estou permanentemente te destruindo na fantasia’ (inconsciente) (1975, p. 126).

O sujeito, aqui, começa a fantasiar. Pode agora *usar* o objeto que sobreviveu. O autor afirma que é a destruição do objeto que o coloca fora da área de controle onipotente do sujeito. Dessa forma, o objeto desenvolve sua autonomia e, se sobrevive, contribui para o sujeito de acordo com suas próprias propriedades. Com a

sobrevivência do objeto, o sujeito passa a viver uma vida no mundo dos objetos e começa a ter benefícios; no entanto, o preço pago para isso está na aceitação da destruição em progresso na fantasia inconsciente no que diz respeito à relação de objeto.

Trata-se de uma posição a que o sujeito pode chegar a fases primitivas de crescimento emocional somente através da sobrevivência real de objetos catexizados, que estão na condição de serem destruídos por serem reais, de se tornarem reais por serem destruídos. Nesse estágio, os mecanismos projetivos auxiliam no ato de notar o que está ali, mas não constituem o motivo pelo qual o objeto está ali – o que se afasta da teoria que defende a realidade externa como remetendo à projeção do indivíduo.

Enquanto o sujeito não destrói o objeto subjetivo (material de projeção), a destruição surge e se torna característica central, ao passo que o objeto é objetivamente percebido, possui autonomia e pertence à realidade ‘compartilhada’.

Winnicott (1975) afirma que o princípio de realidade envolve o indivíduo em raiva e destruição reativa. No entanto, postula uma tese de que a destruição cria a realidade, colocando o objeto fora do self. Para isso ocorrer, é fundamental que haja condições favoráveis. A atividade destrutiva, então, constitui a tentativa do sujeito de colocar o objeto fora da área de controle onipotente, para fora do mundo.

Nesse ponto de desenvolvimento do sujeito, vale ressaltar que o mesmo está criando o objeto no sentido de descobrir a própria externalidade, e tal experiência é dependente da capacidade do objeto sobreviver, de não retaliar.

A qualidade de estar sempre em destruição, a que Winnicott (1975) se refere, torna a realidade do objeto sobrevivente sentida como tal, fortalece o tom de sentimento e contribui para a constância objetal. A partir de então, o objeto poderá ser usado.

2.1.4 Uma teoria sobre o brincar

Melanie Klein (apud WINNICOTT, 1975) é uma autora expoente em relação à teoria do brincar. Nos escritos desta psicanalista, ao passo que estudava a brincadeira, mantinha seu interesse centrado quase que inteiramente no uso da mesma enquanto recurso terapêutico. Diferentemente, Winnicott preza menos por

uma preocupação com a utilização do conteúdo da brincadeira do que em olhar a criança que brinca e escreve sobre o brincar como uma coisa em si.

Seguindo os passos deste autor, a proposta desta dissertação é pensar o brincar como uma atividade também do mundo adulto. Especificamente em relação à análise, Winnicott afirma:

O que quer que se diga sobre o brincar de crianças aplica-se também aos adultos (...). Sugiro que devemos encontrar o brincar tão em evidência nas análises de adultos quanto o é no caso de nosso trabalho com crianças. Manifesta-se, por exemplo, na escolha de palavras, nas inflexões de voz e, na verdade, no senso de humor (1975, p.61).

O brincar facilita o crescimento e a própria saúde, estimula a grupalidade, se apresenta como uma forma de comunicação na psicoterapia e, finalmente, pode-se dizer que a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, em prol da comunicação consigo mesmo e com os outros (WINNICOTT, 1975).

É através do brincar que a criança adquire experiências para o enriquecimento de sua personalidade e se prepara para os relacionamentos emocionais e contatos sociais. Logo, a capacidade para brincar pode desaparecer quando a continuidade dos cuidados é interrompida (CICCONE, 2013).

De acordo com Winnicott (1975), é possível descrever uma sequência de relacionamentos sobre o processo de desenvolvimento e relacioná-la ao brincar. Primeiramente, o bebê e o objeto estão fundidos entre si. A visão do bebê sobre o objeto é subjetiva e a mãe se orienta no sentido de concretizar o que o bebê está pronto para encontrar. Em seguida, o objeto é repudiado, aceito de novo e objetivamente percebido, processo este dependente da mãe/figura materna preparada para participar e devolver o que é abandonado.

Nesse caso, pode-se considerar que a mãe oscila entre ser o que o bebê tem a capacidade de encontrar e ser ela própria, a fim de ser encontrada. Como visto anteriormente, desempenhando tal papel por certo tempo e de forma satisfatória, sem que haja impedimentos, o bebê terá certa *experiência* de onipotência, assim como de confiança, o que permitirá a fruição de experiências baseadas em um “casamento” da onipotência dos processos intrapsíquicos com o controle que possui do que é real (WINNICOTT, 1975).

A confiança da mãe/figura materna possibilita a criação de um *playground* intermediário, originando-se a ideia da magia, em função do sentimento de onipotência experimentado pelo bebê. Winnicott (1975) chama esse processo de *playground* porque é neste ponto que inicia a brincadeira. O playground, então, é um espaço potencial entre a mãe e o bebê, ou que os une.

O autor pontua que a importância do brincar é sempre a precariedade do interjogo entre a realidade psíquica pessoal e a experiência de controle de objetos reais. É a precariedade da própria magia, que se origina na intimidade, num relacionamento que está sendo descoberto como digno de confiança. E, para ser digno desta confiança, o relacionamento é motivado pelo amor da mãe, pelo seu amor-ódio ou pela sua relação de objeto (WINNICOTT, 1975).

O próximo estágio é ficar sozinho na presença de alguém. Neste momento, a criança passa a brincar supondo que a pessoa a quem ama e que, portanto, é digna de confiança e lhe dá segurança, está disponível e permanece disponível quando é lembrada, após ter sido esquecida. Essa pessoa é sentida, então, como se refletisse de volta o que ocorre no brincar.

Já o estágio seguinte é quando o bebê é capaz de fruir duas áreas superpostas da brincadeira. A primeira área remete ao momento da mãe brincando com o bebê, com cuidado suficiente para ajustar-se às suas atividades lúdicas. Já a segunda, ao próprio brincar da criança. Assim, esta vai preparando o caminho para um brincar em conjunto em um relacionamento (WINNICOTT, 1975).

Como síntese, Winnicott (1975) formulou as seguintes considerações teóricas sobre o brincar:

- (a) A criança que brinca habita uma área que não pode ser facilmente abandonada e nem admite facilmente intrusões;
- (b) Essa área do brincar não diz respeito a uma realidade psíquica interna. Está fora do indivíduo, no entanto não pode ser caracterizada como sendo o mundo externo;
- (c) A criança traz para dentro desta área da brincadeira objetos ou fenômenos que provêm da realidade externa, usando-os a serviço de alguma amostra derivada da realidade interna. Sem alucinar, a criança externaliza uma amostra do potencial onírico e vive com essa amostra em um ambiente escolhido de fragmentos oriundos da realidade externa;

- (d) No brincar, a criança manipula fenômenos externos a serviço do sonho e faz uso de fenômenos externos escolhidos com significado e sentimento oníricos;
- (e) Os fenômenos transicionais evoluem para o brincar, havendo uma evolução do brincar para o brincar compartilhado, e deste para as experiências culturais;
- (f) A confiança é condição para o brincar, o qual pertence ao espaço potencial que existe entre (inicialmente) bebê e figura materna, com o bebê em um estado de dependência quase absoluta e a função adaptativa da figura materna tida como certa por aquele;
- (g) O brincar envolve o corpo, pois faz uso da manipulação de objetos e porque alguns tipos de intenso interesse estão associados a certos determinados aspectos de excitação corporal;
- (h) A excitação corporal das zonas erógenas ameaça constantemente o brincar, assim como o sentimento que a criança tem de existir como pessoa. Os instintos representam a principal ameaça à brincadeira e ao ego; na sedução, um agente externo explora os instintos da criança e ajuda a aniquilar seu sentimento de ser autônomo, impossibilitando o brincar (KHAN apud WINNICOTT, 1975);
- (i) O brincar produz satisfação, mesmo que produza algum grau de ansiedade. É importante ressaltar que um nível elevado de ansiedade impossibilita o brincar;
- (j) O elemento prazeroso no brincar traz a implicação de que o despertar instintual não é excessivo. Tal despertar tem de conduzir a um clímax fracassado e uma sensação de confusão mental e desconforto físico só passível de ser corrigido pelo tempo; e também a um clímax alternativo (como na provocação da reação dos pais, ou social, na ira etc.);

Para o autor, o brincar atinge seu próprio ponto de saturação, que se refere à capacidade de conter a experiência.

O brincar é excitante e também precário. Há uma precariedade própria do interjogo na mente da criança do que seria subjetivo, uma “quase-alucinação” e do que é objetivamente percebido, da realidade concreta ou compartilhada.

Para Ciccone (2013), o brincar só pode ser entendido se levar em conta a noção de transicionalidade. É válido lembrar que, a partir de uma herança freudiana, estabeleceram-se dois campos da experiência dos indivíduos. O primeiro é o da realidade psíquica, pessoal e interna de cada sujeito; enquanto o segundo é representado pela realidade externa e compartilhada socialmente. Freud trouxe uma contribuição ao falar de uma psique sempre em situação social, sendo a cultura

decisiva no funcionamento da mente humana. Já a contribuição de Winnicott é na proposição de um espaço intermediário dos dois campos, uma área transicional.

Percebe-se, com isso, que a noção de espaço introduzida por Winnicott está imersa em um paradoxo do ponto de vista de uma lógica clássica. De acordo com Franco (2003), enquanto a realidade psíquica freudiana é intrapsíquica e a realidade externa está localizada nas tramas sociais intersubjetivas, Winnicott busca falar de um espaço que fica *entre*. O espaço apresentado por Winnicott remete aos dois. A ideia do psicanalista inglês é complementar a noção freudiana de espaço interno e espaço externo. Busca acrescentar este espaço especial que fica fora e dentro ao mesmo tempo, o qual é construído pelo bebê e pela mãe.

Winnicott propõe, assim, uma área transicional – nomeada por ele de espaço potencial – em que aparecem representações que estão no limite entre o interno e o externo, com objetos em transição, objetos que estavam dentro e que agora estão passando para fora. Este é o caso da mãe, que é um objeto em transição para o bebê (FRANCO, 2003).

Da fusão com a figura materna, o bebê se encaminha ao estado de separar seu self dela, enquanto esta diminui o grau de sua adaptação às necessidades do bebê, tanto como consequência de se ter recuperado de um alto grau de identificação com ele, quanto devido à sua percepção da nova necessidade dele de que ela seja um fenômeno separado. O bebê só consegue separar o self do mundo dos objetos através do espaço potencial (WINNICOTT, 1975).

O autor afirma que, quando a criança usa um objeto transicional, a primeira possessão não eu, isto representa tanto o primeiro uso de um símbolo, quanto a primeira experiência do brincar.

O objeto constitui um símbolo da união do bebê e da mãe (ou parte desta). Esse símbolo pode ser localizado. Encontra-se no lugar, no espaço e no tempo, onde e quando a mãe se acha em transição de (na mente do bebê) ser fundida ao bebê e, alternativamente, ser experimentada como um objeto a ser percebido, de preferência a concebido. O uso de um objeto simboliza a união de duas coisas agora separadas, bebê e mãe, *no ponto, no tempo e no espaço, do início de seu estado de separação* (WINNICOTT, 1975, p. 135).

Winnicott (1975) utiliza o termo “experiência cultural” para ampliar a ideia dos fenômenos transicionais e do brincar, mesmo não estando certo de poder definir “cultura”. Sua ênfase é na experiência. Cultura remeteria a uma tradição herdada, algo em comum da humanidade, que receberia contribuição de indivíduos e grupo; a

partir dela, todos nós podemos fruir se tivermos um lugar para guardar o que encontramos. Em sua concepção, as experiências culturais estão em continuidade direta com a brincadeira: a brincadeira daqueles que ainda não conhecem jogos.

A experiência cultural se localiza no espaço potencial entre o indivíduo e o ambiente (originalmente, o objeto). O mesmo pode ser dito do brincar. A experiência criativa é iniciada pelo viver criativo, o qual se manifesta através da brincadeira. Nesta obra, Winnicott (1975) realizou as seguintes considerações a respeito da localização da experiência cultural:

1. Para qualquer indivíduo, as experiências de vida que se efetuam nos estágios primitivos da existência é que determinam o uso desse espaço.
2. Originalmente, o bebê tem experiências maximamente intensas no espaço potencial existente entre o objeto subjetivo e o objeto objetivamente percebido, entre extensões do eu e o não eu. Tal espaço potencial se encontra na interação entre nada haver senão eu e a existência de objetos e fenômenos situados fora do controle onipotente.
3. Todo bebê tem aqui sua própria experiência favorável ou desfavorável. A dependência é máxima. O espaço potencial acontece apenas em relação a um sentimento de confiança por parte do bebê, isto é, confiança relacionada à fidedignidade da figura materna ou do ambiente, sendo a confiança a prova da fidedignidade do que está sendo introjetado.
4. Para se estudar a brincadeira e, em seguida, a vida cultural do indivíduo, faz-se necessária uma investigação do destino do espaço potencial existente entre qualquer bebê e a figura materna humana (portanto, falível) que é essencialmente adaptável em função do amor.

Essa área pode ser imaginada como parte da organização do ego. Assim, teremos aqui uma parte do ego que não é um ego corporal, que não está fundada no padrão de funcionamento corporal, e sim nas *experiências* corporais. A continuidade cede lugar à contiguidade (WINNICOTT, 1975).

No brincar, percebe-se que, onde surgem símbolos específicos referentes à união do bebê e da mãe (objetos transicionais), esses próprios objetos foram adotados, e não criados. No entanto, se a mãe puder oferecer as condições corretas, para o bebê, tudo referente à sua vida constitui exemplo do viver criativo. Qualquer objeto é um objeto 'descoberto'. Tendo oportunidade, o bebê começa a viver criativamente e a utilizar objetos reais, para que neles e com eles possa ser

criativo. Sem tal oportunidade, não haverá área em que o bebê possa brincar, ou ter experiência cultural e, por conseguinte, não existirão vínculos com a herança cultural, nem contribuição para o fundo cultural (WINNICOTT, 1975).

Quando se fala em “viver criativo”, que criatividade é esta? De acordo com Busnardo (2012), a concepção sobre criatividade ocupa grande destaque no corpo teórico construído por Winnicott. Ao mesmo tempo, pode-se dizer que possui relação direta com a teoria do amadurecimento humano, proposta pelo mesmo autor, referente ao desenvolvimento emocional e à constituição da personalidade.

Segundo Winnicott (2005), a origem da criatividade é a tendência geneticamente determinada do indivíduo para estar e permanecer vivo e para se relacionar com os objetos que lhe surgem no caminho para que se obtenha algo. A condição para que uma pessoa seja criativa é que ela tenha um sentimento de existência, não na forma de uma percepção consciente, mas como uma posição básica a partir da qual possa operar.

Winnicott (1975) considera, então, que o viver criativo representa a saúde. No lado oposto se encontra a submissão, um estado doentio, este representado por um sentido debilitado da realidade ou pela perda do contato com o mundo subjetivo e com a abordagem criativa dos fatos.

Busnardo (2012) ratifica a ideia do psicanalista inglês e afirma que criatividade é inerente ao estar vivo, à experiência de sentir-se real, de sentir-se enraizado em uma vida pessoal, realizando gestos e escolhendo direções que são vividos como próprios e significativos, os quais carregam a singularidade. Franco (2004), por sua vez, comenta que, na concepção winnicottiana, a criatividade pode ser pensada a partir do relacionamento entre a mãe e seu filho que acaba de nascer. Inicialmente, deve-se levar em conta o que Winnicott chamou de *criatividade primária*, que diz respeito à experiência do recém-nascido de criar o mundo ao seu redor.

De acordo com Winnicott (1975), é fundamental deixar clara a diferença entre a ideia de criação das obras de arte e a criatividade. A criação pode remeter a um quadro, uma casa, uma roupa, uma escultura etc. Já a criatividade se relaciona ao estar vivo, à abordagem do indivíduo à realidade externa. Em condições de saúde e em um ambiente que favoreça a expressão de processos criativos, tudo o que acontece pode ser considerado criativo.

A aposta do autor é na possibilidade de estabelecer um vínculo entre o viver criativo e o viver propriamente dito. Para ele, é possível estudar as causas da perda desse viver criativo e buscar uma resposta à seguinte questão: por que desaparece o sentimento que o indivíduo tem de que a vida é real e significativa?

Essa variação entre viver de maneira criativa ou de forma submissa, com os processos criativos suprimidos, está diretamente relacionada à qualidade e à quantidade do que o ambiente pode prover no começo ou nas fases primitivas da experiência de vida de cada bebê (WINNICOTT, 1975).

Winnicott (1975), em suas pesquisas clínicas, portanto, tem como um de seus interesses investigar a perda, pelos indivíduos, de um ingresso criativo na vida ou da primeira abordagem criativa dos fenômenos externos. Neste caso, há inicialmente um fracasso relativo no estabelecimento da capacidade pessoal para o viver criativo. Para o autor, é impossível uma destruição completa da capacidade de um indivíduo humano para o viver criativo, pois, mesmo em casos extremos de submissão e no caso de uma falsa personalidade, existe uma vida secreta satisfatória, pela sua qualidade criativa ou original a esse ser humano.

Em casos graves, tudo que é real e criativo permanece oculto, sem manifestar qualquer sinal de existência, o que pode incorrer no suicídio, pois, neste caso, o indivíduo nem mesmo se dá conta do que foi perdido.

O viver criativo, para Busnardo (2012), é oposto ao viver por reação, à vida que se movimenta em resposta a um estímulo exterior. Caso o estímulo desapareça, nessa situação, a vida do indivíduo é também interrompida ou momentaneamente paralisada. Nesse modo de existir do indivíduo, nunca haverá um motor próprio que sustente o transcorrer da vida psicoemocional.

O impulso para a criatividade é algo que pode ser considerado como uma coisa em si, algo necessário a um artista na produção de uma obra de arte, mas também algo presente quando qualquer pessoa se inclina de forma saudável para algo ou realiza alguma coisa. Nas palavras de Winnicott,

Está presente tanto no viver momento a momento de uma criança retardada que frui o respirar, como na inspiração de um arquiteto ao descobrir subitamente o que deseja construir, e pensa em termos do material a ser utilizado, de modo que seu impulso criativo possa tomar forma e o mundo seja testemunha dele” (1975, p. 100).

Como visto anteriormente, a mãe se adapta de tal maneira às necessidades do bebê, de forma que ele tem a ilusão de que o seio materno está sob seu controle. A onipotência é a sua experiência. O seio materno é criado imaginariamente tantas vezes quanto o bebê queira. E, cada vez que queira, o seio está lá sendo oferecido pela mãe exatamente onde e quando o bebê o *cria*. A capacidade de sintonia da mãe é o que permitirá que o bebê tenha a sensação de estar criando o seio. Para Winnicott, então, a criatividade tem raízes na ilusão onipotente do bebê, que é percebida criando o seio e o mundo ao seu redor. Através dos cuidados da mãe, o bebê sente que é ele que cria os objetos que lhe são oferecidos (FRANCO, 2004).

Aqui, não há, ainda, algo que se possa chamar de bebê de fato, pois o mesmo se encontra em uma condição de indissociação com a mãe, que lhe dedica atenção e cuidado e lhe possibilita que se mantenha em um mundo de relações subjetivas. Com o tempo e o amadurecimento, a criança, sempre amparada pelo cuidado que permitiu sua fruição de um mundo subjetivo, é capaz de desenvolver mecanismos mentais no contato e assimilação do *princípio de realidade* (BUSNARDO, 2012).

O bebê, pouco a pouco, se prepara para encontrar um mundo de objetos e ideias e, de acordo com seu crescimento nesse aspecto, a mãe lhe apresenta o mundo. Assim, através de sua adaptação ao bebê, a mãe o capacita a experimentar a onipotência, a fim de que ele encontre realmente aquilo que cria e a criar e vincular isso com o que é real. Como consequência, cada bebê começa uma nova criação do mundo (WINNICOTT, 2005).

Segundo Franco (2004), quando o bebê tem uma boa experiência de onipotência no início da vida, suporta mais tarde a frustração de sair do centro do mundo. Como outrora achou que criou o mundo, conseguirá aceitar, posteriormente, que o mundo já estava lá antes dele, o que representa um trabalho árduo rumo à realidade.

A imaginação ocupa um lugar de extrema importância no processo de desenvolvimento da criatividade. O que está em jogo é a capacidade de alucinar aquilo que está bem à frente, criando-se o que já existe, isto é, encontrar na realidade o que se está criando. Por outro lado, quando a criança não tem a suficiente experiência de onipotência, terá que exacerbá-la na fase adulta, o que se expressa no aparecimento de uma falsa criatividade e um controle manipulativo da situação, que gerará, por conseguinte, uma vida sem sentido (FRANCO, 2004).

Quando há possibilidade de se exercer a criatividade, portanto, a mesma pode ser mantida durante toda a vida. Ela pertence originalmente à experiência infantil, aquela relativa à conquista da capacidade de criar os primeiros objetos e o mundo subjetivo, conquista esta dependente tanto da tendência individual inata, quanto de um ambiente suficientemente bom.

A criatividade é, portanto, a manutenção através da vida de algo que pertence à experiência infantil: a capacidade de criar o mundo. (...) Através de um processo de crescimento extremamente complexo, geneticamente determinado, e da interação do crescimento individual com fatores externos que tendem a ser positivamente facilitadores, a criança torna-se você ou eu (...), descobrindo-se equipada com alguma capacidade para ver tudo de um modo novo, para ser criativa em todos os detalhes do viver (WINNICOTT, 2005, p.32).

A seguir, a criança se verá em condições de ser criativa em todas as dimensões de seu viver e será capaz de ver tudo como se estivesse acontecendo pela primeira vez. Logo, viver criativamente se refere a uma ampliação de um estado interno em comunicação com a realidade externa.

De acordo com Winnicott (1975), em condições favoráveis, o espaço potencial se preenche com os produtos da própria imaginação criativa do bebê. Nas desfavoráveis, há ausência do uso criativo de objetos, ou esse uso é relativamente incerto. A defesa do submisso e falso self aparece quando se oculta o verdadeiro self com potencial para o uso criativo de objetos.

O autor (1975) defende que a busca do self só pode ocorrer a partir do funcionamento amorfo e desconexo ou do brincar rudimentar. É neste estado desintegrado da personalidade que o criativo pode emergir. Refletido de volta, torna-se parte da personalidade individual organizada e, no conjunto, o indivíduo é encontrado e é permitida a existência do self.

Quando a fidedignidade ambiental fracassa prematuramente, o espaço potencial corre o risco de ser preenchido com o que nele é injetado a partir de outrem que não o bebê, o que constituiria material persecutório, não dispondo o bebê de meios para rejeitá-lo (WINNICOTT, 1975).

Vale ressaltar que o amor da mãe não significa somente o atendimento às necessidades da dependência, mas sim a concessão de uma oportunidade de o bebê passar de um estado de dependência à autonomia. Onde há confiança e fidedignidade, há também um espaço potencial. Espaço que pode tornar-se uma área infinita de separação, e o bebê, a criança, o adolescente ou o adulto podem

preenchê-la criativamente com o brincar que, com o tempo, torna-se fruição da herança cultural. O brincar e a experiência cultural vinculam passado, presente e futuro e ocupam tempo e espaço. No espaço potencial será desenvolvido o uso de símbolos que representam, a um só tempo, os fenômenos do mundo externo e do mundo interno (WINNICOTT, 1975).

Para existir, o espaço potencial depende de experiências do viver, e não de tendências herdadas. Winnicott (1975) enumera duas situações. Na primeira, um bebê recebe trato sensível no momento em que a mãe está no processo de separação dele – a área para a brincadeira é imensa. Na segunda, outro bebê tem uma experiência tão infeliz nessa fase de desenvolvimento que lhe dá pouca oportunidade de desenvolver-se, exceto em termos de introversão e extroversão. Neste último caso, o espaço potencial não tem significação, pois não houve possibilidade de ser instituído um sentimento de confiança e fidedignidade, logo não houve uma autorrealização relaxada.

O fracasso de confiança entre bebê-mãe ou bebê-genitor, afirma Winnicott (1975), gera restrição da capacidade lúdica, em função das limitações do espaço potencial. Aqueles que cuidam da criança devem ser capazes, então, de colocá-la em contato com os elementos da herança cultural, de maneira apropriada, conforme a capacidade da criança, sua idade emocional e sua fase de desenvolvimento.

Quando remetemos à localização da experiência cultural, sua origem está no brincar e no viver criativo, o qual é consequência de um desenvolvimento emocional satisfatório do indivíduo e também produtor de saúde.

O brincar e a criatividade são possibilitados pela constituição do espaço potencial, que, como foi apresentado, não se refere nem ao mundo interno, nem ao mundo externo. Busnardo (2012) defende que essa discussão sobre mundo interno e externo remete às formulações de Winnicott sobre a localização da experiência cultural, assim como a existência de *três vidas* na experiência humana. A primeira diz respeito à vida constituída pelas relações interpessoais e pela relação do indivíduo com o ambiente e tudo o que nele está inserido. A segunda remete à realidade psíquica individual. Tanto uma quanto outra representam lugares fixos, com propriedades que não se alteram. Já a terceira é representada pela *área da experiência cultural*, a qual ocupa um espaço entre o que é interno e o que é externo, entre o eu e o não eu.

Esta terceira área é possibilitada, portanto, através da constituição do espaço potencial. Tem como característica ser extremamente variável, diferentemente das duas anteriores, pois é resultado da inter-relação entre as experiências concretas de cada pessoa e o ambiente no qual se encontra inserida, além disso, a extensão desta área varia de acordo com a soma de experiências concretas. Winnicott afirma que a cultura é fruto da criação humana, sendo resultante da comunicação entre o impulso criativo pessoal e o mundo externo (BUSNARDO, 2012).

Ainda segundo Busnardo (2012), o brincar está assentado na intersubjetividade e, sem falhas ambientais, segue sendo criativo. Dando prosseguimento no processo de amadurecimento, o brincar é transformado em trabalho quando mantém sua característica criativa, e alcança, então, a experiência cultural.

Apesar de trazer como novidade esta terceira área do viver, Winnicott (1975) não menospreza as outras duas áreas, sendo estas também importantes. O autor, no entanto, chama a atenção para esta área intermediária que propicia a experiência cultural, valorizando os acontecimentos que ali se dão.

No espaço potencial, o sujeito tem a capacidade de mobilizar todos os recursos disponíveis em sua personalidade. A criação do self se manifesta em um espaço propriamente criativo. Ela ocorre quando se permite um conjunto de brincadeiras, contrastes e associações do que até então estava dissociado. O eu é descoberto e, ao mesmo tempo, construído. Esse processo só pode ocorrer no ambiente do brincar. Todo esse processo de amadurecimento emocional e fruição da experiência cultural é possibilitado pela constituição do espaço potencial. É somente neste ambiente que são possíveis a ampliação e a manifestação de um self verdadeiro e a experimentação da liberdade de criação.

Para Winnicott, portanto, o brincar ocorre nessa área intermediária e permite o início do relacionamento com a realidade externa. Além disso, o brincar se relaciona à saúde e propicia o desenvolvimento. Lessa (2008) afirma que entender saúde como capacidade de ser criativo não significa desconsiderar os atributos biológicos da saúde, é, ao contrário, retirar a questão da definição de saúde da abstração biométrica e remeter esta biologia a um corpo dotado de subjetividade que tem a sua saúde influenciada pela qualidade da experiência de vida.

Winnicott defende que todos os indivíduos estão imersos na psicopatologia e na saúde ao mesmo tempo. “É importante para nós *não* encontrarmos clinicamente

qualquer linha nítida entre a saúde e o estado esquizoide ou mesmo entre a saúde e a esquizofrenia plenamente desenvolvida” (1975, p.96).

Mesmo consideradas como doentes pela psiquiatria, qualquer pessoa pode manifestar índices de saúde. Da mesma forma, indivíduos tidos como saudáveis podem estar doentes. “Pode-se afirmar que existem pessoas tão firmemente ancoradas na realidade objetivamente percebida que estão doentes no sentido oposto (...) dada a sua perda do contato com o mundo subjetivo e com a abordagem criativa dos fatos”. (WINNICOTT, 1975, p.97)

Para este autor, a psicopatologia está na origem da criatividade. A condição que cria provém da miséria humana, que funda um mundo e um espaço de vivência relativamente confortáveis, sendo que parte desse conforto se origina da sensação de desistência de ser o ser total e completo. A psicopatologia fundamental, na qual se apoia Winnicott, tem a ver com a descoberta de que a experiência psíquica é sempre sofrida e da aceitação criativa, não resignada e não submissa dessa experiência de sofrimento.

De acordo com Plastino (2007), portanto, a teoria winnicottiana não se contrapõe à teoria freudiana, ela a enriquece e modifica de maneira profunda a concepção sobre o ego. A área intermediária é pensada por Winnicott como sendo fundamental para a organização do ego, constituindo um aspecto não fundado no padrão do funcionamento corporal, embora fundado em experiências corporais. Essa afirmação é de extrema importância na teoria de Winnicott. É assinalada, aqui, existência de uma dimensão da experiência humana diferente daquela caracterizada pela vida pulsional e sua necessidade de satisfação. Na área intermediária, então, em que se inauguram a criatividade e o próprio sujeito, a experiência não se refere à satisfação (ou frustração) pulsional, mas a relacionamentos com o objeto, isto é, com o outro. A singularidade da subjetividade emerge de um plano prévio de unidade. Inicialmente experimentado como fusão, esse relacionamento passa a ser posteriormente transicional, tornando possível um processo que permite atingir a percepção do objeto-objetivo, parte da realidade externa compartilhada.

Assim, a crítica winnicottiana à teoria freudiana denuncia que, limitando-se a considerar a realidade psíquica interna e a realidade externa compartilhada, ignora o espaço intermediário, cenário da transição da experiência de fusão para a experiência de não fusão, onde se opera a experiência autocriativa do sujeito. A mãe, para Freud, é sempre mãe-objeto de satisfação pulsional. Já para Winnicott, é

preciso diferenciar essa mãe-objeto da mãe-ambiente. Nesta última condição, ela não é objeto das pulsões em busca de satisfação, mas suporte da experiência inaugural da identificação primária, experiência primeira de organização egoica, sem a qual não faz sentido falar de satisfação pulsional. Para Winnicott, portanto, a criatividade humana não pode ser compreendida como resultado da sublimação da força da pulsão sexual, mas deve ser pensada como expressão da força vital primária, atuante em cada indivíduo sempre que o ambiente se apresente como confiável (PLASTINO, 2007).

Apesar de o discurso freudiano sobre a sublimação não se identificar com o winnicottiano acerca da criatividade, ambos procuraram trabalhar sobre uma problemática teórica similar, que é a inserção do sujeito na ordem da cultura. Na obra de Winnicott, vê-se a passagem do não eu do registro do corpo infantil para um objeto outro situado em um espaço intermediário, indicando que o autoerotismo está na origem do processo criativo. Na de Freud, a sublimação implica a criação de um novo objeto para a pulsão, a ser encontrado por meio de experiências de ligação e repetição. Apreende-se aí não só a ocorrência de uma simbolização primordial empreendida pelo jogo, conceito muito importante na obra de Winnicott, como também a constatação de que o contexto do desmame e da perda do corpo materno pela criança são experiências fundamentais para que a sublimação se produza (BIRMAN, 2008). No capítulo seguinte será aprofundada também esta temática sobre a sublimação, levando em conta as perspectivas de Dejours e Freud.

Exposta a teoria winnicottiana sobre o brincar, o próximo capítulo foi dedicado à investigação sobre o conceito de mobilização subjetiva, através da teoria da PDT, com o objetivo de, ao fim, buscar relações entre tal conceito e a Psicanálise de Winnicott.

CAPÍTULO 3 – MOBILIZAÇÃO SUBJETIVA

Até aqui, esta dissertação foi dedicada a apresentar um breve histórico da PDT, assim como seus conceitos mais gerais, no capítulo 1, além de trazer a teoria winnicottiana, no capítulo seguinte. Neste capítulo, o objetivo é investigar de que maneira a PDT pode explicar a mobilização subjetiva. Para isso, apresentaremos contribuições de Dejours em articulação com outros pensadores da Psicanálise e da Filosofia, tais como Sigmund Freud, Jean Laplanche, Maine de Biran, Michel Henry e Axel Honneth. Ao fim, a proposta será buscar articulações entre as teorias da PDT e da Psicanálise winnicottiana sobre o brincar que possam contribuir para o avanço de pesquisas sobre a mobilização subjetiva.

Inicialmente, para falar em “mobilização subjetiva”, é interessante explicitar que subjetividade é referida. Que subjetividade é esta mobilizada, que convoca o corpo a trabalhar e, muitas vezes, transgredir as regras impostas pela tarefa para que se atinjam os resultados propostos pela organização, com qualidade e saúde ao mesmo tempo?

3.1 O conceito de *subjetividade* para a Psicodinâmica do Trabalho

O termo *subjetividade* aparece de forma difusa e permanente na PDT. A proposta de Dejours (2012a) é apreender o que as relações entre Psicanálise e PDT podem oferecer para explicar tal conceito.

Dejours (2012a) afirma que a habilidade no trabalho exige a implicação *do corpo por inteiro*, que se explora a si mesmo, no desempenho da tarefa. O trabalho ordinário, ao exigir certas habilidades, confronta este corpo à sua inabilidade, aos seus limites, à sua impotência. A experiência do real se mostra como uma provação ao corpo, da qual pode sair engrandecido ou enfrentar uma crise. Adquirir novos registros de sensibilidade em função da experiência e do trabalho não está dado de antemão, pois, para poder apropriar-se deste novo registro, muitas vezes é necessário passar por um remanejamento do corpo subjetivo que estava mais ou menos estabilizado antes do encontro com o real. Nas palavras do autor,

Não há sofrimento sem um corpo capaz de experimentá-lo. (...) A subjetividade só é experimentada na singularidade de uma encarnação, de

um corpo particular e de uma corporeidade absolutamente única. (...) O trabalho revela que é justamente no corpo que reside a inteligência do mundo e é em seu corpo que o sujeito investe no mundo para torná-lo seu, para habitá-lo (DEJOURS, 2012b, pp.26-27).

Como visto no primeiro capítulo desta dissertação, trabalho é tudo o que, em uma situação real, não foi previsto pela concepção, planejamento e organização de uma tarefa. Os incidentes e falhas são conhecidos pelo sujeito que trabalha, essencialmente pelo modo de *resistência do mundo* aos procedimentos, dos saber-fazer, dos conhecimentos, da habilidade e do domínio técnico-científico do processo de trabalho, o que representa a resistência do mundo por meio da qual se revela o real para o trabalhador. O real resiste e se manifesta sempre de uma maneira que põe em xeque o querer, e é assim, a partir do insucesso, que o trabalho de fato se inicia. No entanto, o insucesso é sempre uma experiência pática e afetiva, que pode proporcionar dor, irritação e desespero, que se designa pelo nome de sofrimento (DEJOURS, 2012a).

Dejours (2012a) defende a ideia de que este sofrimento é o lugar de origem para se pensar a subjetividade. Ele se transforma em exigência de superação, em exigência de trabalho para o sujeito. Tal sofrimento situa-se no ponto de partida da inteligência, que deverá ser mobilizada para perseverar na provação afetiva que se impõe ao sujeito no momento de sua confrontação com o real.

O sofrimento não é apenas uma consequência última da relação com o real, é ainda proteção da subjetividade rumo ao mundo em busca de meios para agir sobre o mundo, para transformar este sofrimento encontrando os meios de superação da resistência do real. Assim, o sofrimento será ao mesmo tempo impressão subjetiva do mundo e origem do movimento de conquista do mundo. O sofrimento, enquanto é afetividade absoluta, está na origem desta inteligência que parte em busca do mundo para experimentar-se a si próprio, para transformar-se, para ampliar-se. (...) Neste movimento, portanto, a subjetividade transforma-se, amplia-se e revela-se a si mesma (DEJOURS, 2012b, p.26).

O real se apresenta não apenas como a experiência de insucesso, de revés, mas também como algo inédito para o sujeito. É uma experiência radical de ininteligibilidade que o conduz a um sentimento de incompetência, sendo enfrentado pelo sujeito a partir da ausência de procedimentos conhecidos e anteriormente definidos. É preciso que o trabalhador crie novas soluções para que possa atingir os resultados de seu trabalho, abrindo espaço para a sua intuição. Dejours (2012a)

afirma que esta intuição passa por um processo de *corpópriação do mundo*, conceito que será desenvolvido mais adiante neste capítulo.

O trabalho se apropria da subjetividade como se esta fosse uma fonte, para colher todo o seu talento. No entanto, é importante questionar o que a subjetividade deve à experiência do trabalho. Ao ter acesso, graças ao corpo subjetivo, à familiaridade e à intimidade com a matéria ou ferramenta, aquele que trabalha, segundo Dejours (2012a), adquire habilidades e descobre em si novos registros de sensibilidade. Pela experiência de trabalho, ele aprende a conhecer seus próprios limites, suas imperícias, além de estender também em si o repertório de suas impressões afetivas e descobrir novas qualidades de virtuosismo que acaba por apreciar, da mesma forma como gosta de si mesmo.

Trabalhar não é tão só produzir, é colocar seu corpo à provação, com uma possibilidade que ele volte *mais sensível* se comparado consigo mesmo antes dessa provação. Assim, trata-se de aumentar suas capacidades de experimentar prazer. (...) A provação do trabalho, a provação do real não são apenas a passagem obrigatória para o conhecimento do mundo, *essas provações são também por onde a vida é experimentada, revelada a si*. O que está em causa, aqui, não é mais do que a vida propriamente dita (DEJOURS, 2012a, pp. 179-180).

A capacidade do sujeito de transformar o sofrimento em prazer, através da provação do trabalho, depende antes de sua capacidade de fazer um remanejamento da relação com o corpo, a fim de torná-lo apto a integrar o que a experiência subjetiva o faz descobrir sobre si mesmo. Para Dejours (2012a), a experiência subjetiva do trabalho coloca o sujeito em confronto não apenas com a resistência do mundo à sua vontade, mas também com a resistência de sua própria personalidade a evoluir diante da experiência do trabalho. A isto, o autor denomina *real do inconsciente*.

Quando se trabalha, o sujeito experimenta uma resistência tanto do exterior, quanto do interior de si próprio. Se a provação do trabalho é uma oportunidade de se transformar a si mesmo, é também a ocasião de renunciar à sua própria capacidade de resistência para transformar-se e evoluir. A subjetividade, então, é não apenas a experiência do gozo de sentir-se evoluir, sendo também a impotência de agir sobre si mesmo. O real do trabalho, portanto, faz surgir quase inevitavelmente em seu rastro o real do inconsciente. Trabalhar remete ao confronto de si mesmo, no modo desagradável da falha, da perda do domínio de si, do erro, do deslize ou do ato falho (DEJOURS, 2012a).

Dejours (2012a) reconhece a dificuldade de se distinguir o real do trabalho do real do inconsciente, isto é, “(...) não é sempre fácil saber se a resistência ao domínio resulta do fato de a tarefa ser de execução *impossível* ou é o resultado de minha *incapacidade*” (p.183). Trabalhar, então, é confrontar a resistência do real *material*, do real *inconsciente*, além de ser o reencontro das *relações sociais* e da *dominação*, já que o trabalho não se faz conhecer somente no mundo objetivo e no mundo subjetivo, ele se revela também no mundo social.

Há dois pontos relevantes que Dejours (2012a) considera como cruciais quando busca caracterizar a subjetividade em sua relação com o trabalho. O primeiro é em relação à forma concreta sob a qual o *corpo* está envolvido no processo de familiarização e de assimilação da relação subjetiva com o “trabalhar”. A subjetividade do trabalho pode ser a oportunidade de se submeter à provação da subjetividade, o que incorrerá em uma ampliação da subjetividade e do poder de habitar o seu corpo e de experimentar a vida em si. Já o segundo ponto diz respeito ao lugar reservado ao sonho. Para o autor, este não é somente *testemunha* contingente da forma como a subjetividade é solicitada pela relação com o real do trabalho. É por meio do sonho que é realizado o verdadeiro *trabalho* de remanejamento do aparelho psíquico e do corpo erógeno sob o efeito da confrontação com o real da atividade.

Vale ressaltar que esse trabalho proporcionado pelo sonho não é o trabalho de produção propriamente dito, não é a *poiesis*, ou seja, não é a atividade de produção orientada para o mundo. É um trabalho intrassubjetivo ou intrapsíquico de si por si – *Traumarbeit*, como denominado por Freud. Logo, o termo mais adequado para esta noção de trabalho é o de *arbeit*.

Para Freud, o sonho nada produz de outro que não seja o próprio sonho, não produzindo transformações no sonhador. No entanto, o psicanalista sabia reconhecer o poder do sonho em metabolizar e traduzir os pensamentos em estado de latência durante o dia, para durante a noite serem “trabalhados”. Este trabalho da subjetividade sobre ela mesma é o prolongamento do trabalho – *poiesis*, prolongamento necessário para a aquisição de uma habilidade, ou seja, para ter acesso à apropriação carnal de uma técnica ou de um conhecimento “pelo corpo” do saber-fazer técnico (DEJOURS, 2012a).

Onde Freud mais aprofundou o conceito de “trabalho” foi a propósito do trabalho do sonho, da perlaboração da experiência do inconsciente, tanto no

processo da cura analítica quanto no de remanejamento da subjetividade que implica a apropriação da experiência do trabalho ordinário. Segundo Dejours (2012a), a subjetivação da relação com a matéria ou com o objeto técnico e a reapropriação desta experiência pática em termos de ampliação da subjetividade passam por duas fases distintas. A primeira é a de que o trabalho-*poiesis* e o trabalho-*arbeit* se interpõem e se complementam. A segunda remete à ideia de que todos aqueles que estão autenticamente envolvidos com o seu trabalho têm sonhos profissionais. É através do trabalho-*arbeit* que o trabalho-*poiesis* convoca a sexualidade que o leva a evoluir. Assim, é o conceito de *arbeit* que constitui a ligação que une as duas “centralidades”: centralidade do trabalho (*poiesis*) e centralidade da sexualidade, as quais estão associadas. O sonho, então, é o mediador que permite que a experiência do trabalho se inscreva na subjetividade e a transforme.

3.2 A inteligência astuciosa

Mesmo frente à situação de desconforto proporcionada pelo real do trabalho, aquele que trabalha continua indefinidamente a buscar uma solução aos obstáculos que surgem. Nesse caso, recorre a uma inteligência que se dá na prática do trabalho e a mobiliza, inteligência esta que descobre, inventa e cria.

É importante deixar claro que o termo “prática”, de inteligência da prática, não deve ser interpretado como oposto a “teórico”. Deve ser entendido como foi exposto por Aristóteles em seu conceito de razão prática, do que é requisitado tanto na esfera teórica quanto na empírica a fim de intervir racionalmente no domínio da ação (DEJOURS, 2011c). No decorrer deste trabalho, optou-se pelo termo *inteligência astuciosa*, para lembrar, a todo o momento, a presença permanente da astúcia.

Esta inteligência, que está no princípio do zelo no trabalho, é desconsiderada pelo saber acadêmico. Foi repudiada por Platão e defendida por Aristóteles. Os gregos da Antiguidade a conheciam e a veneravam por intermédio de uma deusa chamada Métis. Para eles, tratava-se de uma inteligência que agia pela *astúcia*. Esta inteligência se assenta na economia do esforço e, quando necessário, emprega a habilidade. Métis preocupa-se, sobretudo, com a eficácia e age com liberdade. A trapaça e o blefe podem integrar o seu arsenal. A inteligência astuciosa permite o

improviso, a inventividade, a busca de soluções e possibilita a entrada em situações novas. Para os gregos, é uma inteligência curva, pois não segue vias bem delimitadas do raciocínio lógico. Métis é fundamentalmente uma inteligência corporal. Suas qualidades provêm do corpo, da sensibilidade, da flexibilidade e da habilidade de seus movimentos. (DEJOURS, 2012a).

Zeus se apaixonou por Métis, que, em seguida, ficou grávida. Preocupado, Zeus receava que a criança acumulasse sua inteligência, que ultrapassava a de todos os demais deuses, e a inteligência astuciosa da mãe. Preocupava-se com os riscos a que ficaria submetido se um filho mais inteligente do que ele decidisse tomar-lhe o lugar no Olimpo. Recordava-se de como ele mesmo vencera seu pai, Cronos, e os Titãs. Decidiu, como solução, engolir Métis e conservar para si a inteligência dela, bem guardada em seu ventre. Vale ressaltar que esta inteligência se situa efetivamente nas vísceras e não no cérebro, sendo uma inteligência do corpo, e não cerebral. Através dessa incorporação, Atena, filha de Zeus e Métis, nasceu com armas em punho, parida da cabeça de Zeus (DEJOURS, 2012a).

Dejours (2012a) considera, portanto, que as artimanhas do ofício são inventadas e praticadas a partir do corpo. Além disso, não é fácil se dar conta desses saber-fazer incorporados, já que a inteligência do trabalho é anterior à nossa capacidade de simbolizá-la, de formalizá-la, justificá-la, de explicitá-la e transmiti-la. Como consequência, esse gênero de saber-fazer permanece à sombra e, muitas vezes, na clandestinidade, por não ser passível de explicações consistentes. São práticas fora da norma e podem passar por transgressões capazes de incorrer em punições.

Para Dejours (2012a), a inteligência astuciosa ou inteligência da prática pode ser o princípio de uma ampliação da subjetividade, no sentido da realização de si mesmo. Tendo em vista que as habilidades profissionais são construídas a partir do esforço, por parte do sujeito, da superação dos obstáculos que o mundo confronta à habilidade técnica, elas não preexistem ao trabalho, emergem no encontro com este.

Dejours (1995; 2011c) apresenta cinco características da inteligência astuciosa. A primeira, do ponto de vista psíquico, é o fato de ela estar enraizada no corpo. Muitos dos achados extraordinários e muitos dos ajustes ordinários na organização do trabalho e na prevenção de acidentes passam pela solicitação dos sentidos, alertados por uma situação ou por um evento que rompe a rotina ou que gera desconforto/desagrado. Um ruído, uma vibração, um cheiro, um sinal visual

solicitam o sujeito em seu corpo, desde que haja previamente uma experiência, vivida pelo corpo inteiro, da situação comum de trabalho.

Tal dimensão corpórea da inteligência astuciosa deve ser considerada na medida em que implica um funcionamento que se distingue do raciocínio lógico. Dejours (1995; 2011c) defende que aquilo que desencadeia, inicia e acompanha o exercício desta inteligência é a desestabilização do corpo total, em sua relação com a situação. Por isso, esta inteligência é fundamentalmente uma inteligência do corpo. A partir de sua percepção, o trabalhador esboça rapidamente uma interpretação, um diagnóstico ou uma medida corretiva, e só interroga a técnica posteriormente à atitude tomada. É válido ressaltar que, apesar de o envolvimento do corpo ser o criador desta inteligência, não implica a ausência de pensamento.

A segunda característica da inteligência astuciosa é sua capacidade de auferir mais importância aos resultados da ação do que ao caminho utilizado para atingir os objetivos. Predomina, aqui, a esperteza, a trapaça e a astúcia. De acordo com Dejours (1995; 2011c), a justificativa, a explicação, a elucidação, a legitimação e a análise de si intervêm depois do sucesso, isto é, a experiência precede o saber. O que domina o uso da inteligência astuciosa é a astúcia. A engenhosidade, presente nesta inteligência, está vetorizada pelas economias do esforço, que significa obter o máximo e o melhor mediante o mínimo dispêndio de energia. Há uma preocupação com a economia, a qual é entendida em relação ao corpo e ao sofrimento. Neste sentido, inteligência e astúcia são solidárias ao corpo.

A terceira característica é que a inteligência astuciosa está presente em todas as tarefas e atividades de trabalho. Ela não se manifesta apenas no trabalho manual, pois é encontrada também na atividade intelectual e no trabalho teórico. Dejours (1995; 2011c) afirma que há, em toda teoria, uma parte de manipulação, no sentido da manipulação do experimentador sobre sua mesa de trabalho. Sem engenhosidade na pesquisa teórica, por exemplo, só se pode chegar a raciocínios, mas não a um pensamento de fato.

Já a quarta característica se refere ao seu poder criador. A criação sempre parte de um dado *a priori* sobre o qual a engenhosidade e a astúcia se apoiam, para operar por meio da trapaça, segundo um processo de “subversão”.

Por fim, a quinta característica é o fato de ela ter um caráter pulsional, de ser amplamente distribuída entre os homens. Ela é ativa e se manifesta em todos os sujeitos, desde que eles estejam em boas condições gerais ou que gozem de boa

saúde. O corpo alimenta e desencadeia a inteligência, colocando o sujeito em estado de alerta. O estado do corpo é um componente do poder da inteligência. Um corpo fatigado ou doente enfraquece a inteligência astuciosa e a criatividade. Estando o corpo em boas condições, entretanto, quando solicitado, a inteligência astuciosa investe na situação imediatamente. Logo, a subutilização dessa criatividade pode gerar sofrimento, desestabilização da economia psicossomática, descompensação ou doença. (DEJOURS, 1995; 2011c).

Em relação ao sofrimento e suas relações com a mobilização da inteligência astuciosa, o autor trouxe também outras valiosas contribuições à PDT. Para ele, as formas concretas de que se reveste a inteligência dependem do contexto e de seus dois componentes: o contexto sincrônico, ou seja, a organização do trabalho e as relações sociais de trabalho no momento presente; e o contexto diacrônico, isto é, a história do sujeito e a maneira pela qual o contexto sincrônico (situação atual de trabalho) tem lugar em relação ao passado do sujeito.

Não há sujeito sem história singular. Diante de uma situação, o sujeito a experimenta, a interpreta, reage a ela e, eventualmente, procura transformá-la, em função do sentido que tal situação adquire na própria evolução de sua biografia. Na concepção de Dejours (1995; 1996; 2011c), então, devemos levar em conta a importância do referencial psicanalítico para articular a organização da personalidade com organização do trabalho. É no campo desta experiência clínica que é possível compreender melhor a amplitude das implicações do passado do sujeito sobre sua conduta atual.

A Psicanálise nos ensina que os traços mais estáveis da personalidade enraízam-se na infância e nas experiências precoces. De acordo com a teoria psicanalítica, a organização mental não se origina no nascimento, mas se constrói por etapas. Cada uma delas é marcada pelas relações entre as crianças e seus pais (ou cuidadores). Assim, cristalizam-se as formas que delineiam os traços principais da personalidade no eu adulto. Ainda neste capítulo, serão investigadas algumas articulações entre PDT e Psicanálise que têm sido realizadas neste campo.

Segundo Dejours (1995; 2011c), podemos identificar algumas etapas que relacionam sofrimento e desenvolvimento ontogenético da personalidade. A primeira se refere à angústia dos pais e o sofrimento da criança. Os obstáculos com que se defronta o desenvolvimento psicoafetivo da criança ocuparão mais tarde um lugar central na relação psíquica do adulto com o trabalho.

Quando muito pequena, a criança parece ser tão sensível à angústia de seus pais, que esta logo se torna algo também seu. A criança passa a lutar contra o sofrimento deles como se se tratasse de seu próprio sofrimento, sendo este vivido em primeira pessoa. Ela não está à altura de reconhecer que ele se origina na angústia de seus pais. A criança, então, aprende a contornar esta situação, mas cristaliza-se uma zona de fragilidade psíquica, situando-se aí uma fonte inesgotável do sofrimento.

Quando o meio é pouco propício à afetividade e à compreensão de necessidades psíquicas e físicas, quando não há a capacidade de contenção dos pais ou de figuras cuidadoras, a criança – e, logo, o futuro adulto – pode se tornar incapaz de suportar frustrações, o que, conseqüentemente, interferirá no contato do indivíduo com o mundo externo. Tal capacidade de cuidado é o que vai oferecer à criança a possibilidade de suportar as angústias iniciais, de projetar menos suas características ruins e não as sentir como tão ameaçadoras. Além disso, é este cuidado que permitirá a estruturação do ego do bebê, o qual o acompanhará pelo resto da vida (BERTÃO; HASHIMOTO, 2006).

No momento em que o indivíduo não se sente ameaçado por angústias interiores, não precisa lançar mão de tantos mecanismos projetivos e, assim, pode manter uma integridade do ego. Se, durante esse período precoce da vida, o bebê for acolhido e compreendido no sentido de ter sua angústia amenizada a partir dessas experiências, torna-se possível estabelecer uma maior relação de confiança com o mundo. Bertão e Hashimoto (2006) buscam enfatizar que esses cuidados são responsáveis por desenvolver a confiança e a segurança no indivíduo, com relação aos seus pais ou cuidadores, que podem protegê-lo das ameaças do mundo externo ou interno.

A criança é sensível ao sofrimento psíquico dos pais também com relação à realização da sua vida profissional, podendo confundir-se e fundir a experiência da percepção dessas angústias e ansiedades e registrá-las como suas. A partir dessa vivência, a criança pode carregar a ideia de que o mundo externo é ameaçador e, em especial, a vida no trabalho. Tais impressões poderão ser reencontradas através de futuras situações de conflitos no âmbito da realização profissional (DEJOURS, 1996). De acordo com Bertão e Hashimoto (2006), um contato afetivo e seguro pode resultar em uma maior condição do ego, enquanto um contato com pais angustiados

e inseguros, até mesmo por sua vivência insatisfatória no trabalho, pode originar uma forma conflitiva de relação profissional.

A etapa seguinte é a epistemofilia. Posteriormente à fase de angústia dos pais e sofrimento da criança, logo que atinge a idade de falar, a criança se preocupa em entender o que se passa nessa zona de fragilidade psíquica, onde, cada vez que penetra, viverá a experiência dolorosa da angústia, da solidão e do abandono. A angústia dos seus pais se torna um *enigma* que a criança carregará consigo durante toda a sua vida adulta. Este enigma vai gerar uma *curiosidade* jamais satisfeita, um desejo de saber e de compreender. A esta curiosidade dá-se o nome de epistemofilia. A criança construirá uma série de teorias que se sucederão sem uma substituir a outra. A criança de outrora continuará, assim, a ocupar certas posições no espaço psíquico do futuro adulto (DEJOURS, 1995; 1996; 2011c).

O brincar é a fase seguinte. Desde cedo, a criança procura encenar seu desejo de compreender e suas teorias explicativas. Para tanto, utiliza o brincar (WINNICOTT, 1975): um convite, dirigido aos pais, para que representem, em um teatro intermediário, imaginário e humorístico, seu sofrimento transformado em peça teatral. A atividade lúdica é uma forma importante de *experimentação* das teorias infantis.

O teatro do trabalho dá prosseguimento ao desenvolvimento ontogenético da personalidade. No trabalho, o sujeito pode transpor mais uma vez o cenário original do sofrimento na realidade social para um teatro menos aberto que o anterior, que havia sido fundado na imaginação. Logo, os parceiros do cenário não são mais os pais, nem seus substitutos diretos. São os outros trabalhadores, os outros adultos. E o objetivo não é mais o simples prazer de um jogo, mas a *ação* no campo da produção, das relações sociais, e mesmo da política.

A passagem do teatro psíquico para o teatro do trabalho responde à mudança de objeto da pulsão, onde outros trabalhadores adultos substituem os pais; e à mudança de meta da pulsão do prazer do lúdico para a atividade socialmente valorizada. Ocorre, portanto, uma mudança da ordem individual do inconsciente e da pulsão para a ordem social, através de um duplo deslocamento em relação ao objeto e ao objetivo da pulsão. Tais destinações pulsionais são específicas da *sublimação* (DEJOURS, 1994a; 1995; 2011c; 2011d). Para a elucidação do conceito de sublimação, será reservado um tópico mais adiante.

Vale deixar claro que a passagem do teatro da infância para o teatro do trabalho não é direta. O teatro do trabalho é uma reinterpretação do roteiro inicial do sofrimento, ocorrendo diferenças que podem criar ambiguidades e equívocos. Dejours (2011c) afirma que tal ambiguidade está justamente no que exige a imaginação e a criatividade, além de ser o meio de conjurar a repetição exata e estéril das questões existenciais. É esta ambiguidade que está na origem da ressonância simbólica, última etapa.

A ressonância simbólica permite uma reatualização, no trabalho, da história singular de determinado sujeito e de suas vivências infantis no meio familiar; possibilita a continuidade da curiosidade infantil na busca de suas questões internas; além de uma articulação do sujeito com o trabalho e sua singularidade com a realidade social em geral. Para que haja esta passagem do que é herdado na infância para as condições concretas do trabalho no presente, são necessárias analogias de estrutura ou de forma, as quais não implicam nem identidade, nem equivalência absoluta. Entre teatro da infância e teatro do trabalho há distanciamentos que criam uma ambiguidade: o teatro do trabalho aparece como oportunidade de representar novamente um cenário, próximo do cenário inicial do sofrimento (DEJOURS; ABDOUCHELI, 1994a; DEJOURS, 1995; 2011c).

A ressonância simbólica surge como condição necessária para a articulação bem-sucedida da diacronia singular com a sincronia coletiva. Face à produtividade e à qualidade do trabalho, ela permite que o trabalho se beneficie da mobilização dos processos psíquicos inconscientes e que, nesse movimento, se atualizam em inteligência astuciosa. A ressonância simbólica tem a capacidade, então, de reconciliar o inconsciente com os objetivos da produção (DEJOURS, 1995; 2011c).

Existem três condições para a ressonância simbólica. A primeira é a escolha da profissão, que depende do sujeito, seu registro imaginário, sua história familiar, seus vínculos afetivos. A procura pela independência dos pais e pela entrada no mundo do trabalho vai guiar sua busca profissional (BERTÃO; HASHIMOTO, 2006). A atividade de concepção na tarefa é a segunda condição. Para Dejours (1995; 2011c), o investimento sublimatório e a ressonância simbólica atuam dentro de um espaço limitado com bastante precisão pelas responsabilidades em matéria de concepção. A organização do trabalho deve permitir ao trabalhador a possibilidade de concepção e não apenas de execução, apesar de que, na maioria das vezes, o que se percebe é uma limitação em relação ao último elemento. É essa atividade de

concepção que substitui a atividade de experimentação no brincar da criança. A atividade do brincar na fase infantil se transforma em atividade da inteligência astuciosa na fase adulta. A terceira e última condição, de acordo com Bertão e Hashimoto (2006), submete o sujeito a buscar o julgamento de um outro, na medida em que esta apreciação de outra pessoa traz reconhecimento à produção e à criatividade daquele sujeito e lhe confere identidade e reconhecimento social como recompensa pela sublimação de uma parte da pulsão, trazendo a possibilidade de saúde mental.

Quando se fala em reatualização dos desejos infantis na vida profissional, já na fase adulta, deve-se atentar à noção de *desejo* que está sendo empregada. Na concepção freudiana, fala-se em desejos inconscientes das vivências infantis, que estarão sempre presentes na vida do adulto, através de reedições. Tais conteúdos, segundo Bertão e Hashimoto (2006), retornam, pois a satisfação não pode ser completa, apenas parcial.

Para estes autores, a criança, no desejo de ser desejada, assume para si a tarefa de levar para a vida adulta a realização dos projetos familiares e as expectativas que foram para ela criadas inconscientemente. É do seio da família que ela retira suas expectativas, valores e afetos. É com essa bagagem que aprende a se relacionar com o mundo externo. Também é essa carga que a acompanha da infância à vida adulta, e com ela o indivíduo precisa se encontrar e conferir sentido para dar continuidade aos seus projetos. No desejo dos pais, a criança encontra a energia necessária para poder fundar seu desejo (BERTÃO; HASHIMOTO, 2006).

Para Dejours (1996), o processo de transformação do sofrimento em criatividade é psicodinâmico e, logo, frequente, uma vez que o sofrimento é constantemente imposto pela realidade da vida, pelas obrigações sociais e culturais. É apenas no teatro do trabalho, em diversas situações de trabalho, que o sujeito terá condições de alcançar o sofrimento criativo pela ressonância simbólica e com o espaço de deliberação. Do seu trabalho, o sujeito pode fazer um teatro de luta a fim de negociar seu sofrimento e buscar sua identidade.

O sofrimento criativo é derivado do sofrimento infantil, que, por sua vez, é reeditado nas relações adultas. Através da ressonância simbólica, busca-se a possibilidade de se elaborar o processo que confere ao trabalho um modo de dar significação às questões da infância que ficaram sem respostas e produziram, com o

passar do tempo, uma zona de fragilidade para o equilíbrio psíquico (BERTÃO; HASHIMOTO, 2006).

3.2.1 Condições de mobilização da inteligência astuciosa

Dejours (1995) listou algumas condições para a mobilização útil e eficaz da inteligência astuciosa. A primeira é a necessidade de que haja uma organização prescrita. A partir dessa “armação de base”, é possível uma subversão; é preciso regra para que a astúcia possa entrar em ação. Baseando-se em um objetivo pré-determinado pela organização, os trabalhadores terão condição inicial de mobilizar a subjetividade. A organização prescrita, portanto, nunca pode ser considerada inútil e os trabalhadores, apesar de subverterem, adotam uma postura de obediência, a qual não deve ser confundida com alienação.

A segunda condição se refere à transparência. Para o autor, a inteligência astuciosa que opera por subversão coloca os sujeitos em uma situação equívoca. A astúcia exige discrição e, às vezes, segredo. Mas trapacear com a organização prescrita implica assumir riscos. Os próprios regulamentos são, por vezes, contraditórios, o que exige do sujeito engenhosidade. No entanto, ao “fraudarem” o que estava prescrito, o chefe se coloca em posição delicada, pois tal fraude pode ocasionar algum acidente e, para assumi-la contra a regulamentação, é preciso certa transparência entre os envolvidos. Mesmo havendo transparência, que fortalecerá a solidariedade coletiva e a possibilidade de arbitragem, é necessário que seja preservada certa intimidade. A transparência, então, é necessária para que haja a divisão dos riscos assumidos quando os trabalhadores subvertem a organização prescrita; além disso, permite a terceira condição, que são os julgamentos, que produzirão reconhecimento.

A terceira condição, como exposto anteriormente, é o reconhecimento, aqui representado tanto pela gratidão, quanto por um reconhecimento da realidade da contribuição do sujeito que trabalha, realidade do que não é visível, mas que é imprescindível a toda organização. Para que tenha eficiência simbólica, Dejours (2012b) afirma que o reconhecimento passa por dois tipos de julgamento, o de utilidade e o de beleza. O julgamento de utilidade se refere ao reconhecimento por parte da direção, da chefia, de clientes, não só da qualidade do trabalho executado,

da engenhosidade que foi empregada, mas também dos méritos do trabalhador quanto aos riscos que ele correu para atingir os objetivos nas condições difíceis de seu trabalho. Tal reconhecimento é antes de tudo simbólico. Não se trata de um reconhecimento material ou de uma indenização em forma de prêmio. Sem ele, há um grande impacto negativo na identidade do sujeito (DEJOURS, 1995; 2012b).

O julgamento de beleza, por sua vez, remete ao julgamento realizado pelos pares, por trabalhadores que estão na mesma posição hierárquica. Este julgamento analisa, em conjunto, a *elegância*, o rigor e a engenhosidade. Seu exercício é importante por ser o meio pelo qual se obtém o reconhecimento daqueles que podem exercer o julgamento mais severo, mais exigente e mais bem motivado; além disso, é através dele que o trabalhador pode ser reconhecido como *par*, tendo as mesmas competências essenciais que os outros trabalhadores de determinado ofício. Este reconhecimento é fundamental em relação ao registro da identidade do sujeito, ao passo que o situa em um contexto social e coletivo, o da comunidade dos que pertencem a um grupo – o pertencer realiza a socialização da identidade. A originalidade reconhecida está, de certo modo, encadeada ao reconhecimento da identidade (DEJOURS, 1995; 2012b).

É possível transformar sofrimento em prazer através do reconhecimento, pois este faz com que o trabalhador possa imprimir ao trabalho a sua subjetividade. E, quando se fala em reconhecimento simbólico, o mesmo se refere a gratificações no registro da identidade, as quais permitirão a mobilização subjetiva e a inteligência ou zelo dos trabalhadores (DEJOURS, 2012b).

Dejours (1995) ressalta que identidade é fundamentalmente algo através do qual o sujeito considerado não é idêntico precisamente a nenhum outro. Paralelamente, é com o *pertencer* que o sujeito pode compartilhar traços comuns, semelhantes aos demais membros de uma comunidade. O autor afirma que há, inclusive, um antagonismo entre “identidade coletiva” e “pertencer a uma comunidade”. A identidade coletiva caracteriza situações subjetivas em que a singularidade e a identidade se apagam em favor de traços comuns. Já a comunidade dos que pertencem a um grupo funciona no sentido inverso de uma multidão, na medida em que ela cultiva as identidades e as singularidades, com respeito e reconhecimento, inclusive as protegendo entre seus pares.

A identidade remete a um processo que está em permanente construção, não sendo algo imutável ou estável. Por isso, é importante que ao trabalhador seja

garantido o direito à contribuição, pois, ao contribuir de forma criativa, ele estará sempre se transformando e ajudando o coletivo a se transformar, neste caso, quando o coletivo reconhece que a contribuição é importante para todos e não uma fraude que visa somente aos interesses pessoais.

O processo de reconhecimento da identidade supõe o exame do fazer do trabalhador e não visa somente à sua personalidade. Para Dejours (1995), é a busca da identidade, ou seja, o benefício no registro do ser, que mobiliza a habilidade, a engenhosidade, a inteligência e a criatividade. Uma vez que a busca da identidade está consubstanciada no sofrimento, na busca de sentido e no alívio da angústia existencial, não é de surpreender a “espontaneidade” desta mobilização da inteligência astuciosa em todo sujeito em luta pela preservação de sua saúde mental. O processo psíquico que leva ao reconhecimento da identidade é, essencialmente, uma busca de amor, a qual acontece no registro da ação, e não da sexualidade; nas relações sociais, e não nas relações eróticas. A mudança do objeto da pulsão, assim como sua dessexualização, reconhece que esse processo se trata de uma *sublimação*.

O julgamento de beleza, portanto, exige condições de visibilidade, uma visibilidade que entra em competição com a discrição e com o segredo que implica o próprio exercício da inteligência astuciosa. Este julgamento só é formulado sobre uma tarefa finalizada. Dejours (1995), sobre este ponto, conclui que o julgamento de beleza é fundamental para a construção de relações de confiança, a qual torna válida a inteligência astuciosa.

A relação entre a mobilização da inteligência e a realização de si mesmo passa por uma mediação da relação com o real que constitui o trabalho. A relação entre identidade e trabalho também é mediada – neste caso, pelo *outro*, no julgamento de reconhecimento. Surge, assim, um triângulo fundamental, que representa a dinâmica da identidade, a partir de François Sigaut (apud DEJOURS, 2012b).

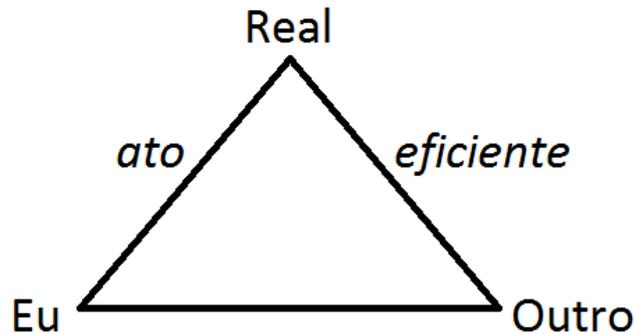


Figura 1 – Triângulo de Sigaut

Na PDT, este triângulo toma outra forma:

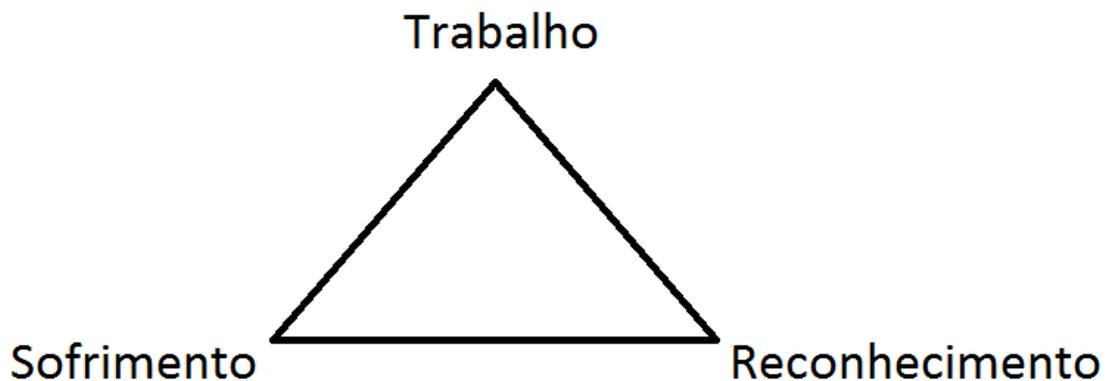


Figura 2 – Triângulo da Psicodinâmica do Trabalho

Neste segundo triângulo, podemos perceber que a retribuição simbólica concedida pelo reconhecimento procede da produção do *sentido* que ela confere ao vivenciado no trabalho. O sentido que nos dá acesso ao reconhecimento é o sentido do sofrimento no trabalho. A construção do sentido no trabalho pelo reconhecimento, que oferece uma gratificação ao sujeito em relação às suas expectativas vis-à-vis a realização de si mesmo, pode transformar o sofrimento em prazer, tudo isso mediado pelo trabalho (DEJOURS, 2012b).

O autor afirma, portanto, que o trabalho atua junto com o sofrimento e o reconhecimento. Se não há espaço para o reconhecimento, os trabalhadores engajam-se em estratégias defensivas para evitar a doença mental, o que pode trazer impactos negativos para a organização de trabalho.

No desenvolvimento do processo de reconhecimento, alguns sujeitos evoluem em direção à autonomia. Na concepção de Dejours (2012b), trabalhar não é apenas produzir, é também transformar-se e realizar-se como ser autônomo. A relação subjetiva com o trabalho se inscreve como processo de amadurecimento *stricto sensu*.

A inteligência astuciosa é obtida através de um esforço obstinado que mobiliza toda a subjetividade, chegando a ultrapassá-la. Ela é fundamentalmente subjetiva, afetiva e corporal e, ao mesmo tempo, invisível. Neste caso, torna-se impossível de ser objetivada, o que a torna mal vista pelos gestores das organizações. Dejours (2012a) afirma que o trabalho não pode ser mensurado com objetividade. O que é medido é o seu resultado, nunca o trabalho em si.

3.2.2 Axel Honneth e sua teoria do reconhecimento

Teorizar sobre a questão filosófica do *reconhecimento* é uma aposta de alguns autores das ciências humanas e sociais. Dentre eles, podemos destacar Axel Honneth, ao qual a PDT faz alusão a partir de Dejours. Filósofo da Escola de Frankfurt, aquele autor propõe uma teoria do reconhecimento e traz contribuições também sobre a relação entre reconhecimento e trabalho. Para ele, relações sociais de trabalho e emprego podem formar práticas sociais e políticas orientadas para a emancipação. Assim, o trabalho não é apenas gerador de alienação, podendo também emancipar (DEJOURS, 2012b).

Mendonça (2009) afirma que, de forma geral, o modelo teórico de Honneth assinala a *gramática moral* que rege os conflitos sociais, buscando ultrapassar a ideia de que tais lutas são simplesmente governadas pela razão instrumental e pelo desejo de autoconservação. Para Honneth, é através do reconhecimento intersubjetivo que os sujeitos podem garantir a plena realização de suas capacidades e uma autorrelação íntegra, uma vez que as identidades são construídas relacionamente.

Segundo o filósofo alemão, o reconhecimento é construído em três domínios: no *amor*, nos *direitos* e na *estima social*. Das *relações emotivas fortes* adviria um misto de dependência e autonomia, essencial para que os sujeitos desenvolvam sua *autoconfiança*. Os *direitos*, por sua vez, garantiriam uma universalização da

dignidade, fomentando o *autorrespeito*, na medida em que possibilita aos sujeitos serem vistos como dignos do mesmo respeito que os demais. Por fim, a possibilidade de *estima social* está enraizada na comunidade de valores e diz respeito à apreciação das potenciais contribuições sociais e das realizações de indivíduos. Tal possibilidade está no cerne da noção de *autoestima* e da construção da *solidariedade* (MENDONÇA, 2009).

O não reconhecimento nesses três âmbitos se manifesta por meio da *violência física*, da *denegação de direitos* e da *desvalorização social* de certos sujeitos por seus atributos e modos de vida. Essas formas de desrespeito impedem a autorrealização do sujeito, mas também podem fomentar uma *reflexividade*, que nasce da indignação moral. Esta compreensão reflexiva pode ser coletivizada e também se desdobrar em lutas sociais por reconhecimento, que, como afirma Mendonça (2009), são essenciais para a *evolução moral da sociedade*.

Honneth, portanto, deposita suas esperanças de um mundo melhor na força emancipatória da interação. O filósofo busca nas lutas por reconhecimento uma possibilidade efetiva de transformação da realidade, as quais levariam à edificação de padrões de interação mais propícias à autorrealização (MENDONÇA, 2009).

Mais especificamente sobre o primeiro domínio do reconhecimento, o amor, ao qual foi referido anteriormente, Honneth trouxe contribuições que remetem à fase das relações primárias. Para o filósofo, o processo inicial de dependência do amor materno desdobra-se em processos sociais de necessidade de reconhecimento em esferas mais amplas que as relações individuais. A partir de sua teoria, a personalidade do sujeito somente pode ser desenvolvida plenamente quando o mesmo obtém reconhecimento em suas relações primárias, em sua personalidade abstrata, como membro de uma comunidade universal e em suas particularidades, através de relações de estima e solidariedade. Também como crítico da noção tradicional de sujeito, Honneth sugere que a noção de autonomia que tem sustentado as análises clássicas sobre o sujeito deveria ser repensada em direção a uma ideia de autonomia descentrada, onde, em vez de noções estáticas de autonomia, fosse possível formular um conceito no qual o indivíduo autônomo seria antes aquele que está em condições de desenvolver criativamente suas necessidades, apresentar sua vida cotidiana sob parâmetros éticos e empregar contextualmente seus valores e normas (SOUZA, 2011).

3.3 O corpo: uma relação entre Psicodinâmica do Trabalho, Filosofia e Psicanálise

3.3.1 Contribuições de Freud

Para dar consistência à teoria que apresenta sobre mobilização subjetiva na PDT, mais especificamente ao que remete à mobilização da inteligência astuciosa, Dejours realiza uma interlocução entre Psicanálise e Filosofia através de pensadores como Sigmund Freud, Michel Henry, Maine de Biran e Jean Laplanche. A partir de conceitos desses autores, Dejours (2012a) busca investigar uma teoria sobre o corpo que leve em consideração o paradoxo da dupla centralidade, ou seja, a centralidade do trabalho frente à identidade, à saúde mental e à subjetividade, juntamente com a centralidade da sexualidade no funcionamento psíquico.

Dejours (2012a) convoca a teoria da pulsão a fim de colocar em evidência, por intermédio do trabalho, o lugar fundamental que ocupa o corpo subjetivo e o que há de genial na inteligência quando esta entra em confronto com o real. Vale ressaltar, inicialmente, que o corpo aqui referido não é somente um corpo biológico. O autor, nesse contexto, investiga de que maneira a metapsicologia freudiana pode trazer esclarecimentos sobre o corpo.

O único texto em que Freud trata das relações entre o Eu e o corpo é “O Eu e o Id” (1923). Em um trecho do texto e em uma nota acrescentada para a edição inglesa de 1927, que não está reproduzida nas edições alemãs posteriores, Freud afirma:

O Eu é antes de tudo um Eu corporal, ele não é um ente de superfície, é também, ele próprio, a projeção de uma superfície. [Segue a nota:] Ou seja, em última instância, o Eu deriva de sensações corporais, principalmente aquelas que surgem na superfície do corpo. Ele pode então ser considerado como uma projeção mental da superfície do corpo e ainda, como o vimos acima, ele representa a superfície do aparelho mental (1923, p. 270).

“Pulsões e destinos de pulsões” (1915), por sua vez, será o texto no qual Dejours (2012a) buscará relacionar pulsão sexual e trabalho. Será este o texto freudiano em que o psiquiatra e psicanalista francês mais se apoiará para investigar a tal relação. Para isto, faz uso do conceito de *pulsão*, conceito que é destinado a

desvendar a sexualidade humana, tendo como base o corpo e o funcionamento psíquico.

Segundo Freud, “A pulsão aparece-nos (...) como uma medida da exigência de trabalho imposta ao anímico por sua correlação com o corpóreo” (1915, p.169). Esta primeira definição permite a Freud passar do nível do corpo ao do trabalho e leva em consideração somente o *corpo biológico*. A fonte da pulsão, aqui, situa-se na instância do corpo biológico, reside em suas “necessidades” e não nas zonas erógenas (DEJOURS, 2012a).

É importante deixar claro, no entanto, que corpo e trabalho não são conceitos reconhecidos na metapsicologia freudiana, isto é, Freud não chegou a propor uma teoria específica para o corpo ou para o trabalho, o que não significa que não haja o conceito de corpo na teoria freudiana. O corpo como objeto de investigação, aqui, não releva da Psicanálise, participa do campo biológico somente. O domínio da Psicanálise inicia a partir da função de representância atribuída à pulsão, representância no domínio psíquico do que é produzido no corpo (DEJOURS, 2012a).

O segundo estágio de definição da pulsão é o que a coloca “como a representante psíquica dos estímulos provenientes do interior do corpo e que chegam à alma” (FREUD, 1915, p.169). Já o terceiro e último estágio de definição caracteriza a pulsão como medida da exigência de trabalho e remete mais especificamente ao que Freud designa como *pressão*, a qual compreende o seu elemento motor, a soma de força ou a medida de exigência de trabalho que ele representa (FREUD, 1915). Dejours (2012a) afirma que estas exigências são vinculadas por Freud a um processo por ele designado ora pelo termo *progresso*, ora por *desenvolvimento*. O desenvolvimento e o progresso sobressaem à pulsão e não a um determinismo natural ou a estímulos externos. O desenvolvimento é ditado por pressões internas pertencentes ao campo das pulsões.

Como visto, Dejours tem como um de seus objetivos investigar o lugar do trabalho na teoria psicanalítica. Este autor afirma que o trabalho não é considerado por Freud como grandeza energética, embora ele também não possa ser reduzido a uma ação. O trabalho, então, engloba tanto a ação quanto o pensamento, e o termo alemão escolhido que aponta justamente sua dimensão qualitativa é *arbeit*. O mesmo termo empregado nesta forma qualitativa está presente também em outras formas que constelam a metapsicologia: *Traumarbeit*, *Trauerarbeit*, *Kulturarbeit*,

Nacharbeiten etc. Todas essas fórmulas estão contidas em “exigência de trabalho” e, havendo desenvolvimento psíquico, sob efeito da pressão pulsional, este desenvolvimento decorre de um trabalho cuja forma inicial é a elaboração: *Erarbeitung* (DEJOURS, 2012a).

O trabalho, no sentido proposto por Freud – em relação à pulsão – de exigência de trabalho imposta ao psiquismo (*Arbeitsanforderung*), é diferente do trabalho no sentido das ciências econômicas e sociais, ou seja, do trabalho de produção (*poiesis*). Como visto anteriormente, a *poiesis* é o trabalho de produção orientado ao mundo em prol de transformá-lo, através da ação dos indivíduos (DEJOURS, 2012a).

Dejours (2012a) afirma que, a partir do encontro com o real, a invenção da solução realizada pelo sujeito para dar conta dos obstáculos é convertida em exigência de trabalho, entendida agora como exigência de um trabalho psíquico interno que remaneja a arquitetura psíquica e corporal. Através do *arbeit*, possibilita-se o nascimento das habilidades profissionais, as quais não podem nascer sem esta transformação de si – trabalhar é transformar-se a si próprio.

3.3.2 *Uma teoria do corpo a partir das contribuições de Jean Laplanche, Michel Henry e Maine de Biran*

Dejours (2012a), para percorrer o caminho do processo de formação da sexualidade, além da teoria de Freud, fez uso da teoria sexual de Jean Laplanche pelos seguintes motivos: Laplanche se interessa em pensar o que acompanha o desenvolvimento sexual; a teoria da sedução generalizada é também uma teoria dos princípios; e, por fim, porque ela traz recursos específicos à análise conceitual sobre o estatuto consagrado ao corpo na Psicanálise.

Para Laplanche, a Psicanálise é a teoria da sexualidade. Esta não é um objeto de estudo como outro qualquer, pois atravessa e estrutura todas as condutas humanas e ocupa um lugar central tanto no funcionamento individual como na produção das obras da cultura. Laplanche, portanto, complementa o caminho iniciado por Freud que localiza o sexual em todas as produções humanas (DEJOURS, 2012a).

Dejours (2012a) defende a ideia de que o corpo está implicado na gênese do inconsciente, uma vez que ele brota do pensamento, o qual nos confere uma

singularidade. É o corpo que experimenta afetivamente a vida e é a partir dele que se experimenta afetivamente o que é mobilizado. Para o autor, a subjetividade contempla tempo e história através dos registros de sensibilidade que a experiência do corpo faz desfrutar. Vale ressaltar que tal sensibilidade do corpo que faz com que se possa lidar afetivamente com o mundo e permite uma experimentação de si próprio não se dá de forma idêntica entre as pessoas, pois é dada a partir da história de cada um.

Laplanche retoma Freud em sua teoria. A descoberta freudiana fundamental sobre a qual Laplanche se debruça está centrada no fato de a sexualidade humana ser uma sexualidade infantil. Não apenas ela começa antes da maturidade das glândulas endócrinas, como também se manifesta inicialmente antes da aquisição da linguagem. Ela chega até a criança através da sedução exercida pelo adulto. Através de gestos banais, os quais implicam simples cuidados a serem praticados no corpo da criança, ou pelo “carinho” demonstrado pelos pais ou cuidadores, é possível excitar o corpo infantil. É por meio do corpo que se implanta o sexual na criança (DEJOURS, 2012a).

Não são somente os gestos do adulto que excitam a criança, mas, sobretudo, o que, partindo do adulto nesta ocasião, alcança os fantasmas e penetra o próprio inconsciente sexual do adulto. Segundo Laplanche, o adulto não sabe o que ele mesmo está introduzindo, o que está implantando de sexual na criança que está sob seus cuidados.

Para o autor, isto se denomina “mensagem”: uma mensagem contaminada de sexual, comprometida pelo sexual inconsciente do adulto, que exerce, inevitavelmente, um poder de sedução sobre a criança. Assim, o adulto se apresenta como um sedutor que leva a criança a penetrar na sexualidade humana. E é por conta do caráter inevitável deste comprometimento da relação adulto-criança pelo sexual que Laplanche propõe o conceito de “sedução generalizada”, que difere do conceito proposto por Freud de sedução, que remetia aos atos cometidos pelos adultos sobre as crianças, atos estes que geravam organizações psicopatológicas (DEJOURS, 2012a).

Apoiando-se na teoria laplanchiana, então, Dejours (2012a) defende que a sexualidade não vem para o ser humano pelo instinto de reprodução, e que tampouco é inata. Ela é implantada pela sedução.

A comunicação que ocorre nesse fenômeno não está restrita à linguagem. O que é comunicado entre adulto e criança traz consigo o apego, que se manifesta por comportamentos de agarramento, colo e busca do contato com o corpo do adulto, e é este apego que portará as mensagens que, por sua vez, terão conteúdo erótico.

Essas mensagens serão recebidas pela criança e esta deverá traduzi-las. No entanto, tais traduções serão incompletas e os resíduos que são traduzidos insistirão em um retorno. Para Dejours,

Em função da especificidade das traduções tentadas pela criança, são sedimentados resíduos que se singularizam como fonte de excitação autônoma: objeto-fonte da pulsão, é assim que são qualificados por Laplanche, para lembrar que antes de tornar-se fonte, na origem, eles foram carreados do exterior, pelo adulto. O inconsciente sexual do adulto, pelo qual a mensagem está comprometida, dá à luz fontes pulsionais que participam da formação do inconsciente da criança: os resíduos incompreensíveis e irreduzíveis da tradução levarão aos poucos à formação do inconsciente sexual da criança. Este movimento que se desenvolve na sombra da tradução constitui o recalque primordial (2012a, p.104).

Percebemos, assim, que esta teoria da sedução é uma teoria que traduz o inconsciente.

Dejours (2012a), no tocante às mensagens traduzidas, diferencia a teoria de Laplanche da de Lacan, na medida em que, para o primeiro, a mensagem não está restrita à linguagem, como abordado anteriormente, diferentemente do que defende o segundo. Como a mensagem advém de gestos e manipulações corporais, nesse momento, no corpo da criança é produzida a subversão libidinal das funções fisiológicas e, a partir deste corpo fisiológico, nasce o segundo corpo – o corpo erótico.

Reclamada pela teoria da mente e do corpo do trabalho vivo, Dejours (2012a) afirma que é preciso esclarecer a quiddidade deste corpo que está no princípio da experiência do mundo, da subjetivação do mundo ou, remetendo a Michel Henry, da “corporeização do mundo”. Segundo Dejours,

(...) este corpo que se apropria do mundo (...) não é o corpo dos biólogos: é um segundo corpo, o corpo no qual moramos, o corpo que se experimenta afetivamente, o corpo no qual está engajada também a relação com o outro: gestos, mímicas, suores, tremores, sorrisos etc. (...) Ele é construído aos poucos, na relação corpo a corpo entre a criança e o adulto em torno dos cuidados e asseio corporais. (...) os cuidados com o corpo estão contaminados pelo sexual e é essa contaminação sexual que está na origem da excitação e das curiosidades da criança que, por seu turno, estão

na origem de seu corpo erótico e de sua sexualidade. (...) é bem este mesmo corpo da experiência a mais íntima e da relação com o outro, que é convocado a trabalhar (2012b, pp.30-31).

Para Henry, a subjetivação do mundo, que passa inicialmente pela corporeização deste, é a condição fundamental de todo conhecimento, inclusive do conhecimento científico. É através da corporeização que o conhecimento poderá ser revelado e se manifestar enquanto fenômeno. Segundo sua teoria, o corpo tem a possibilidade de efetivar o conhecimento, o qual demanda a mobilização do corpo por inteiro, operando aqui como apalpação do mundo. Tal conhecimento é de grande sutileza, que é ilustrada no contato com a matéria “imaterial”, que remete à presença do outro, por exemplo (DEJOURS, 2012a).

Dejours (2012a) ilustra esta matéria imaterial com uma situação em que um colega psiquiatra usa como registro de sensibilidade e de experiência do corpo o aperto de mão que dá no paciente. O psiquiatra, neste caso, foi capaz de identificar não somente a materialidade do corpo, mas também “tatear” a organização mental do paciente, entrando em contato com a qualidade de vida psíquica deste. Reconhece-se, então, a dimensão imaterial ou, usando um termo freudiano, o funcionamento anímico do paciente.

Podemos fazer um paralelo deste conceito de matéria imaterial com o de mobilização subjetiva, na medida em que ambos exigem a mobilização do corpo e uma consequente atenção aos registros sensoriais para que se deem. Em qualquer situação de trabalho, somos tomados permanentemente por exigências prescritivas que nos fazem desenvolver um jeito singular de colocar nosso corpo em ação, tais como um olhar, uma forma de segurar uma ferramenta, o uso do olfato, uma “sacção”, como já apresentado através das pesquisas de Cru (1998).

A corporeização do mundo permite a descoberta do mundo e revela para cada um de nós a vida em si. Ao reconhecermos tal corporeização, através da provação do trabalhar, podemos, então, participar do reencantamento deste mundo. Desconhecer ou refutar a relação entre subjetividade e trabalho significa desabitatar o mundo e condená-lo ao desencantamento, isto é, a ideologia que exclui a subjetividade em relação ao trabalho e a condena a uma proibição de permanência, em nome da ciência, nos oferece uma visão de natureza morta e desolada. Portanto, se o fim último de toda ação política é o reencantamento do mundo, nosso objetivo é reconhecer de início o que o trabalho deve à subjetividade, além de reconhecer o

que o trabalho dos demais deve às suas respectivas subjetividades e à subjetividade de todos (DEJOURS, 2012a). O autor, portanto, afirma que

A corporeização supõe a manutenção de um comércio prolongado e obstinado com a experiência do fracasso (...). A corporeização supõe que o sujeito seja habitado pelo sofrimento do trabalhar, da resistência e das evasões do mundo ao seu poder e ao seu domínio (...). A partir de então é possível compreender que, em decorrência deste fato, o trabalho não está, como muitas vezes se lhe atribui, limitado ao tempo físico efetivo passado na fábrica ou no escritório. O trabalho transpõe qualquer limite atribuído ao tempo de trabalho, ele mobiliza a personalidade por inteiro (DEJOURS, 2012b, p.31).

O autor acrescenta que

Reencantar o trabalho deveria, portanto, ser uma prioridade da política. Reencantar o trabalho não é um objetivo ilusório. Reencantar o trabalho não demanda nada senão reconhecer e apoiar-se na força proposicional e deontica daqueles que abraçam com talento a relação entre trabalho e emancipação para levar a sua *práxis* até as instituições e traduzir sua experiência do mundo em arte de viver (DEJOURS, 2012b, p.181).

Dando continuidade à contribuição de outros autores que possam oferecer sustentação teórica na investigação sobre uma metapsicologia do corpo, Dejours (2012a) volta-se para a abordagem da gênese do pensamento, a partir do corpo, realizada pelo filósofo Maine de Biran. Este filósofo propôs uma teoria completa do advento de uma ideia com base em uma experiência do corpo: uma teoria da “ideação”.

Na concepção de Maine de Biran, a filosofia dos princípios é uma ciência dos fenômenos do espírito humano, tratando-se de uma psicologia. Busca-se uma ciência do entendimento, uma teoria da inteligência, uma análise do que está no princípio da ideação, isto é, da faculdade de gerar ideias. No fundamento dessa psicologia, Maine de Biran apresenta o conceito de “fato primitivo”, o qual tem o estatuto de uma verdade subjetiva primeira e indubitável e que consiste no conhecimento imediato e certo que o Eu adquire durante a produção de um “esforço desejado”, esforço este originado na *vontade*. O fato primitivo designa, então, a relação entre um esforço motriz originário do Eu e uma resistência orgânica ou externa (DEJOURS, 2012a).

A resistência orgânica remete à resistência do corpo, à resistência do músculo, à inércia deste que se opõe ao movimento voluntário. Já a resistência externa pode ser a resistência que contrapõe a um objeto do mundo material ao

movimento voluntário e, como este sempre encontra resistência, exige a realização de um esforço. E será essa força de resistência que permitirá o reconhecimento da origem egoica do querer pelo sujeito (DEJOURS, 2012a).

Logo, o esforço é um querer e leva o corpo a se revelar para si. É um “esforço sensível”, que está no princípio do “sentido íntimo” de si, que leva o sujeito a sentir e descobrir a si próprio. O esforço é a forma pela qual a “apercepção imediata” de si próprio se torna possível. Dejours (2012a) acrescenta que a apercepção é um “sentir-se a si próprio” e que, a partir dele, pode advir o Eu.

A vontade que origina o esforço é essencial para o Eu e o constitui, fundamento que testemunha um *segundo nascimento* de uma pessoa, uma vez que o primeiro nascimento remete ao do corpo biológico e sem consciência de si. Com o fato primitivo do esforço sensível, Maine de Biran instala toda a psicologia por sobre uma teoria do corpo. Nas palavras de Dejours,

O que inicialmente foi identificado como fato primitivo – ou como princípio de fundamento da subjetivação do corporal – é posteriormente aplicado para revelar a conquista do corpo, este corpo que é meu, deste corpo que é o Eu e, para além da individualidade, por um processo de apropriação que é a extensão do esforço sensível (2012a, p.79).

É a partir desse movimento que Maine de Biran identifica o nascimento do pensamento, ou da inteligência, ou da *protoideação* que constitui a “reflexão”. Em sua concepção, pensar é sempre pensar o seu corpo, a partir do que é oferecido à inteligência pelo viés de uma apercepção. Para poder pensar, é necessário, inicialmente, aperceber o fenômeno, passando por uma apreensão consciente, o que implica o exercício do sentido íntimo. O desenvolvimento do pensamento passa pelo corpo e implica o corpo. O Eu torna o corpo presente para si mesmo: o Eu é um Eu-corpo, um corpo pensante (DEJOURS, 2012a).

Seguindo com as contribuições da teoria de Maine de Biran, Dejours (2012a) faz referência ao conceito de apercepção imediata, a qual resulta da oposição do esforço a um “termo resistente” que se situa *no próprio corpo*, isto é, no corpo orgânico. A apercepção imediata é a forma como o corpo é apropriado pelo sujeito e se torna um corpo efetivamente subjetivo e não apenas biológico, o que permite a constituição do que o filósofo denominou segundo corpo.

Michel Henry se apoia na teoria de Maine de Biran sobre a apercepção imediata e o sentido íntimo e desenvolve uma teoria do trabalho como apercepção

mediata externa. Buscou mostrar, assim, que o trabalho participa da revelação e do desenvolvimento da subjetividade (DEJOURS, 2012a).

Dejours (2012a), a partir desses filósofos, defende que a apropriação do mundo pelo viés do trabalho vivo constitui uma mediação amplificadora que pode ser apreendida pela subjetividade, desde que esta esteja em busca de crescimento.

O enfoque do tópico seguinte será na temática da cooperação no trabalho, a qual já foi introduzida no primeiro capítulo no tópico “Contribuições dos estudos sobre o trabalho na construção civil para a *mobilização subjetiva*”, além dos espaços de deliberação.

3.4 Cooperação: entre “inteligências coletivas” e espaços de deliberação

“Trabalhar não é apenas produzir, é também viver junto” (DEJOURS, 2012b, p.85). Dejours (2012b) defende que trabalhar não pode ser descrito como justaposições de experiências e de inteligências singulares. Trabalha-se sempre para alguém: para um patrão, chefe superior hierárquico, subordinados, colegas, clientes etc. O trabalho não é apenas uma atividade, é também uma relação social, pois se expande em um mundo humano caracterizado por relações de iniquidade, de poder e de dominação. Trabalhar exige o engajamento da subjetividade em um mundo hierarquizado, com constrangimentos, perpassado pela luta de dominação. O real do trabalho não é apenas aquele relativo ao cumprimento da tarefa; estende-se à experimentação da resistência do mundo social e, mais precisamente, das relações sociais na implantação da inteligência e da subjetividade.

O que ocorreria se cada um trabalhasse de sua maneira, mobilizando sua inteligência de forma particular sem levar em conta o outro? Dejours (2012b) reconhece que as inteligências singulares são capazes de abrir caminhos diferenciados nos saber-fazer, nas habilidades individuais, recebendo, em contrapartida, um poder de divergência entre os estilos de trabalho. No entanto, para que riscos de conflito que possam surgir entre as diferentes inteligências sejam corrigidos e para que se busque a organização dos estilos de trabalho individualizados, as inteligências devem ser coordenadas.

O *trabalho coletivo* constitui um elo intermediário essencial entre a inteligência, a habilidade e a engenhosidade presentes no *estado potencial*

em cada indivíduo, de um lado, sua atualização em uma contribuição à cultura e à *polis*, de outro (DEJOURS, 2012b, p.78).

Para que o sujeito possa trabalhar, é importante que sejam reajustadas as prescrições e que se desenvolva a organização do trabalho *efetiva*, a qual difere da *prescrita*. Segundo o autor, à coordenação (prescrita), os trabalhadores respondem adiantando a cooperação (efetiva). Entre ambas, se interpõe uma série de iniciativas complexas que levam à formação de “regras de trabalho” que, como visto no primeiro capítulo, são compromissos firmados entre os estilos de trabalho, entre as preferências de cada trabalhador, de forma a adequá-los (DEJOURS, 2012b).

Entretanto, em uma situação de trabalho onde convergem diversas inteligências e, em função da discussão coletiva que permitirá a escolha das modalidades de trabalho mais aceitáveis, é necessário que haja arbitragens, através de um confronto de argumentos tanto de ordem técnica como ética, ou de opiniões.

Os acordos que são firmados entre os trabalhadores de um mesmo coletivo e que se estabilizam sob a forma de acordos normativos ou sob a forma de regras de trabalho apresentam o objetivo de eficácia e de qualidade do trabalho, de um lado, e o objetivo social, de outro. A cooperação supõe um compromisso técnico e social ao mesmo tempo. Para Dejours (2012b), viver junto supõe a mobilização da vontade dos trabalhadores com o objetivo de conjurar a violência no âmbito dos litígios ou desavenças capazes de produzir desacordos entre as partes, em relação às maneiras de trabalhar.

Dejours (2012b) afirma que, do ponto de vista do engajamento da subjetividade no trabalho, a cooperação supõe uma limitação consentida à experiência da inteligência e à expansão da vida singular na atividade. Quando o sujeito traz sua contribuição e seu consentimento aos acordos normativos em um coletivo, renuncia à parte do potencial subjetivo individual, em prol do viver junto e da cooperação.

Consentir em cooperar implica uma renúncia, na medida em que o trabalhador tolhe sua inteligência e sua subjetividade, de algum modo, em prol do coletivo. Tal renúncia nem sempre é consentida por todos, o que pode ocasionar conflitos. Neste caso, o individualismo se sobrepõe e a cooperação é colocada em xeque.

Ao trabalhador, a renúncia representa

(...) estar capacitado a autolimitar-se, de restringir voluntariamente suas habilidades, de controlar sua inteligência para que cada um possa encontrar o seu espaço por inteiro no coletivo e trazer sua contribuição singular à cooperação. É por isso que para obter um determinado cromatismo de uma orquestra ou de um coral, é necessário que os instrumentistas ou coristas encontrem um compromisso entre dar o melhor de si, por um lado, limitar-se em sua intensidade sonora ou vocal, ou na velocidade ou virtuosismo, por outro, para alcançar a unidade sonora desejada (DEJOURS, 2012b, pp.125-126).

A renúncia se caracteriza, então, por três dimensões essenciais: está atrelada à compreensão da subjetividade do outro; pertence à mobilização de uma virtude intelectual; e ela é abertura para a sublimação no sentido restrito do termo, já que esta oferece, em troca do sacrifício de uma parte de si, o acesso à dimensão cultural da universalidade (DEJOURS, 2012b). Esta relação entre sublimação, cultura e política será discutida mais adiante.

Dejours (2012b) se questiona sobre o motivo de participarmos da cooperação quando temos conhecimento dos riscos que pressupõem o engajamento na discussão coletiva e na autolimitação da subjetividade. Responde precisamente que, quando há mobilização subjetiva ou mobilização da inteligência, somos engajados no debate de opiniões e isto é uma contribuição essencial para a produção. Quando oferecemos essa *contribuição* à empresa, espera-se uma *retribuição*. Esta não é apenas material, tal como o salário, não é somente um pagamento por seu sofrimento ou por sua situação subjetiva “sem sentido”, mas é simbólica ou moral, e esta retribuição toma a forma do reconhecimento. O que mobiliza o sujeito em sua relação com a tarefa não é apenas a compulsividade ou a força de sua pulsão, mas sim o propósito subjetivo de obter, em troca de seu envolvimento e de sua contribuição, um benefício em termos de sentido para si mesmo. Por trás da mobilização subjetiva, da busca por oferecer uma contribuição, há também uma busca de identidade (DEJOURS, 1995; 2011c). Em suas palavras,

A conquista da identidade na dinâmica intersubjetiva do reconhecimento no trabalho, na essência diz respeito à realização de si mesmo no campo das relações sociais. Não há articulação direta entre sujeito do inconsciente e campo social. Essa relação está sempre mediatizada pela referência a uma ação sobre o *real* que mobilizou a atividade de trabalho (DEJOURS, 2012b, p.108).

O autor defende, ainda, que é possível articular subjetividade e ação coletiva. A cooperação permite a construção de uma solidariedade fundamental entre a experiência subjetiva que se busca a si mesma e a implicação coletiva na vontade

de contribuir com as condições éticas do viver junto. A respeito da concepção da ação, a PDT nos ensina que uma ação só é racional se ela considerar o destino da subjetividade no trabalho e se ela contribuir, ao mesmo tempo, com o que, em toda atividade de trabalho, procede da subjetividade. Dejours (2012b, p.41) afirma que “(...) a ação coletiva é racional se ela se dá como objetivo não apenas a luta contra a injustiça, mas de forma explícita e prioritária, também a *celebração da vida*”. Nesse aspecto, a ação e a luta têm como finalidade fazer da organização do trabalho um objetivo real e irreduzível da deliberação política e de busca pela emancipação.

Para Dejours (2012b), o trabalho coletivo está fundamentado na inteligência e na mobilização da mesma, isto é, ele implica a mobilização das inteligências individuais. Estas, por sua diversidade, provocam o surgimento do risco de divergências e podem ocasionar desordem, incoerência e caos. É este o papel do trabalho coletivo: reunir as inteligências singulares e inscrevê-las em uma dinâmica coletiva comum. Para isso, são necessárias condições, tais como visibilidade, confiança, controvérsia e deliberação, arbitragem e consentimento e disciplina.

Como o caminho percorrido por uma inteligência particular é diferente dos caminhos dos outros membros de determinado coletivo, a cooperação entre os colegas pressupõe que cada trabalhador compreenda e conheça como os outros trabalham. Para Dejours (2012b), o que está no centro do real ou da atividade não pertence ao mundo visível. Portanto, para que o coletivo saiba como determinado sujeito trabalha, este deve mostrar explicitamente como o faz. Tal exposição e visibilidade que oferece não deve se confundir com transparência. Tornar visível é encontrar a retórica pela qual a maneira de cada um de trabalhar pode tornar-se inteligível para os demais, seja por demonstração, ostentação, dramaturgia etc.

A visibilidade, contudo, não implica apenas esforços para tornar inteligível aos outros o que se procura fazê-los conhecer. Implica riscos de revelar particularidades do ofício e que os demais possam se apropriar dele; o risco de expor, ao lado de toda a minha engenhosidade, minhas imperícias, minhas falhas; por fim, o risco que os outros se sirvam dessas informações contra mim. Assim, o trabalhador não ousa mostrar os segredos de seu trabalho se não tiver confiança na lealdade de seus colegas e chefes. Dejours (2012b) acrescenta que a confiança constitui uma das grandes dificuldades do trabalho coletivo. Confiança e lealdade são indissociáveis. A confiança introduz no trabalho algo fundamentalmente heterogêneo em relação à técnica, algo de ordem ética.

Trabalhar junto requer que sejam discutidos e incluídos na pauta de debates os diversos modos operatórios para selecionar e admitir aqueles que são vantajosos para a cooperação, assim como rejeitar os que podem ser prejudiciais à mesma. É esta a grande dificuldade da cooperação. Não somente porque a deliberação sobre esta pauta exige tempo, mas também pelo fato de a qualidade da controvérsia definir a capacidade do coletivo em evoluir em suas competências coletivas.

No melhor dos casos, a deliberação permite chegar a um consenso. Quando não se atinge este objetivo, permanece a controvérsia e os desacordos ameaçam cristalizar-se, o que pode arruinar qualquer possibilidade de cooperação. Neste caso, a solução será, como já citado anteriormente, arbitrar.

A arbitragem levanta problemas complexos, pois admite que a palavra de certos trabalhadores prevaleça sobre a dos demais, o que pode desqualificar determinadas opiniões publicamente e engendrar frustrações, sentimentos de injustiça e ressentimentos que podem prejudicar a cooperação no trabalho. Entretanto, de acordo com Dejours (2012b), a arbitragem é esperada pelos trabalhadores de uma equipe a fim de que se coloque termo a discussões infundáveis e que perderam objetividade. O autor afirma que há condições para que uma arbitragem tenha tal poder de decisão e que contenha, também, um caráter de pacificação.

O trabalhador que arbitra deve ter *autoridade*, noção introduzida no âmbito do trabalho coletivo a partir da dimensão da *cooperação vertical* entre chefes e subordinados. Quando a arbitragem é baseada na autoridade, então, são possibilitados benefícios para o desenvolvimento do trabalho coletivo (DEJOURS, 2012b).

Segundo Dejours,

A autoridade começa a partir do momento em que um sujeito reconhece que outro sujeito apresenta aptidões ou qualidades superiores às suas para confrontar a resistência do real e que, em virtude de tais qualidades e aptidões, cabe-lhe um direito particular de comandar, decidir, ordenar ou governar os demais sujeitos que concordam (2012b, p.135).

A autoridade da arbitragem demanda um consentimento de todos os trabalhadores de determinado coletivo e, na falta de um consentimento direto, é necessário um consentimento fundado na disciplina (DEJOURS, 2012b).

Quando se obtém um acordo a partir de um consenso ou uma arbitragem, ele se torna um *acordo normativo*. E, no momento em que vários acordos normativos são articulados entre si, formam-se as *regras de trabalho*. Por fim, quando várias regras de trabalho podem ser estabilizadas e transmitidas aos jovens, estagiários e aprendizes, estão presentes as *regras de ofício*.

Dejours (2012b) afirma que o principal agente desta atividade que leva à formação, evolução, manutenção, transmissão e renovação dessas regras é o espaço de discussão ou *espaço de deliberação* presente na organização, espaço este em que os trabalhadores podem formular e defender suas concepções sobre os modos de trabalhar. Tais concepções não se fundamentam exclusivamente em dados técnicos e científicos, mas também na confiança, lealdade, respeito às regras e disciplina. O espaço de deliberação é estruturado como um espaço público. “A atividade de deliberação que conduz à formação de regras de trabalho e que está no princípio mesmo da cooperação é uma atividade deontica” (p.83).

O espaço de deliberação tem como finalidade conciliar as condições propícias a uma palavra incerta, inacabada, que se procura ou que procura traduzir a experiência. Dejours complementa esta ideia afirmando que

O espaço de deliberação repousa no princípio que consiste em empregar da forma mais rigorosa o poder da linguagem para catalisar a perlaboração. Essa propriedade da linguagem se deve ao fato de que falar com alguém é um dos meios mais poderosos de catalisação do *pensamento*. Ao ponto que, ao falar, este que busca expressar sua opinião escuta-se por vezes proferindo propósitos que lhe revelam dimensões de sua própria experiência de trabalho (que é também a experiência do real) que ele ignorava até o momento em que se ouve falando. É o milagre da palavra, para a qual a psicanálise cunhou mesmo uma utilização regida naquilo que Freud designava sob o nome de “*talking cure*” (2012b, p.177).

Durante essas reuniões de trabalho coletivas, com a participação de operários e seus chefes imediatos, a proposta é que se enuncie toda uma série de problemas concretos desconhecidos, relacionados com as dificuldades da organização do trabalho, com os riscos psíquicos e com as questões éticas que tal organização implica. Com sua reconstituição, este espaço de palavra modifica sensivelmente as condutas individuais e as relações no ambiente de trabalho (DEJOURS, 1995).

Percebeu-se que é justamente fora dos lugares codificados institucionalmente que, muitas vezes, são discutidas as questões mais importantes da organização do trabalho e que se formam de novo as bases da cooperação. A polêmica substitui o

conflito, enquanto as arbitragens, as escolhas e as decisões passam a ser geradas coletivamente, aliviando o constrangimento psíquico individual. Através de um espaço de palavra, a diversidade, a personalização, a singularização dos modos operacionais e das habilidades individuais podem ser ali debatidos, legitimados e também reconhecidos. E este reconhecimento individual está na base do pertencer e da construção de um coletivo de trabalho (DEJOURS, 1995).

Para Dejours (2012b), o “milagre da palavra” pode se produzir quando, entre aquele que assume o risco de falar e aquele que escuta, existe uma *relação de equidade*. E tal equidade entre palavra e escuta se dá quando, em relação ao risco da palavra, ocorre um risco comparável do lado da escuta, que é uma *escuta arriscada*. O risco de ouvir nada mais é que o de uma desestabilização da relação do sujeito com o real, risco que não deixa de ser a garantia da permanência de sua identidade.

Toda organização do trabalho faz surgir, através de seu próprio funcionamento, a questão do espaço de deliberação coletiva dedicado à expressão das opiniões. Ele é o lugar onde podem se expressar as opiniões que dizem respeito ao real e à vida, ou seja, ao trabalho vivo, a partir da mediação da palavra; revela-se pela *práxis* e se apresenta, portanto, como um espaço político, assim como um espaço gerador do político (DEJOURS, 2012b). Quando existe um espaço público de deliberação entre os trabalhadores, a inteligência astuciosa é convertida em *sabedoria prática*, passando por uma validação social.

Parte do espaço de deliberação se ambienta em espaços formais, como em reuniões, por exemplo, assim como também pode ocorrer em espaços informais, como em vestiários, refeitório, nos corredores etc. A grande dificuldade é de como efetivar e articular esses dois ambientes.

Dejours (2012b) afirma que os espaços informais são tomados pela atividade deôntica, conceito este introduzido no primeiro capítulo, uma vez que são ocupados pelas práticas de *convivência*. Quando esta não existe ou é excluída do trabalho, os espaços informais de deliberação são suprimidos, o que pode fortalecer uma gestão autoritária ou burocrática.

Quando a cooperação é efetiva, constata-se que o espaço formal, por sua vez, é um espaço no qual as ordens são dadas, na frente de todos, ordens que propiciam o contorno oficial à coordenação e se tornam referência comum para

todos de determinado coletivo. É ali, também, um lugar de certos conflitos dirimidos, de modo formal, pelas relações hierárquicas (DEJOURS, 2012b).

O autor defende que, atualmente, podemos perceber como ambos os espaços tem sido enfraquecidos em função de práticas de avaliação de desempenho individual, pois fazem os trabalhadores se calarem e estimulam a concorrência entre si.

Para Dejours (1995) a transformação do sofrimento em iniciativa e em mobilização criativa depende do uso da palavra e de um espaço de discussão ou deliberação por parte dos trabalhadores, em que suas opiniões e pontos de vista possam se tornar públicos, mesmo que internamente, perante todos daquele coletivo.

Além do conceito de inteligência astuciosa, que é de caráter individual, a PDT traz a ideia de “inteligência coletiva”. Dejours (2012b) defende que há duas maneiras de mobilizar esta inteligência, assim como a cooperação. A primeira é baseada na liberdade da vontade de se envolver em um trabalho coletivo, sendo esta liberdade estimulada por diferentes formas de gratificação e de reconhecimento. A segunda se assenta no medo e na ameaça.

Inicialmente, tal ameaça parece um catalisador eficiente da inteligência coletiva. Estimulados pelo medo, muitos trabalhadores colocam em prática o zelo e a inteligência para garantir o emprego, mesmo que estejam em um ambiente com a confiança, a precaução, a comunicação livre e a deliberação comprometidas.

A análise clínica permite elucidar os propulsores da cooperação no momento em que os coletivos foram enfraquecidos pelo medo e pela deslealdade. A cooperação na gestão pelo medo, de acordo com Dejours (2012b), funciona de maneira diferente da que ocorre na gestão pela deliberação. A gestão pelo medo emprega dois tipos de meios.

O primeiro consiste na exploração da fonte dos saber-fazer e das competências coletivas acumuladas pela organização do trabalho anterior à política de avaliação individualizada, no entanto, essa fonte pode esgotar. Já o segundo meio passa pela “cooperação reduzida em busca das compatibilidades”, onde se procuram compatibilidades entre instâncias, as quais podem ser construídas por colegas, subordinados, chefes, objetos técnicos, clientes. Neste caso, busca-se ajustar seu próprio modo operatório, de maneira que ele esteja adequado com o funcionamento das demais instâncias com as quais cada operador está em relação

direta, podendo elas ser humanas ou “maquínicas”. Aqui o foco é na inteligência individual; as relações e comunicações entre os colegas estão reduzidas ao mínimo possível (DEJOURS, 2012b).

O autor complementa que, nesses casos, os operadores deixam de se falar, ou então a comunicação se resume ao envio de mensagens via internet, por exemplo. Em um grau cada vez mais estratégico da cooperação reduzida em busca de compatibilidades, o trabalhador é levado insensivelmente a se proteger dos riscos de punição não apenas conservando seu histórico de mensagens enviadas ou recebidas, mas procurando certa “cobertura”, através da replicação das mesmas. Devido a essa estratégia, todos naquele coletivo se tornam ordenadores de tarefas para os demais.

A primeira consequência, a partir disso, será o aumento considerável da carga de trabalho, pois há uma grande dispersão em relação à sua tarefa principal. O aumento da carga de trabalho, por sua vez, leva às patologias da sobrecarga e a uma ampliação do medo de não se conseguir gerir os constrangimentos que desorganizam a atividade de cada trabalhador. Outras consequências dessa cooperação sob o regime do medo são o aumento no consumo de remédios e psicoestimulantes para dar conta do esgotamento e de perturbações do sono, assim como o fortalecimento da solidão e do sentimento de desolação (DEJOURS, 2012b).

Conforme apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, as ligações de cooperação no trabalho são produzidas pela “deontologia do fazer” e seu fundamento é o fazer junto, o trabalhar junto. Ela é orientada pelo objetivo instrumental de conseguir produzir junto. Para Dejours (2012b), a natureza instrumental dos fundamentos que favorecem seu desenvolvimento encontra-se no destino das ligações que são formadas: as ligações entre os indivíduos são úteis para a formação de um coletivo, e essas ligações são fundadas na experiência dividida do *real* do trabalho, pois é dessa experiência que nasce a sensibilidade comum que permite, posteriormente, a formação de uma habilidade coletiva.

É a vontade de trabalhar em uma obra comum que mobiliza a formação de ligações entre os indivíduos, e não a libido, como defenderia Freud. É possível estabelecermos ligações de cooperação inclusive com indivíduos que não gostamos ou com os quais não comungamos das mesmas opiniões. Segundo o autor,

Posso trabalhar com uma pessoa que não gosto pela única razão de reconhecer-lhe competências no registro do fazer e não por suas qualidades no registro do ser. O que conta, aqui, não é a libido ou o amor, mas a estima e a confiança em relação ao respeito comum às regras do trabalho e da postura moral (etos profissional) quanto ao real do trabalho. (...) as regras de trabalho são também e sempre regras sociais, regras que organizam a civilidade e o viver junto (DEJOURS, 2012b, pp.95-96).

As ligações presentes entre membros de uma equipe não relevam somente dos vínculos sociais. Representam, também, ligações de civilidades, estabelecidas e conquistadas na luta; são construídas coletivamente *contra* alguma coisa: contra as ordens que compõem a injunção de trabalhar junto, contra a coordenação. A coordenação nunca é puramente instrumental, é também estratégica, sempre abrindo espaço para a dominação.

A cooperação passa por uma atividade deôntica, cujos objetivos são de libertar-se, mesmo parcialmente, da dominação, para reapropriar-se individual e coletivamente de uma parte de autonomia, a qual é indispensável para o exercício da inteligência e formação de habilidades.

Vale destacar que as ligações de cooperação não são apenas horizontais, sendo também verticais. A cooperação vertical, hierárquica, é tão importante quanto as regras da arte o são para a cooperação horizontal. O exercício do comando, da dominação deve consentir certos compromissos que os subordinados tiram do chefe. Há, portanto, uma negociação das relações de força e poder (DEJOURS, 2012b).

3.5 Sublimação e trabalho

3.5.1 Uma visão geral

Como visto até este ponto, o “trabalho vivo” é constituído por uma inteligência astuciosa, por onde o corpo tateia o mundo ao mesmo tempo em que se autodesafia e se revela a si próprio. A mobilização desta inteligência no trabalho diz respeito à natureza própria à sublimação enquanto esta operar um duplo deslocamento em relação ao objeto e ao objetivo da pulsão. Dejours (2011d) considera a sublimação disseminada em qualquer trabalho. E, a esta “sublimação ordinária”, opõe-se uma sublimação mais rara, identificada no artista ou no pesquisador, em que são estabelecidas relações de trabalho mais complexas com a presença do ideal e de

seus valores, com o narcisismo e o amor de si, com a tradição e a cultura. O psiquiatra e psicanalista francês designou essa outra de “sublimação extraordinária”.

Para Dejours (2011b), o trabalho é o mediador entre consciente e subjetividade, de um lado, e de esfera social e política, de outro. Esta mediação, quando vigora, toma a forma específica da sublimação. No entanto, nem todas tomam a mesma forma. Algumas serão qualificadas como antissublimatórias no momento em que operarem contra a construção da identidade.

A sublimação é um processo notável, o qual permite a transformação do sofrimento em prazer, a partir de uma mediação – neste caso, o trabalho. A sublimação supõe uma renúncia à meta sexual inicial da pulsão e se trata de uma dessexualização da pulsão e de sua substituição por uma atividade socialmente útil, que toma o lugar da meta primeira da pulsão (DEJOURS, 2011b).

É importante deixar claro que tal caráter socialmente útil ou socialmente valorizado não é natural e passa por um julgamento *a posteriori*, que deve ser reconquistado a cada novo procedimento, por cada indivíduo. Além de se observar a mudança da meta da pulsão, é também necessário levar em conta a mudança de objeto: o objeto sexual inicial deve ser substituído pelo olhar do outro no *jogo das relações sociais de trabalho*, olhar este em forma de julgamento da utilidade e julgamento estético.

Dejours defende que a sublimação é fundamental na luta contra a *alienação no trabalho* e a *alienação mental* de forma geral. O autor nos traz a seguinte contribuição:

Há duas esferas que se oferecem para a realização de si mesmo. A realização de si mesmo no campo erótico e sexual, que passa pelo *amor*, de uma parte; a realização de si mesmo no campo social, que passa pelo *trabalho* e pelo *reconhecimento*, de outro. Ora, a clínica mostra que muitos seres humanos gozam apenas de míseras migalhas no registro do amor. É então essencialmente através do trabalho e do reconhecimento que eles alcançam uma estabilização ou mesmo um crescimento de sua identidade, escapando, assim, do risco de alienação e da doença mental (2011d, p. 426).

A sublimação está diretamente ligada à luta pela emancipação, uma vez que, no trabalho, estamos a todo o tempo no contexto da dominação, a qual se concretiza frequentemente por uma vontade deliberada da organização do trabalho e da governança da empresa em limitar o espaço acordado aos jogos individuais e coletivos da sublimação. Isso a ponto de algumas organizações do trabalho

enquadrarem suas tarefas em um controle social que faz delas organizações do trabalho antissublimatórias. É o caso do taylorismo, do fordismo e, em geral, do trabalho repetitivo sob o constrangimento do tempo. Neste caso, quase não há sublimação, o que impacta negativamente na saúde mental dos trabalhadores (DEJOURS, 2011d).

Com o aumento das atividades de serviço na contemporaneidade, foram introduzidos novos métodos de organização de trabalho, destacando-se a avaliação individualizada de desempenho, a qualidade total e a flexibilidade do emprego. Tais métodos representam uma nova forma de dominação e possibilitam a potencialização de doenças mentais, descompensações e a alienação que, por sua vez, segundo Dejours (2011d), podem desencadear até suicídios nos locais de trabalho. Esses novos métodos não atingem a engenhosidade, que seria o componente individual da sublimação. Eles desestruturam especificamente os fundamentos coletivos da sublimação.

O fenômeno da sublimação aparece como um processo intersubjetivo, no qual o outro não é um parceiro erótico, mas um sujeito-ator *socialmente situado*; e, sobretudo, Dejours (2011b) defende que a intersubjetividade desempenha um papel na ordem coletiva e não na ordem individual. O autor não invalida a ideia de que a parte do seu processo que leva em consideração a dessexualização da pulsão, a mudança de meta e a mudança de objeto seja fundamental. Mas o processo de sublimação reveste outros quesitos que são as condições de validação social, que passam pela existência de um coletivo ou de uma comunidade de filiação cuja ação dos membros é necessária ao reconhecimento.

A partir da análise da sublimação sob o ponto de vista apresentado, para Dejours, o trabalho não é obrigatoriamente uma infelicidade, podendo ser um operador de saúde, na medida em que tem um papel importante na construção da identidade do sujeito. Enquanto a construção desta na esfera erótica e afetiva pode estar questionada, a relação no trabalho, por outro lado, pode fortalecê-la.

Sublimar não é apenas mobilizar a nossa subjetividade; é ainda – independentemente de nossa vontade – engajar-se na ação para o reconhecimento social de nosso trabalho por nossos pares e pela sociedade (...). O sofrimento, o prazer, a sublimação e a identidade implicam a mobilização de procedimentos que dizem respeito à *ação no campo social*. A psicodinâmica do trabalho permite, assim, a *repatriação* da dimensão social das atividades laboriosas, da sublimação e dos fracassos da sublimação (...) (2011b, pp. 248-249).

A dimensão social da sublimação, introduzida por Freud, se apresenta aqui através da PDT, então, mediante a apreciação qualitativa do julgamento pelo outro: julgamento de utilidade e julgamento de beleza. Haveria, desta forma, um *teatro social próprio à sublimação*, esta não se limitando a um intrapsiquismo. Para Dejours (2012b), os julgamentos de beleza e utilidade são *mensagens* endereçadas pelos outros, no teatro das relações de trabalho. E, para que tais mensagens possam ser formuladas e endereçadas, é necessário que haja condições sociais e organizacionais que permitam essas apreciações do julgamento, como, por exemplo, um espaço de deliberação coletiva sobre o fazer. Para chegar ao seu objetivo, portanto, a sublimação necessitaria passar pela deontologia do fazer, a qual é representada pela implicação do sujeito na elaboração e no ajuste de regras que organizam a cooperação.

3.5.2 Sublimação, cultura e política: honrar a vida pelo trabalho

Por adotar o termo “trabalho vivo” para designar o trabalho bem feito e de qualidade, no qual a vida se manifesta com toda a sua força, Dejours (2012b) busca estabelecer ligações entre cooperação, vida e trabalho, a fim de inscrever este no âmbito da cultura. Questiona-se como evitar afastar-se da vida, de trai-la ou de ludibriar-se, de deixar-se ludibriar sobre as relações entre o trabalho e a vida em cada contexto particular. Isso se passa, inicialmente, por um encaminhamento individual caracterizado pela obstinação de manter um trabalho crítico sobre seu próprio pensamento para sair em busca do impensado. Para tanto, o sujeito se serve da experiência do trabalho vivo, único capaz de assegurar uma relação de autenticidade e veracidade com o *real*. A cada vez que o real reaparece, a experiência do revés traz o sujeito de volta à verdade e à vida.

Dejours (2012b) afirma a possibilidade de honrar a vida pelo trabalho, o que consiste em pensar e em sustentar a questão do trabalho vivo. Para o autor, honrar a vida trabalhando seria a busca da qualidade do fazer não mais na esperança de que ele seja reconhecido pelos outros, mas para submeter o produto à sua própria apreciação.

Honrar a vida permanece uma questão individual, indexada à exigência que me imponho de colocar minha subjetividade à provação de si. No presente caso, pelo viés do trabalho. Contudo, o que constitui a provação para a subjetividade não é o trabalho em sua dimensão poética unicamente, mas no que, por este decurso, ela impõe a mim como "*Arbeit*", que é uma dimensão irredutivelmente individual (DEJOURS, 2012b, p.155).

O trabalho de cultura, apresentado na teoria freudiana, é retomado por Dejours (2012b) na PDT como uma forma a um só tempo ordinário na vida cotidiana e extraordinário em seu processo, no qual se exprime o poder do trabalho em honrar a vida. Ele designa esse movimento pelo qual a provação subjetiva de si, mediada pelo real do trabalho, transborda tanto a subjetividade como o real para, então, hipostasiar-se em formas que integram a obra e que se inscrevem na cultura. O *Kulturarbeit*, portanto, tem a capacidade de designar a fusão entre trabalho e vida.

O sujeito se engaja de maneira deliberada em uma provação consigo mesmo no momento em que afirma sua vontade de emancipação frente à servidão. Emancipação esta que procede do poder em substituir o constrangimento proveniente da dominação pela exigência de mensurar-se com os poderes de seu corpo e de sua inteligência confrontados à resistência imposta pelo real. Vale ressaltar que a emancipação, neste caso, não remete ao direito de uma livre circulação, de praticar determinada religião, expressar sua opinião etc.; remete ao poder de encontrar, no trabalho, a via que leva ao gozo em si, à ampliação da subjetividade e à revelação da vida em si (DEJOURS, 2012b). A emancipação representa a luta contra a dominação.

O valor da cultura só é efetivo quando a mesma está ligada a corpos como condição imanente da vida, no momento em que se oferece em consignaço para a singularidade. Para o autor, engajar a vida na cultura é arriscar sua própria vida subjetiva, que representa o risco de esta ser rompida (DEJOURS, 2012b).

O trabalho é o termo que conceitua a ligação entre subjetividade, política e cultura. A aposta de Dejours (2012b) é em um trabalho vivo que possa permitir um poder de ação sobre o mundo, que permita a contribuição do sujeito para o mundo, pela qual seja possível transcender uma existência individual para juntar-se ao curso do desenvolvimento do mundo humano.

Nesse viés, Dejours (2012b) afirma que a sublimação é indissociável do acesso ao registro da cultura ou do político. O entusiasmo proveniente da

sublimação se experimenta como uma dilatação do desejo ou como uma intensificação do prazer.

É possível realizar uma diferenciação da dimensão ética da sublimação entre a sublimação colocada a serviço da luta *pelo reconhecimento* (que releva da liberdade da vontade) e a sublimação *para honrar a vida*.

A sublimação que busca o reconhecimento se relaciona aos desdobramentos da identidade que procura colocar-se em provação no trabalho para dele sair engrandecida. A luta pelo reconhecimento implica a liberdade da vontade, mas pode fazer a economia da autonomia ética subjetiva. Esta é uma autonomia em relação ao julgamento do outro, sendo possibilitada baseada em uma autonomia face aos seus próprios movimentos internos, em particular em relação às suas próprias pulsões. O conflito entre a busca de satisfação pulsional pela via sexual-erótica ou pela via da sublimação implica a referência a um *ideal ético* pensado como tal no termo de uma perlaboração que se anuncia ao final como uma exigência de *honrar a vida* (DEJOURS, 2012b).

Trabalhar para honrar a vida leva em si uma promessa de realização, mas se expõe a uma dupla ameaça, que é a de fracassar nesta via e a de se encontrar só. O autor afirma que, se de fato a emancipação compartilha do “trabalhar para honrar a vida” (sublimação no sentido restrito), então a organização do trabalho deve ser compreendida como uma questão política.

A sublimação no sentido amplo, para o reconhecimento, é coisa de todos. Já a sublimação para honrar a vida e suas relações com o político e a cultura, através da cooperação e da deontologia do fazer, só mobiliza a responsabilidade e implica a subjetividade de determinados membros da comunidade humana: os que dispõem não apenas da “liberdade da vontade”, mas ainda da “autonomia ética subjetiva” (DEJOURS, 2012b).

3.6 O *brincar* winnicottiano como um recurso para a mobilização subjetiva

A proposta, agora, é investigar possíveis relações entre a teoria winnicottiana sobre o brincar e o conceito de *mobilização subjetiva*, proveniente da PDT. Como identificar aproximações entre esses dois campos teóricos?

Como introdução a tal articulação, retomamos Freud. No texto “Escritores criativos e devaneios” (1908), o psicanalista aponta que o trabalho está para o adulto assim como o brinquedo está para a criança. Freud compara o brincar ao trabalho criativo dos escritores, aos sonhos e às fantasias, articulado a um desejo oculto como as demais formações do inconsciente. As crianças inventam a realidade brincando e o ato de brincar institui um espaço gerador de desejo.

Já Molinier (2013) entende o brincar na infância como um precursor do trabalho, a começar pelo trabalho escolar, o qual ocupa, na vida da criança, o lugar central que o trabalho ocupará na vida adulta.

De acordo com a autora, o trabalho de tradução da mensagem enigmática, conceito de Laplanche, está na origem da epistemofilia. E a primeira forma que reveste tal tradução é o brincar. Molinier (2013) afirma que Winnicott mostrou que o brincar é a mediação privilegiada da simbolização infantil, que antecede a linguagem. O psicanalista inglês diferencia o jogo regido estritamente por regras – *game* –, e o jogo livre ou o brincar – *play*.

O brincar representa uma expressão espontânea na criança que goza de boa saúde. Para Molinier (2013), a criança não precisa de brinquedos para que possa brincar, ela brinca com qualquer coisa: com seu corpo, com o corpo dos outros, com tudo o que está ao seu alcance e com jogos sexuais, no sentido da sexualidade perversa polimorfa. Posteriormente, o brincar se liberta parcialmente da sexualidade e se dessexualiza. O brincar é, ao mesmo tempo, a primeira forma de simbolização e a primeira possibilidade de transformar uma situação de impotência em situação em que a criança está em uma posição ativa.

Para a autora, o brincar é sempre uma experiência excitante, cujo resultado é tributário da capacidade da criança em não se deixar levar pela excitação. Toda atividade, puramente lógico-dedutiva, imaginativa ou corporal, é apoderada pela criança caso permita a tradução dos enigmas infantis. No entanto, a capacidade de brincar também implica o meio, indo além da criança. A capacidade de o adulto brincar com a criança com roteiros que esta desenvolve, sua capacidade de seguir o roteiro proposto pela criança ou mesmo a incapacidade de responder às solicitações lúdicas desta são elementos decisivos no desenvolvimento ou na inibição de suas capacidades criativas – desenvolvimento aqui entendido como a capacidade do adulto de criar um *meio* no qual a criança possa sentir-se segura, mesmo e, sobretudo, se o adulto sair do seu campo de percepção.

Trata-se do anteriormente mencionado *espaço potencial*, em que há um adulto confiável investido da confiança da criança. As crianças marcadas pela perda e privadas da proteção deste outro são incapazes de jogar (MOLINIER, 2013).

Assim como o brincar, o trabalho é a oportunidade de recolocar em pauta as falhas da história infantil, os enigmas não resolvidos e de reencontrar reformulações para estes, sempre parciais, mas que podem ser melhores do que as soluções em curso. O adulto, contudo, não é mais criança. Segundo a autora, o trabalho é simultaneamente *mais e outra coisa*, para o adulto, algo que vai além do brincar.

Molinier defende que, se o trabalho *interessante* conserva as qualidades do brincar, este não antecede o trabalho.

A parte do jogo [brincar] intervém quando o sujeito logra suplantar a dificuldade, vencer a resistência posta pelo real para finalmente surpreender-se a si próprio, ali mesmo onde a rotina seria invariavelmente enfadonha. Divertir-se no trabalho ocorre, paradoxalmente, apenas quando vencido um esforço, uma mobilização decorrente de uma prova de resistência (2013, p. 173).

Grolnick (1993) afirma que, para Winnicott, o homem precisa brincar. Cita a importância do mundo “ilusório”, o jogo das brincadeiras sentimentais e a ilusão da infinitude do ser. Se tudo isso não fosse enfrentado com certo tom de brincadeira ilusória, seria muito difícil lidar com as angústias existenciais. Esse interjogo do brincar na infância auxilia a definir e redefinir os limites entre o eu e os outros e contribui para a obtenção de um senso de identidade pessoal e corporal. Com o passar dos anos, as brincadeiras e os jogos dão lugar aos passatempos que, por sua vez, dão lugar a outra finalidade – ao trabalho. Esse vínculo idêntico ao brincar é experimentado pelo adulto na prática do trabalho (RODULFO, 1990; BUSNARDO, 2012; MOLINIER, 2013).

O desejo pelo saber intelectual, a curiosidade infantil e a epistemofilia são transformados em prática significativa do trabalho. Nas palavras de Rodolfo,

(...) as formações de desejo, longamente desdobradas e desenvolvidas no campo do brincar infantil e adolescente, passam, cedem grande parte de sua força e de seu poder intrínseco para o trabalhar, como atividade central da existência adulta, outorgando-lhe assim uma base pulsional decisiva. Sem esta base, o trabalho ou não pode se constituir, ou se pseudoconstitui como uma fachada talvez socialmente muito produtiva, mas subjetivamente vazia de significação (1990, p. 158).

Desde muito cedo, a criança, através de sua imaginação, já ensaia um *fazer* no trabalho, no momento em que interpreta papéis profissionais, assumindo uma postura ativa. Posteriormente, sofrerá influências de sua história, suas experiências e seus desejos primários, na condição de que tenha construído um eu integral, um verdadeiro self, a partir de um desenvolvimento emocional saudável. Isso, então, permitirá que, na fase adulta, o sujeito possa realizar a ressonância simbólica e reinterpretar o teatro infantil no teatro do trabalho.

A confiança oferecida por um ambiente suficientemente bom, inicialmente representado pela mãe, advinda da ilusão de onipotência e posterior desilusão, potencializará a autonomia do sujeito, assim como a segurança e uma não submissão. Dessa forma, o adulto, no mundo do trabalho, terá condições de reatualizar questões existenciais que vivera na infância e ir de encontro ao seu desejo, buscando prazer, sentido e emancipação pela via do trabalho. Vale lembrar que, sobre isto, Dejours (2012b) defende que a emancipação tem a capacidade de substituir o constrangimento advindo da dominação pela exigência de mensurar-se com os poderes de seu corpo e de sua inteligência confrontados à resistência do real.

A capacidade de brincar que lhe fora permitida durante sua fase infantil, no espaço potencial, através de objetos e fenômenos transicionais, permitiu que o sujeito, neste mesmo espaço, fosse imerso na experiência cultural e se relacionasse com o mundo externo. Quando possui um desenvolvimento saudável, portanto, o sujeito é capaz de trazer para o presente o brincar, seus desejos e a espontaneidade de outrora. O *fazer* originado no brincar infantil ressoa na fase adulta na forma de ação no trabalho, através da mobilização subjetiva, que lhe permite uma postura ativa e singular, assim como leva em conta a importância do coletivo, do outro enquanto também construtor da própria subjetividade.

Como já apresentado, ao falar em *subjetividade* a partir da PDT, remetemos à noção de sofrimento, uma vez que, quando o sujeito trabalha, vai de encontro ao real do trabalho e precisa dar conta de um revés ou insucesso que advém do mesmo e confronta seu corpo a uma inabilidade e a certa impotência. A partir de tal encontro, o sujeito tem a capacidade de resistir e buscar uma superação. O conceito winnicottiano de self pode ser um canal para que seja investigada mais profundamente esta subjetividade que é mobilizada pelo trabalhador, na medida em que representa o eu e a integração da totalidade de si mesmo.

Para que o sujeito possa, na fase adulta, fazer uso do resultado de seu amadurecimento psíquico, a fim de mobilizar sua inteligência e sua personalidade no trabalho, é necessário que, durante as fases iniciais de seu desenvolvimento, tenha recebido condições satisfatórias para tal, provenientes de um ambiente suficientemente bom. Este ambiente, cujo espaço inicialmente é ocupado pelo cuidado e depois se expande para o social, deve possibilitar o desenvolvimento das potencialidades de um self rudimentar já existente desde quando o sujeito nasceu, embora, de início, seja fragilizado.

Assim como a criatividade e a inteligência astuciosa só advêm de um estado de “caos” proveniente do encontro com o real, a busca pelo verdadeiro self é iniciada pelo funcionamento desconexo do brincar rudimentar, no momento em que a personalidade do indivíduo ainda não está integrada.

Como visto, a experiência cultural, permitida pelo brincar, sob a ótica winnicottiana, ocorre no espaço potencial entre o indivíduo e o ambiente. Vale lembrar que Dejours (2012b) afirma que a cultura permite a provação subjetiva de si e transborda tanto a subjetividade como o real para, então, poder ser expressa em formas que integram a obra e que se inscrevem na cultura. O *Kulturarbeit*, então, tem a capacidade de designar a fusão entre trabalho e vida. Em indivíduos que apresentam uma separação muito demarcada entre o falso e o verdadeiro self, verifica-se uma pobreza no brincar, no viver criativo e também em sua vida cultural. Tais indivíduos terão grande dificuldade na realização de determinado empreendimento. A conseqüente redução do sentimento de existência influenciará diretamente na capacidade de autonomia do sujeito, em sua postura ativa no trabalho e na sua capacidade de pertencimento a determinado coletivo, o qual é permitido pela experiência cultural. O sentimento de inexistência influencia diretamente na mobilização do corpo do sujeito para o seu trabalho, na medida em que corresponde a uma vida fora do corpo, do espaço e do tempo. A submissão ao meio, portanto, vem acompanhada de um sentimento de inutilidade, que tira o valor da vida.

O brincar é transformado em trabalho quando o indivíduo mantém seu potencial criativo, alcançando a experiência cultural. Aqui, é fortalecida a comunicação entre os impulsos pessoais e o mundo externo.

Outro ponto convergente entre a Psicanálise winnicottiana e o conceito da PDT de Dejours é na ideia de que a “saúde” não deve desconsiderar a Biologia. O

que ambos os autores fazem é retirar a questão da definição de saúde da abstração biométrica, além de remeter a Biologia a um campo dotado de subjetividade que tem a saúde influenciada pela qualidade da experiência de vida.

A PDT defende que, a fim de mobilizar sua inteligência, o trabalhador deve gozar de boa saúde. Na perspectiva winnicottiana, a saúde é o resultado de um desenvolvimento satisfatório, de uma conquista do indivíduo de se sentir uma pessoa inteira, criativa e espontânea. Para este autor, a saúde pode ser definida como a flexibilidade de poder transitar por intermédio de diferentes posicionamentos existenciais sem que se perca o acesso à unidade de si. Tal flexibilidade incluiria a alternância de estados integrados e não integrados de si, possibilitando experimentar estados excitados de criação e ação sobre o mundo, assim como estados tranquilos de relaxamento e afrouxamento das fronteiras e diferenciações do próprio self de maneira sustentada (WINNICOTT, 1990). Para Winnicott, como abordado anteriormente, integração, personalização e relação de objeto são estágios que serão concluídos no momento em que o indivíduo se sente uma pessoa inteira e se relaciona com a sociedade, sem medo de se frustrar ou de ser aniquilado. Quando o indivíduo passa por tal experiência, produzirá saúde e terá meios de se adaptar, no sentido de se relacionar com mundo que o cerca.

O psicanalista inglês afirma que a saúde pode ser representada pela criatividade. Tanto para este autor, quanto para Dejours, a criatividade diz respeito ao sentimento de existência e a permanecer vivo e se opõe ao viver por reação, na situação em que o sujeito leva uma vida de submissão, com um sentido debilitado da realidade ou pela perda de contato com o mundo subjetivo e com o viver criativo. Podemos enxergar isso nos casos em que o sujeito não vê sentido em seu trabalho, quando não lhe é permitido mobilizar sua inteligência astuciosa, quando não há um espaço de deliberação ou no caso de não participar da dinâmica de contribuição-retribuição, sem reconhecimento.

Mesmo nesses casos em que a prescrição se apresenta de forma avassaladora nas situações de trabalho, no entanto, a partir da perspectiva winnicottiana, é impossível uma destruição completa da capacidade do indivíduo para ser criativo. Mesmo na extrema submissão, existe uma vida secreta satisfatória, em função de sua qualidade criativa ou original. Dejours assume o mesmo posicionamento. Para este autor, mesmo em trabalhos que aparentemente não

envolvem criação, em que o sujeito deveria seguir a tarefa à risca, há mobilização subjetiva.

Esse componente do viver criativo está diretamente ligado ao *brincar* no trabalho. O trabalhador *brincante*, portanto, é aquele que, independente da natureza de sua tarefa, tem a capacidade de potencializar seu impulso para a criatividade, inclinando-se de maneira saudável na realização de seu trabalho. A criatividade do sujeito, aqui representada pela invenção de estratégias próprias de se trabalhar, maneiras de cooperar em seu coletivo, formas de deliberar, recursos que utiliza para colocar em ação a sua inteligência, enfim, a forma como (re)cria o seu trabalho, remete à primeira criação do indivíduo, a partir do ambiente suficientemente bom, neste caso, a mãe. A capacidade de sintonia desta com o bebê foi o que lhe permitiu a sensação de criação do seio e do mundo ao seu redor. A criatividade, portanto, se origina na ilusão onipotente do bebê. Através dos cuidados da mãe, o bebê sente que é ele o criador dos objetos que lhe são oferecidos e, como consequência, cria o seu mundo. Neste caso, a imaginação ocupa um lugar fundamental, na medida em que o que está em questão é a capacidade de o indivíduo alucinar aquilo que está à sua frente, criando o que já existe e encontrando realidade em tal criação.

Quando o bebê tem uma experiência de onipotência positiva, futuramente terá condições de lidar com frustrações que possam surgir na fase adulta, inclusive em situações de trabalho. Como visto anteriormente, em qualquer trabalho há sofrimento. No entanto, o indivíduo que lidou bem com a frustração inicial de sair do centro do mundo e se deu conta de que este estava lá antes de sua chegada, terá uma entrada rumo à realidade de maneira mais saudável e, como consequência, na vida adulta, suportará melhor os obstáculos que surgirem no encontro com o real. De maneira oposta, quando o indivíduo não tem uma experiência de onipotência satisfatória, esta será exacerbada na fase adulta, o que gerará uma falsa criatividade e um controle manipulativo da situação – um falso self. Tal indivíduo terá mais dificuldade de mobilizar sua inteligência, de fazer renúncias em prol do coletivo, de deliberar e de se submeter a julgamentos de beleza ou de utilidade, por exemplo.

Vale ressaltar que, mesmo neste último caso em que o sujeito não passou por uma experiência de onipotência satisfatória em fases de seu desenvolvimento no início da vida, a PDT traz uma contribuição ao mostrar que o trabalho pode ser uma nova chance para que o sujeito, agora nesse novo ambiente, possa se reconstituir, uma vez que ele passará por outra experiência criativa com o apoio que não teve

outrora por uma mãe suficientemente boa – neste caso, o coletivo assumindo este papel. Assim, para a PDT, o sujeito não está condenado pelo seu passado: o trabalho pode ser tanto um lugar que piore os efeitos dessa experiência de vida inicial, como pode ser aquilo que vai ajudar a superar obstáculos e a reconstruir suas chances de ter um viver criativo, com suporte coletivo e confiança.

Da mesma forma que a confiança é um dos requisitos para que haja cooperação no trabalho, a mesma também é fundamental para o brincar. Neste caso, é adquirida no momento em que o bebê experimenta o sentimento de onipotência.

Quando a criança é capaz de criar os primeiros objetos e o mundo subjetivo, portanto, estará apta a ser criativa durante todas as fases posteriores de sua vida, ampliando a comunicação entre seu estado interno e sua realidade externa, composta por relações sociais, de trabalho, pelo viver em grupo etc.

Para Winnicott, o potencial criativo da vida, representado pelo brincar, tem como característica ser a resistência à imposição de demandas do meio. É este o elemento, então, que pode atribuir sentido e prazer no trabalho, de forma a resguardar o sujeito do risco do adoecimento, da descompensação e, até mesmo, do suicídio.

As ideias de Dejours se assemelham às de Winnicott no tocante à criatividade, pois, para este autor, a criatividade é a expressão da força vital primária, atuante em cada indivíduo sempre que o ambiente se mostra confiável. Trazendo para a PDT, sempre que na situação de trabalho o sujeito puder mobilizar seus recursos psíquicos singulares, isto é, sempre que a organização do trabalho se apresentar como um ambiente suficientemente bom e permitir sua autonomia, o trabalhador poderá ser criativo, a mobilização subjetiva será efetivada e será possível *brincar* no trabalho.

Honneth, autor citado durante esta pesquisa e ao qual Dejours faz alusão para abordar o conceito de reconhecimento, traz grandes contribuições também na articulação de sua teoria com a Psicanálise winnicottiana.

Como visto, a partir de Souza (2011), para Honneth, o desenvolvimento da personalidade do sujeito ocorre se o mesmo obtém reconhecimento em suas relações primárias. O filósofo alemão defende, dentre outras questões apresentadas, a importância da interação entre os sujeitos para a construção de identidades, assim como a ideia de que o trabalho pode levar à emancipação.

Baseando-se em Winnicott, Honneth aponta a relação mãe-bebê como momento inicial e ímpar do processo de construção do sujeito. O filósofo sustenta a importância da criação da autoconfiança, dentro de um movimento que vai da fusão ou “dependência absoluta” à “dependência relativa” como princípio precursor da autonomia. Tal processo faz parte de um conflito em que mãe e bebê aprendem a se diferenciar e se perceberem como autônomos, podendo, dialeticamente, estarem sós, ainda que dependentes (MACHADO; MACHADO, 2011).

A abertura de horizontes, os espaços entre o *eu* e o *outro*, a intersubjetividade formada e a saída de estados narcísicos patológicos vinculam-se com possibilidades (ou não) de preocupação sincera com o outro, em um espaço potencial rumo à criatividade e autonomia.

Logo, em cada relação amorosa reaparece o “jogo” dependência/autonomia, cuja origem está nas primeiras relações objetais e num estágio primário de simbiose. A autoconfiança é resultado da possibilidade de confiar no mundo para poder sair deste estado fusional e se lançar em um espaço intermediário que permita a constituição do sujeito que habita o mundo (MACHADO; MACHADO, 2011).

De acordo com Machado e Machado (2011), Honneth afirma que a teoria dos objetos transicionais de Winnicott introduz consequências filosóficas profundas, pois o objeto transicional ocupa um lugar de mediação ontológica com a tarefa de, ao longo de toda a vida, constituir-se em origem de todos os interesses, objetivados na cultura, do adulto. Assim, conforme Winnicott, a aceitação da realidade é uma tarefa incompleta, havendo sempre uma pressão entre interno e externo, onde o alívio ou a possibilidade de existir no mundo ocorre a partir do domínio da experiência intermediária.

Segundo Honneth, de forma ideal, uma ligação saudável entre mãe e bebê, que oferece continuidade no cuidado, amor e frustração (falta) é, em si mesma, uma luta por reconhecimento mútuo. A desilusão, a delimitação dos corpos, do tempo e dos espaços físico e psíquico acontecem em um território intermediário em que se busca a luta por reconhecimento. Por outro lado, a fusão completa representaria a morte (MACHADO; MACHADO, 2011).

Sobre o tema do *brincar* no trabalho enquanto um recurso para a mobilização subjetiva, Bastos (2008), em sua tese “O lúdico no trabalho: o ponto de vista da atividade como operador de análise do lúdico no trabalho dos “menores” em um programa adolescente trabalhador”, investigou o lúdico como um ingrediente das

situações de trabalho, especificamente de um programa de “menor aprendiz” de um banco na cidade do Rio de Janeiro. Esta pesquisa se baseou na ideia de que o jogo constitui uma função fundamental para a humanidade, na medida em que a própria cultura tem um caráter lúdico; é no jogo e pelo jogo que a civilização surge. Bastos se apoia no pensamento winnicottiano e afirma que o brincar é uma atividade humana universal, própria da saúde, fundamento de todo o viver criativo, assim como da arte e da cultura.

Foram realizados encontros com os adolescentes trabalhadores e, a partir do discurso de um dos participantes, Bastos (2008) conclui sobre a importância do papel do orientador neste tipo de programa. O orientador, na situação de trabalho, se apresenta como se fosse uma “mãe suficientemente boa”, potencializando o papel ativo do aprendiz. Algo da história de vida do orientador pôde ser atualizado naquele momento atual, o que permitiu tal “maternagem” em relação ao adolescente. Nesta relação, instalou-se um espaço potencial, configurando-se uma possível ressonância simbólica para ambos.

Na pesquisa de Bastos (2008), foi possível perceber a presença da ressonância simbólica e de um espaço potencial, com o qual foi possível *brincar no trabalho*. Para o autor, na brincadeira podemos ressignificar valores: de um lado, com a valorização das competências individuais, autonomia, independência; e de outro, fazer parte do coletivo, sentir-se pertencendo, compartilhar e colocar em julgamento experiências humanas. Sobre a experiência na pesquisa, nas palavras do autor, “(...) o próprio orientador “entra no samba”. Eles vibram na mesma faixa de frequência” (p.227).

Esse estudo contribuiu para refletirmos sobre a importância que deve ser dada aos programas de formação e desenvolvimento de trabalhadores, na condição de haver um supervisor ou orientador que realize uma tutoria para o aprendiz. É interessante que haja prescrições, normas a serem seguidas, as quais nortearão o trabalho a ser realizado, no entanto, sem abrir mão de condições que fortaleçam a relação de ambos e permitam a construção de um espaço potencial, a fim de que, tanto o orientador, quanto o aprendiz, estagiário ou estudante, possam ter meios de criar e se recriar, no processo de aprendizagem e/ou trabalho, a partir de uma dinâmica de reconhecimento singular.

Além de orientação/supervisão de jovens e da relação em geral entre chefe e subordinado, vale ressaltar a importância dos pares neste processo. A experiência

mais avançada de colegas é um elemento imprescindível para o desenvolvimento profissional do trabalhador. Aqui, as inteligências astuciosas de cada um dão lugar a uma sabedoria prática.

Um ambiente de trabalho que permita a mobilização da inteligência astuciosa, a cooperação, o reconhecimento e um espaço de deliberação favorece a transformação do sofrimento em prazer. Este ambiente pode ser pensado, portanto, como um espaço potencial que articula o mundo interno com o mundo externo do trabalhador, onde sua história, experiência e desejos encontram abertura para serem articulados com os objetivos da produção, aqui representados pelo mundo externo. Isso pode ser percebido na dinâmica do reconhecimento, mais especificamente nos julgamentos de beleza e de utilidade. Em ambos os casos, em função do reconhecimento simbólico presente, fortalece-se o registro da identidade e acentua-se a diferença entre o eu e o não eu, uma vez que o trabalho é reconhecido como singular e único para determinado trabalhador, percebendo-se a importância do *meu* trabalho para aquele coletivo, o que potencializa o sentimento de confiança.

Nesta dissertação, foi possível perceber a importância da cooperação, tanto horizontal, quanto vertical, como um dos elementos que favorecem a mobilização subjetiva. Nesse viés, é importante salientar, em se tratando de uma defesa da mobilização subjetiva para o trabalho, a necessidade de programas de acompanhamento profissional do trabalhador que prezem pelo componente subjetivo e que levem em consideração um método de avaliação que se apresente como um instrumento de desenvolvimento, e não somente de controle, como tem sido uma prática em algumas organizações, através de avaliações de desempenho de caráter estritamente quantitativo.

O brincar pode ser pensado, portanto, como um recurso para a mobilização subjetiva, pois permite o viver criativo e, como consequência, cria condições para a expressão de autonomia, prazer e saúde no trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desta dissertação, foi investigado como a PDT explica o conceito de *mobilização subjetiva*. Recorreu-se a obras de autores nacionais e internacionais, dando ênfase às obras de Dejours, maior expoente desta disciplina. Além disso, buscaram-se, na obra do psicanalista inglês Winnicott, contribuições em sua teoria do brincar que pudessem dialogar com conceitos da PDT.

Quando se fala em subjetividade, é necessário falar de corpo. A subjetividade, de acordo com a PDT, é, antes de tudo, corporal. É este corpo físico, mas também erógeno, que será mobilizado e poderá ser criativo a partir da transformação de sofrimento em prazer, mediado pelo coletivo.

É do encontro do sujeito com o real, então, onde a subjetividade se origina. O trabalhador vivencia o sofrimento advindo dos constrangimentos organizacionais, do insucesso de não dar conta das prescrições, no entanto, resiste e se impulsiona rumo à criação de novas soluções para atingir seus objetivos, ao mesmo tempo em que busca prazer e sentido no trabalho. Neste momento, mobiliza sua subjetividade.

Como apresentado, a mobilização subjetiva para o trabalho revela-se forte na maioria dos trabalhadores que gozam de boa saúde. Confrontado à organização do trabalho, tudo ocorre como se o sujeito não evitasse tal mobilização, colocando em ação os recursos de sua inteligência e personalidade. Porém, isso não ocorre com todos os trabalhadores. A maioria supera as dificuldades e delas obtêm os benefícios de um trabalho de qualidade.

A mobilização subjetiva, por outro lado, por mais que seja “espontânea”, é também frágil, pois depende da dinâmica contribuição-retribuição. Antes mesmo da retribuição, o sujeito busca contribuir à organização, saindo da posição de um mero executor de prescrições. Na ocasião de não retribuição por seus esforços, o trabalhador, então, se desmobiliza.

Frisou-se, neste trabalho, a importância do *viver junto* como condição básica para a mobilização subjetiva. Foram apresentadas, inicialmente, as contribuições de Damien Cru, a partir de seus estudos sobre trabalhadores da construção civil, para chegar até a obra de Dejours, que apresenta uma articulação entre subjetividade e ação coletiva. Cooperar propicia a construção de uma solidariedade que será fundamental para que o sujeito tenha a experiência subjetiva e busque

emancipação. O trabalho coletivo, portanto, implica a reunião das inteligências singulares e sua inscrição em uma dinâmica coletiva comum.

Posteriormente, foi introduzido o pensamento de Winnicott, a fim de buscar uma contribuição de sua teoria do brincar em relação à mobilização subjetiva. A partir de articulações entre algumas obras deste psicanalista com estudos sobre a PDT, foram descobertos alguns pontos de contato no que se refere à relação entre o brincar e o trabalho.

O desenvolvimento psíquico nas fases iniciais da vida, amparado por um ambiente suficientemente bom, será primordial na constituição de um verdadeiro self, que permitirá que o indivíduo seja saudável, viva criativamente, adquira autonomia, seja imerso na cultura e possa se inserir em um coletivo, em um momento posterior.

No caso de um indivíduo que não tenha recebido essas condições satisfatórias para seu amadurecimento psíquico, durante a infância, ao mesmo será possibilitada, na ocasião do trabalho, na fase adulta, a oportunidade de reelaborar suas falhas infantis e enigmas não resolvidos e seguir sendo criativo a partir de então.

O brincar se apresenta como um precursor do trabalho na fase adulta e é uma oportunidade de a criança assumir uma posição ativa no mundo e ter a capacidade de simbolizar, além de desenvolver o self.

Esta pesquisa não teve a pretensão de criar uma nova teoria. A proposta foi de buscar algumas articulações entre os pensamentos dos autores referenciados para contribuir de uma forma que outros pesquisadores possam dar continuidade a aproximações entre a teoria winnicottiana e a teoria da PDT, a fim de que haja um fortalecimento deste elo e que novas investigações neste campo sejam potencializadas.

Vale ressaltar ainda a importância de termos recorrido a autores da Filosofia e da Psicanálise, como suporte, tendo em vista que a PDT é um campo de valiosos e diversos atravessamentos teóricos.

Durante o processo da dissertação, outros questionamentos surgiram e nos mobilizaram. Dentre eles, destacamos a importância de investigarmos como é possível avaliar o trabalho, atualmente, nas organizações. Como, então, avaliar o trabalho, levando-se em consideração a mobilização subjetiva, indo além de uma avaliação de desempenho que reduza o sujeito à quantificação? Para Dejours

(2012a), a única via possível é através do reconhecimento pelos pares. Somente o profissional que conhece bem a prática de determinado trabalho pode compreender a habilidade e a engenhosidade do ofício. Mas este reconhecimento, como já apresentado anteriormente, é rigorosamente qualitativo e passa pelo julgamento: julgamento qualificado como fundamento de beleza por ser sempre enunciado com termos relativos a ela. O julgamento de beleza pressupõe duas dimensões. A primeira é a conformidade com as regras da arte; a segunda é a simplicidade da feitura, da execução e o caráter despojado das soluções propostas.

É interessante deixar claro que a não se trata de ir contra a organização do trabalho e das prescrições. A *métis* só se revela de fato em um jogo sutil de subversão da tarefa. As prescrições são indispensáveis, caso contrário, toda a dinâmica da inteligência astuciosa ficaria paralisada. Da mesma forma, não se pode negar o interesse da avaliação quantitativa e da mensuração dos desempenhos. Isoladamente, elas são injustas e só se tornam úteis se forem confrontadas à avaliação qualitativa e se levarem em conta o reconhecimento dos pares (DEJOURS, 2012a). Tais avaliações quantitativas podem incorrer em inúmeras catástrofes. Para o autor, ao reabilitarmos a *métis* e ao estabelecermos cientificamente as implicações do conceito de *real* do trabalho, espera-se que sejamos capazes de criar novos modos de avaliação que levem em consideração o trabalho real. A proposta é que possamos ir além de indicadores numéricos defendidos pelas ciências da gestão, os quais abrem mão do que é essencial no trabalho – a subjetividade. Deixamos aqui esta indicação para futuras pesquisas interessadas nesta temática.

Outro ponto que nos chamou a atenção e que pode ser mais bem aprofundado futuramente, a partir desta dissertação, é sobre a possibilidade de construção de um *espaço potencial no trabalho*. Apostamos na ideia de que é possível o fortalecimento de um coletivo que permita a emergência de um espaço que remeta à transicionalidade da fase inicial de desenvolvimento do sujeito, levando-se em conta o fortalecimento do coletivo, o qual poderia assumir o papel de um ambiente suficientemente bom.

Buscou-se explorar, nesta pesquisa, o processo que se inicia no momento em que o sujeito vivencia afetivamente o sofrimento e que vai em direção à saúde, àquilo que mobiliza o sujeito, seu corpo e sua inteligência a ir além, a se reinventar a partir de seu encontro com o trabalho. Apoiamo-nos na ideia winnicottiana de que há

criatividade no momento em que nos inclinamos a fazer algo de maneira saudável. Como pensar, portanto, em estratégias que adequem os objetivos da produção à mobilização subjetiva, aos desejos de cada trabalhador, à potencialidade do *sujeito que brinca*, juntamente com o seu viver criativo, permitindo-lhe a busca de sentido no trabalho? Este é um desafio para novas pesquisas neste campo, assim como para gerentes organizacionais que estão atentos à importância de práticas que fortaleçam saúde, qualidade e produtividade no trabalho.

Esperamos ter contribuído para um pequeno avanço teórico nos estudos em Psicologia do Trabalho e Organizacional e, mais especificamente, em PDT, através da valorização de um *trabalho vivo* nas diversas situações de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Jorge José. *Mobilização Subjetiva para o Prazer-Sofrimento no Trabalho dos Taquígrafos Parlamentares: Uma Prática em Clínica Psicodinâmica da Cooperação*. 2014. 106f. Dissertação. (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

ATHAYDE, Milton. *Gestão de coletivos de trabalho e modernidade*. 1996. 266f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BARROS, Paloma Castro da Rocha; MENDES, Ana Magnólia Bezerra. Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. *Psico-USF*, v. 8, n. 1, p. 63-70, jan.-jun. 2003.

BASTOS, Adilson. Dias. *O lúdico no trabalho: o ponto de vista da atividade como operador de análise do lúdico no trabalho dos "menores" em um programa adolescente trabalhador*. 2008. 235f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

BASTOS, Edu Álvaro Manso. O que fazemos quando fazemos psicologia do trabalho?. *Psicol inf.*, São Paulo, v. 13, n. 13, out. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092009000100007&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 25 jan. 2015.

BERTÃO, Flávia R. B. M.; HASHIMOTO, Francisco. Entre o desejo e o sofrimento psíquico no trabalho: um estudo de caso com professora de educação infantil. *Psicol. rev.* (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 12, n. 20, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682006000200004&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 21 jan. 2015.

BIRMAN, Joel. Criatividade e sublimação em psicanálise. *Psicol. clin.*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652008000100001&lng=en&nrm=iso>. acesso em 26 fev. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652008000100001>.

BUSNARDO, Alice McCaffrey. *Criatividade e Clínica em Winnicott*. 2012. 191f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

CICCONE, Soraia Dias. *Criatividade na obra de D. W. Winnicott*. 2013. 127p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2013.

CRU, Damien. Langue de métier et organization du travail. *Anais do Colóquio "Le travail en chantier"*, Plan Construction et Habitat. Paris, 1983.

_____. Coletivo e Trabalho de Ofício: Sobre a Noção de Coletivo de Trabalho. In: DEJOURS, Christophe (org.). *Plaisir et Souffrance dans le Travail. Séminaire Interdisciplinaire de Psychopathologie du Travail*, v.1. pp. 43-49. Paris: AOCIP, 1987.

_____. As regras do ofício. In: DEJOURS, Christophe (org.). *Plaisir et Souffrance dans le Travail. Séminaire Interdisciplinaire du Travail*. v. 2. pp. 29-50. Paris: AOCIP, 1988.

_____. Aucun risque! Travail, représentation du risque et prévention. *Éducation permanente*, n. 117, pp. 75-83, 1993.

_____. Les règles du métier. L'art de vivre. Langue de métier. In: DEJOURS, Christophe (org.), *Plaisir et souffrance dans le travail*, tomo I, Éditions de l'Aocip, 1998.

CRU, Damien; DEJOURS, Christophe. Saberes de Prudência nas Profissões da Construção Civil: Nova contribuição da Psicologia do Trabalho à análise da prevenção de acidentes na Construção Civil. In: *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*. São Paulo, vol. 15, n. 59, pp. 30-34. Jul/Ago/Set. 1987.

DAVEZIES, Philippes. (relator). Santé - Travail - Modes de Vie. *Anais do Colóquio Interdisciplinar "Travail: Recherche et Prospective"*. Lyon: PIRTTM-CNRS, 1992.

_____. (relator). Eléments de Psychodynamique du Travail. *Éducation Permanente*, 116. Paris, 1993.

DEJOURS, Christophe. Un nouveau regard sur le souffrance humaine dans les organisations. In: Chanlat, J-L., *L'individu dans les organisations: les dimensions oubliées*. Paris: Eska, 1990.

_____. *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. São Paulo: Cortez. 1992.

_____. Inteligência operária e organização do trabalho. A propósito do modelo japonês de produção. In: HIRATA, H. *Sobre o modelo japonês*. São Paulo: Edusp, p. 281-309, 1995.

_____. Uma visão do sofrimento humano nas organizações. In: Chanlat, Jean François (Coord.). *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*. Tradução Arakcy Martins Rodrigues. 3. ed. São Paulo: Atlas. v. I, p. 151-173, 1996.

_____. *O fator humano*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

_____. *Conferências brasileiras: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho*. São Paulo: Fundap: EAESP/FGV, 1999.

_____. Subjetividade, trabalho e ação. *Prod.*, São Paulo, v. 14, n. 3, dez. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65132004000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 ago. 2014.

_____. Addendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal. (Orgs.) *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ Brasília: Paralelo 15, Cap. 1, p. 57-123, 2011a.

_____. Para uma clínica da mediação entre psicanálise e política: A psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal. (Orgs.) *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ Brasília: Paralelo 15, Cap. 7, p. 217-251, 2011b.

_____. Inteligência prática e sabedoria prática: Duas dimensões desconhecidas do trabalho real. In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal. (Orgs.) *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ Brasília: Paralelo 15, Cap. 11, p. 381-407, 2011c.

_____. A saúde mental entre impulsos individuais e requisitos coletivos (sublimação e trabalho). In: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal. (Orgs.) *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/ Brasília: Paralelo 15, Cap. 12, p. 409-430, 2011d.

_____. *Trabalho Vivo, tomo I, Sexualidade e Trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

_____. *Trabalho Vivo, tomo II, Trabalho e Emancipação*. Brasília: Paralelo 15, 2012b.

DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth. Itinerário teórico em Psicopatologia do Trabalho. In: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth e JAYET, Christian. *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, p. 119-145, 1994a.

_____. Desejo ou motivação? A interrogação psicanalítica do trabalho. In: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elizabeth e JAYET, Christian. *Psicodinâmica do Trabalho: contribuições da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, p. 33-43, 1994b.

DETIENNE, Marcel; VERNANT, Jean Pierre. *Métis – As astúcias da inteligência*. Tradução de Filomena Hirata. São Paulo: Odysseus Editora, 2008.

FERREIRA, João Batista. Análise clínica do trabalho e processo de subjetivação: um olhar da psicodinâmica do trabalho. In: MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Alvaro Roberto Crespo; MORRONE, Carla Faria e FACAS, Emílio Peres. (Orgs.). *Psicodinâmica e clínica do trabalho: temas, interfaces e casos brasileiros*. Curitiba: Juruá, p. 125-135, 2010.

_____. *O poder constituinte do trabalho vivo: análise psicodinâmica da criação literária*. 2011. 203f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FERREIRA, João Batista; MENDES, Ana Magnólia; LIMA, Suzana Canez da Cruz; FACAS, Emilio Peres e GHIZONI, Liliam Deisy. Entre a mobilização subjetiva e a subtração do desejo: estudos com base na psicodinâmica do trabalho. In: MERLO, Alvaro Roberto Crespo; MENDES, Ana Magnólia; MORAES, Rosângela Dutra de (Orgs.). *O sujeito no trabalho: entre a saúde e a patologia*. (Biblioteca Juruá de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho). Curitiba: Juruá, p. 101-118, 2013.

FLACH, Leonardo *et al.* Sofrimento psíquico no trabalho contemporâneo: analisando uma revista de negócios. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 21, n. 2, ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2014.

FRANCO, Sérgio de Gouvêa. O brincar e a experiência analítica. *Ágora* (Rio J.), Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, Jun 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982003000100003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 17 Out. 2014.

_____. A Criatividade na clínica psicanalítica. *Pulsional, Revista de Psicanálise*, ano XVII, n. 178, pp. 34-40, junho/2004, 2004.

FREUD, Sigmund. Sobre a psicopatologia da vida cotidiana. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 6, pp. 287-332). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1901), 1969.

_____. Escritores criativos e devaneios. In: FREUD, Sigmund. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de S. Freud*. (J. Salomão, trad., Vol. 9, pp. 133-143). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1908), 1980.

_____. Le moi et le ça, in *Essais de psychanalyse, Oeuvres complètes*, tomo XVI, Paris, Presses Universitaires de France, 1991 [1923], pp. 255-302.

_____. Pulsions et destins de pulsions, in *Métopsiologie, Oeuvres complètes*, tomo XIII, Paris, Presses Universitaires de France, 2005 [1915], pp. 163-187.

GROLNICK, Simon. *Winnicott - O Trabalho e o Brinquedo: uma leitura introdutória*. Porto Alegre: ArtMed, 1993.

LESSA, Luiz Henrique da Silva. *Reflexão sobre o conceito de saúde e seus indicadores a partir de Canguilhem e Winnicott*. 2008. 167f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos de Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LHUILIER, Dominique. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: BENDASSOLI, Pedro Fernando; SOBOLL, Lis Andrea Pereira (Orgs.). *Clínicas do trabalho*. São Paulo: Atlas, p. 22-58, 2011.

MACHADO, Elizabeth Mazon; MACHADO, Carlos Marcírio Naumann. Axel Honneth e Donald Winnicott: uma aproximação possível. *Contemporânea – Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n.11, jan./jun. 2011, pp. 97-105. Disponível em www.revistacontemporanea.org.br.

MEDEIROS, Solene Nobre de. *Clínica em Psicodinâmica do Trabalho com a Unidade de Operações Aéreas do DETRAN: o Prazer de Voar e a Arte de se Manter Vivo*. 2012. 168f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. *Valores e vivências de prazer-sofrimento no contexto organizacional*. 1999. 306f. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 70, p. 143-154, Jun 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 Jan. 2015.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Psicodinâmica do Trabalho. In: *Saúde mental & trabalho: leituras*. JACQUES, Maria da Graça; CODO, Wanderley (Orgs.). Petrópolis: Vozes, pp. 130-142, 2002.

MOLINIER, Pascale. *O trabalho e a psique – uma introdução à psicodinâmica do trabalho*. Tradução: Franck Soudant. Brasília: Paralelo 15, 2013.

PLASTINO, Carlos Alberto. Winnicott: a fidelidade da heterodoxia. In: BEZERRA JR, Benilton; ORTEGA, Francisco; PLASTINO, Carlos Alberto. *Winnicott e seus interlocutores*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 199-229, 2007.

RODULFO, Ricardo. *O Brincar e o Significante: um estudo psicanalítico sobre a constituição precoce*. Porto Alegre: ArtMed, 1990.

SENNET, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SOUZA, Gustavo. A importância da intersubjetividade: Winnicott e as Ciências Sociais. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. V.1, n.2, pp. 34-50. Jul/dez. 2011.

SOUZA, Wladimir Ferreira de. *Corpo e atividade: elementos para (re)pensar a Psicologia do Trabalho*. 2004. 173f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Wladimir Ferreira de; ATHAYDE, Milton. Com quantos gestos se faz uma gestão em saúde? *Tempus Actas de Saúde Coletiva – O Trabalho em Saúde*, Brasília, v. 5, n. 1, p. 135-157, 2011.

TRAESEL, Elisete Soares. *A psicodinâmica do reconhecimento: sofrimento e realização no contexto dos trabalhadores da enfermagem de um hospital do interior do Rio Grande do Sul*. 2007. 128f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

WINNICOTT, Donald Woods. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

_____. *Natureza Humana*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1990.

_____. Vivendo de modo criativo. In: *Tudo começa em casa*. Trad: Sandler, Paulo. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.